

JOCINEIDE MACEDO KARIM

**A COMUNIDADE SÃO LOURENÇO EM CÁCERES-MT: ASPECTOS
LINGUÍSTICOS E CULTURAIS**

***SÃO LOURENÇO COMMUNITY IN CÁCERES-MT: LINGUÍSTIC AND CULTURAL
ASPECTS***

CAMPINAS

2012

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE ESTUDOS DA LINGUAGEM**

JOCINEIDE MACEDO KARIM

**A COMUNIDADE SÃO LOURENÇO EM CÁCERES-MT: ASPECTOS
LINGUÍSTICOS E CULTURAI**

Orientadora/Supervisor: Profa. Dra. VANDERSÍ SANT'ANA CASTRO

***SÃO LOURENÇO COMMUNITY IN CÁCERES-MT: LINGUÍSTIC AND CULTURAL
ASPECTS***

Tese de Doutorado apresentada ao Instituto de Estudos da Linguagem, da Universidade Estadual de Campinas, para obtenção do título de Doutora em Linguística.

Doctorate thesis presented to the Language Studies Institute from University of Campinas to obtain the Ph.D. in Linguistics.

**CAMPINAS
2012**

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA POR
TERESINHA DE JESUS JACINTHO – CRB8/6879 - BIBLIOTECA DO
INSTITUTO DE ESTUDOS DA LINGUAGEM - UNICAMP

M151c

Macedo-Karim, Jocineide, 1968-

A comunidade São Lourenço em Cáceres-MT: aspectos linguísticos e culturais / Jocineide Macedo Karim. -- Campinas, SP: [s.n.], 2012.

Orientadora: Vandersí Sant'Ana Castro.

Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem.

1. Sociolinguística. 2. Variação (Linguística). 3. Atitudes linguísticas. 4. Cultura. 5. Cáceres-MT. I. Castro, Vandersí Sant'Ana, 1945-. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Estudos da Linguagem. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em inglês: São Lourenço community in Cáceres-MT: linguistic and cultural aspects.

Palavras-chave em inglês: Sociolinguistics; Cáceres-MT; Linguistic Variation; Linguistic Attitudes; Culture.

Área de concentração: Linguística.

Titulação: Doutora em Linguística.

Banca examinadora: Profa. Dra. Vandersí Sant'Ana Castro [Orientador], Profa. Dra. Tânia Maria Alkmim, Profa. Dra. Vanderci de Andrade Aguilera, Prof. Dr. Emílio Gozze Pagotto e Profa. Dra. Rosane de Andrade Berlinck.

Data da defesa: 28-08-2012.

Programa de Pós-Graduação em Linguística

BANCA EXAMINADORA:

Vandersi Sant'Ana Castro

Vandersi Sant'Ana Castro

Tânia Maria Alkmim

Tânia Maria Alkmim

Vanderci de Andrade Aguilera

Vanderci de Andrade Aguilera

Emílio Gozze Pagotto

Emílio Gozze Pagotto

Rosane de Andrade Berlinck

Rosane de Andrade Berlinck

Lilian do Rocio Borba

Neuza Benedita da Silva Zattar

Gislaine Aparecida Carvalho

Para

Taisir, meu companheiro.

Hanner, Maher e Laila, meus filhos e Tariq,
meu neto.

AGRADECIMENTOS

Agradeço

À minha orientadora, Prof^a Dr^a Vandersí Sant'Ana Castro, pela efetiva orientação e contribuição para o desenvolvimento deste estudo.

Aos informantes da comunidade São Lourenço, pela receptividade e oportunidade de vivenciar suas experiências.

Às Professoras Tânia Alkmin e Vanderci de Andrade Aguilera, pela cuidadosa leitura e observações feitas durante o exame de qualificação de tese.

Ao Coordenador do Dinter, Prof. Dr. Eduardo Roberto Junqueira Guimarães, por viabilizar a execução do Dinter em Linguística na Unicamp/Unemat/Capes/Fapemat.

À Coordenadora Operacional do Dinter, Prof^a Dr^a Vera Regina Martins, pelo incentivo à formação docente.

Aos Professores da Universidade Estadual de Campinas que ministraram disciplinas no Dinter em Linguística, em Cáceres-MT: Eduardo Roberto Junqueira Guimarães, Cláudia Regina Castellanos Pfeiffer, Susy Maria Lagazzi, Sonia Maria Lazzarini Cyrino, Tânia Maria Alkmim, e Mônica Graciela Zoppi-Fontana, pela qualificação do projeto.

À Prof^a Dr^a Neuza Benedita da Silva Zattar, pela contribuição e exemplo.

À Universidade do Estado de Mato Grosso, por proporcionar as condições para a formação docente.

A minha mãe, Josefa de Melo Macedo, e ao meu pai, Adauto Felix de Macedo (*in memorian*), pelo amor e formação.

Aos meus irmãos Jânio, Jardes, Joary (*in memorian*), Joilson, Jairo e minhas irmãs Jociane e Juliane, pelo carinho, torcida e incentivo.

Ao Taisir, Hanner, Maher e Laila, pela compreensão do tempo valioso dedicado ao desenvolvimento deste estudo.

Ao Cláudio e ao Miguel da Secretaria de Pós-Graduação do IEL, sempre prestativos.

Aos funcionários da biblioteca da UNICAMP, sempre solícitos.

À Capes e à Fapemat, pela concessão de bolsa de estudos durante o período de afastamento das atividades docentes para o estágio na UNICAMP.

RESUMO

Esta pesquisa concentra-se na área da Sociolinguística e tem como objetivo investigar usos e atitudes relacionadas ao falar da comunidade São Lourenço, localizada na área periférica da cidade de Cáceres-MT e constituída quase que exclusivamente por informantes nativos. O trabalho descreve aspectos linguísticos e culturais da comunidade, destacando variantes linguísticas nos níveis fonológico, morfossintático e lexical que identificam o falar da comunidade. Destacamos usos linguísticos que apontam traços aparentemente particulares das regiões mais antigas do Estado de Mato Grosso, não exclusivos do falar local, que chamam a atenção do falante de outras regiões brasileiras, como por exemplo: o uso do masculino em vez do feminino na concordância nominal; realizações africadas [tʃ] e [dʒ] em vez das fricativas [ʃ] e [ʒ]; alternância do ditongo [ãw] e [õ], bem como peculiaridades lexicais do falar local, como as formas *tchô* e *tchá* para senhor e senhora. Apontamos também algumas características linguísticas mais gerais, comuns no português popular do Brasil, e que foram especialmente atestadas por Amaral (1920), Nascentes (1923), Marroquim (1934) e Teixeira (1938). Os usos linguísticos constatados justificam a análise da língua do ponto de vista das relações sociais, ou seja, conduzem à discussão sobre atitudes, avaliações e crenças dos falantes nativos a respeito de sua própria língua e sua cultura. Em nossos informantes pudemos perceber atitudes positivas em relação ao seu modo de falar. A maioria dos entrevistados não tem vergonha do seu falar, julga o seu falar positivamente, mostra satisfação em relação a sua maneira de falar, considera sua fala agradável. Em referência à cidade, eles gostam de viver em Cáceres, consideram-na como o melhor lugar para se viver; demonstram satisfação de ser cacerenses; manifestam a crença nas rezas, e disposição para as danças na roda do cururu e do siriri; apreciam a comida e bebida tradicionais da comunidade, e manifestam convicção nas lendas que circulam no imaginário da comunidade. Quanto às diferenças linguísticas entre o falar dos nativos e o falar do migrante, os resultados apontaram atitudes positivas dos nativos em relação a língua, e mostram que o cacerense nativo conserva mais sua língua e seus costumes. Grande parte dos informantes julga sua fala mais bonita em relação

a do migrante. Os resultados obtidos nesta pesquisa mostram como a relação dos fatores socioeconômicos e culturais criam condições para conservação de traços do português popular, usos peculiares e marcas antigas da língua portuguesa trazida pelos colonizadores da região. A conservação desses traços pode ser explicada pelo longo período de isolamento que a região de Cáceres passou em relação aos grandes centros urbanos do Brasil.

Palavras-chave: Sociolinguística; Cáceres-MT; Variação Linguística; Atitudes Linguísticas; Cultura.

ABSTRACT

This research focuses on the field of Sociolinguistics and aims to investigate uses and attitudes related to the speech of the community of São Lourenço, which is located in the peripheral area of the city of Cáceres-MT and it is constituted almost exclusively by native informants. This work describes linguistic and cultural aspects of this community, highlighting the linguistic variants in phonological, lexical and morphosyntactic levels that identify the speech of the community. We highlight linguistic usages that point to features apparently particular to the oldest regions in the State of Mato Grosso, which are not exclusive of the local speech and that call the attention of the speaker of other Brazilian regions, as for example: the use of male instead of female in nominal agreement; achievements affricates [tʃ] and [dʒ] instead of the fricatives [ʃ] and [ʒ]; switchover of the diphthong [ãw] and [õ], as well as lexical peculiarities of local speech, as the forms *tchô* and *tchá* for Lord and Lady. This work also aims to point out some more general linguistic features, common in popular Portuguese in Brazil, and that were specially attested by Amaral (1920) Nascentes (1923), Marroquim (1934) and Teixeira (1938). The attested linguistic usages argues for the language analysis from the point of view of social relationships, i.e. lead to discussion about attitudes, evaluations and beliefs of native speakers regarding their own language and culture. The majority of our informants were able to realize positive attitudes in relation to their way of talking. They are not ashamed of their speech, they judge their speech positively and show satisfaction with their way of speaking. In relation to the city, they like to live in Cáceres. They consider it as the best place to live in; they demonstrate satisfaction of being ‘cacerenses’; they express belief in prayers, and they go to folk dances like cururu and siriri; they enjoy the traditional food and drink of the community and they express conviction in the legends that underlies the imagination of the community. As regards the linguistic differences between the native and the immigrant speech, the results showed positive reactions of the natives, which show that the native preserves its ‘cacerense’ accent and their customs. Most informants thought of their speech as the most beautiful in relation to immigrant. The results obtained in this

study show how the relationship of socioeconomic and cultural factors create conditions for the preservation of features of the popular Portuguese, particular uses, antique marks of the Portuguese language brought by the settlers of the region. The conservation of these features can be explained considering the long period of isolation of the region of Cáceres in relation to the major urban centers of Brazil.

Keywords: Sociolinguistics; Cáceres-MT; Linguistic Variation; Linguistics Attitudes; Culture.

LISTA DE FIGURAS

Foto 1:	Rio Paraguai nas imediações do centro de Cáceres.....	30
Foto 2:	Marco do Jauru e Catedral São Luiz.....	31
Figura 3:	Imagem aérea de Cáceres em destaque a localização do São Lourenço.....	37
Foto 4:	Aspectos das Ruas da Comunidade São Lourenço.....	40
Foto 5:	Aspectos das Ruas da Comunidade São Lourenço.....	40
Foto 6:	Casa comercial “Casa do pescador Xô Nei”.....	102
Foto 7:	Imagem aérea Praça Barão do Rio Branco.....	179
Foto 8:	Cais Porto Mário Correia	179
Foto 9:	Casa comercial Dulce & Cia.....	180
Foto 10:	Câmara dos Vereadores.....	180
Foto 11:	Residência de família tradicional da cidade.....	181
Foto 12:	Residência de Humberto Dulce.....	181
Foto 13:	Residência do militar José Bonifácio Pinto de Arruda.....	182
Foto 14:	Esporte Clube Humaitá.....	182
Foto 15:	Prédio do Governo Municipal.....	183

LISTA DE TABELAS

TABELA 1. Os informantes	59
TABELA 2: Perfil sociocultural do informante	60
TABELA 3: Número de ocorrências africadas [tʃ] / [dʒ] e fricativas [ʃ] e [ʒ].....	112
TABELA 4: Número de ocorrências de [ãw] e [õ].....	113
TABELA 5: Número de ocorrências de concordância nominal de gênero e do uso do masculino no lugar do feminino na concordância nominal.....	114

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Em sua opinião é melhor viver no campo ou na cidade?	120
Gráfico 2: O que você acha do clima de Cáceres?	122
Gráfico 3: Você sente satisfação em ser cacerense? Por quê?	123
Gráfico 4: Quais tradições cacerenses fazem parte de sua vida?	127
Gráfico 5: Você conhece alguma lenda de Cáceres? Qual?	132
Gráfico 6: O que mais identifica um cacerense?	136
Gráfico 7: Você tem vergonha do falar com sotaque regional?	141
Gráfico 8: Você acha que as pessoas de fora gostam do falar cacerense?	142
Gráfico 9: Você acha que a fala cacerense está desaparecendo? Por quê?	143
Gráfico 10: Você sente orgulho ou vergonha da forma como o cacerense fala?	146
Gráfico 11: Se uma pessoa de fora debochasse de você por causa do	147
seu jeito de falar, o que você diria para ele? Isso já aconteceu?	
Gráfico 12: Os ricos e pobres de Cáceres falam da mesma maneira?	149
Gráfico 13: Das pessoas que moram aqui, quem	150
conserva mais a sua língua e costumes?	
Gráfico 14: Quem fala melhor o português, o mato-grossense ou o migrante?	151
Gráfico 15: Qual fala você considera mais bonita, a do cacerense ou a do migrante?	152
Gráfico 16: Como as pessoas de fora veem os cacerenses?	154
Gráfico 17: Existe algum apelido que você usa para tratar as pessoas de fora?	156
Gráfico 18: Você tem amigos que não são cacerenses?	157

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	25
1.1	O tema	25
1.2	Objetivos.....	26
1.3	Organização da tese	27
2.	CÁCERES E A COMUNIDADE DE SÃO LOURENÇO	29
2.1	Breve histórico da cidade de Cáceres-MT.....	29
2.2	A comunidade São Lourenço	37
3.	PRESSUPOSTOS TEÓRICOS	41
3.1	Sociolinguística: fundamento e abordagem.....	41
3.2	O Comportamento Linguístico	42
3.2.1	Fatores sociais	42
3.2.2	Atitudes linguísticas	45
3.3	Abordagem da cultura	48
3.4	Estudos realizados na área.....	50
3.4.1	Estudo realizado no contexto de Cáceres-MT	54
4.	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	59
4.1	A constituição do <i>corpus</i> de pesquisa – Os informantes	59
4.2	A coleta de dados.....	63
4.3	A transcrição dos dados.....	64
4.4	Levantamento e tabulação dos dados para análise	66
5.	O FALAR DA COMUNIDADE SÃO LOURENÇO	67
5.1	Peculiaridades linguísticas do falar da comunidade São Lourenço.....	67
5.2	Outras características linguísticas da comunidade São Lourenço	86

5.2.1	Características fonéticas	86
5.2.2	Características morfossintáticas da comunidade São Lourenço.....	99
5.2.3	Peculiaridades lexicais da comunidade São Lourenço	100
5.3	Análise de usos característicos do falar local por grupo de informantes.....	111
6.	ASPECTOS CULTURAIS E LINGUÍSTICOS DA COMUNIDADE SÃO LOURENÇO	
	- A VISÃO DOS NATIVOS	117
6. 1	Aspectos culturais da comunidade São Lourenço	117
6.1.1	A percepção do nativo em relação à cidade	117
6.1.2	Campo <i>versus</i> cidade: a escolha.....	119
6.1.3	A visão do informante sobre o clima da cidade	121
6.1.4	Identidade social	122
6.2	Manifestações culturais	126
6.2.1	Manifestações religiosas: rezas	127
6.2.2	Danças tradicionais: o cururu e o siriri.....	129
6.2.3	Lendas.....	131
6.2.4	A culinária e a bebida tradicionais	135
6.3	Características dos nativos	136
6.4	Aspectos linguísticos da comunidade São Lourenço – a visão dos nativos.....	140
6.4.1	Padrões Sociolinguísticos: estigmatização	140
6.4.2	Reações subjetivas a modificações no falar local.....	143
6.4.3	Atitude linguística: aceitação <i>versus</i> rejeição.....	145
6.4.4	Percepção da diferença linguística no estrato social	148
6.5	Diferenças linguísticas: falar nativo <i>versus</i> o falar do imigrante	150
6.5.1	Grupo de pessoas vindas de outras localidades	153
7.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	161
8.	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	165

9.	ANEXOS	175
9.1	Ficha de Identificação do Informante	175
9.2	Roteiro de entrevista.....	176
9.3	Termo de Consentimento Livre (TCL).....	177

INTRODUÇÃO

1.1 O tema

Este estudo tem por objetivo descrever usos linguísticos da comunidade São Lourenço, localizada no município de Cáceres-MT. Além da descrição desses usos, pretende-se ainda compreender o comportamento social dos informantes em relação à variedade local, observando suas avaliações e crenças a respeito de sua própria língua e sua cultura. Nesse contexto se incluem as atitudes de aceitação ou de rejeição, consideradas positivas ou negativas, que influenciam o modo como o nativo percebe a língua e a cultura do seu grupo e do grupo de pessoas vindas de fora.

A escolha dessa comunidade justifica-se pelo fato de ela contar com um número expressivo de cacerenses nativos e de um número reduzido de migrantes, que se estabeleceram nas terras devolutas dessa localidade.

O português falado por habitantes tradicionais do São Lourenço apresenta marcas das variedades que o formaram, traços provenientes da linguagem dos colonizadores. Muitas variantes em uso na comunidade são características de variedades populares do português do Brasil. Neste sentido aproximam-se de dados atestados por Amadeu Amaral (1920), Nascentes (1923), Marroquim (1934) e Teixeira (1938). Pode-se supor que o falar da comunidade tenha se constituído a partir da miscigenação que aconteceu na região pela ação do colonizador bandeirante. Além disso, temos conhecimento da existência de algumas etnias indígenas nessa região e ainda de alguns descendentes de escravos africanos (MENDES, 2009).

Podemos presumir que as características linguísticas e culturais da comunidade São Lourenço em Cáceres se explicam por vários fatores, como o seu isolamento dos grandes centros do país e a baixa formação escolar dessa população. Nossos informantes, em termos de escolaridade, variam desde nenhuma escolaridade a até, no máximo, a 8^a

série, e têm hábitos da vida simples, do campo e do Rio Paraguai - alguns são pescadores profissionais e sobrevivem somente da pesca.

Outros estudos focalizam o falar cacerense no contexto da cidade de Cáceres, como o de Bisinoto (2000), que analisa os depoimentos dos nativos e dos imigrantes a respeito da variedade linguística local, sob o enfoque das atitudes sociolinguísticas; de Silva (2000), que investiga a alternância [ãw]~[õ] final na fala local, e de Macedo-Karim (2004), que pesquisa a variação na concordância nominal de gênero nesse falar. No entanto, ainda não foi focalizada a comunidade São Lourenço, objeto desta pesquisa, cujo perfil sócio-econômico-cultural difere do dos informantes dos estudos anteriores. Nesse sentido, este estudo trará contribuições às discussões existentes, pois se propõe à descrição linguística e à compreensão das atitudes linguísticas de outro grupo de informantes nativos, com o objetivo de colaborar para a descrição de uma variedade específica do português brasileiro.

Considerando o quadro apresentado, as perguntas que nortearam a nossa pesquisa foram: quais são os usos característicos do falar da comunidade do São Lourenço em Cáceres; e quais são as atitudes da comunidade em relação a esses usos?

Para a análise utilizamos um *corpus* coletado por entrevistas realizadas a partir de um roteiro de perguntas que abarcam aspectos linguísticos e sociais (cf. anexo 9.2.), e informações oriundas de observação participante.

1.2 Objetivos

Constituem objetivos deste trabalho:

- descrever usos linguísticos recorrentes no falar dos informantes nativos da cidade de Cáceres, moradores da comunidade São Lourenço, com o objetivo de fornecer dados para a descrição das variedades do português brasileiro;

- identificar atitudes da comunidade de São Lourenço em referência aos usos linguísticos e aspectos culturais da localidade.

1.3. Organização da tese

Esta tese se organiza em seis capítulos.

No Capítulo I são apresentados o tema do estudo, os objetivos e a organização do trabalho.

No Capítulo II são apresentados um breve histórico da cidade de Cáceres-MT e a caracterização da comunidade São Lourenço.

No Capítulo III é apresentado o referencial teórico da Sociolinguística e áreas afins, focalizando sobretudo os pressupostos teóricos que dão sustentação às análises desenvolvidas neste estudo.

No Capítulo IV descrevemos o método utilizado na pesquisa, detalhando a formação do *corpus*, seleção dos informantes, estrutura das entrevistas, transcrição dos dados, definição dos grupos de informantes, e os procedimentos utilizados para a análise.

No Capítulo V descrevemos os usos linguísticos que identificam o falar da comunidade São Lourenço, comparando com análises desenvolvidas por pesquisadores que também tratam dessas questões.

No Capítulo VI são apresentados e analisados os depoimentos dos entrevistados da comunidade São Lourenço, com o intuito de identificar as atitudes desse grupo sobre os aspectos culturais, da localidade o seu próprio falar e o falar das pessoas de fora da comunidade.

CÁCERES E A COMUNIDADE DE SÃO LOURENÇO

2.1. Breve histórico da cidade de Cáceres-MT

Cáceres¹ está localizada a 240 km da capital do Estado de Mato Grosso, Cuiabá, e a 80 km da fronteira do Brasil com a cidade boliviana de San Mathias. Sua extensão territorial é de 24.965,94 Km²; situa-se na Mesorregião Centro-sul mato-grossense, na Microrregião do Alto Pantanal, com a área sul do município fazendo parte do Pantanal mato-grossense.

A cidade é banhada pelo Rio Paraguai, localizando-se em sua margem oriental, sete léguas² ao norte da foz do Jauru e na confluência dos rios Sepotuba e Cabaçal, no caminho entre Vila-Bela da Santíssima Trindade e a capital Cuiabá. O Rio Paraguai percorre uma extensão de 2.621 km, sendo 1.693 km em território brasileiro. Conforme Ferreira (2001), por tradição, no percurso do rio existem quatro longos trechos com características diferentes: Paraguai Superior, Alto Paraguai, Médio Paraguai e Paraguai Inferior. O percurso do rio no município de Cáceres, o *Alto Paraguai*, corresponde ao curso da bacia de recepção das águas, desde a confluência do Rio Jauru até o Rio Apa. Nas épocas de cheia e vazante, as águas correm entre os barrancos que margeiam o rio, alagam os campos e matas, formando baías e lagoas que são utilizadas para a reprodução e a criação das espécies de peixes pantaneiros. Esse curso da água tem fundamental importância no aproveitamento socioeconômico – há muitas famílias ribeirinhas que sobrevivem somente da pesca. A figura 1 mostra a imagem aérea do Rio Paraguai a partir do centro da cidade.

¹ A cidade de Cáceres-MT foi reconhecida recentemente como *Patrimônio Cultural do Brasil*, conforme a publicação no Diário Oficial da União de 26.06.2012. O tombamento foi apresentado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e aprovado pelo Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural.

² Medida de distância em vigor antes da adoção do sistema métrico, valendo aproximadamente 6.600 m.



Foto 1: Rio Paraguai nas imediações do centro de Cáceres. Fonte: Adilmira Reis/2011

A cidade de Cáceres constitui-se em uma fonte inesgotável de material de pesquisa para pesquisadores de diversas áreas e, especialmente, para linguistas, por apresentar aspectos linguísticos e culturais que remetem aos colonizadores e aos povos que viviam nesse território na época da fundação da cidade, período do Brasil-colônia.

De acordo com Ferreira (2001, p. 405), a primeira penetração de não índios na região de Cáceres “retrocede a tempos anteriores à fundação de Cuiabá”. Em 1754, o governador da Capitania de Mato Grosso, Antônio Rolim de Moura Tavares, manda erguer às margens do rio Jauru o Marco do Jauru, que indicava a fronteira da colônia portuguesa determinada pelo tratado de Madrid, de 1750, como limite do território lusitano na América. Segundo Simon & Ayala (1914), o Marco do Jauru foi trasladado, em fevereiro

de 1883, para a Praça Barão do Rio Branco, pelo Tenente Coronel Antônio Maria Coelho, comandante do 19º Batalhão de Infantaria de São Luiz de Cáceres. Atualmente o Marco do Jauru encontra-se instalado na Praça Matriz, em frente à Catedral São Luiz, conforme se vê na foto 2, a seguir.



Foto 2: Marco do Jauru e Catedral São Luiz. Fonte: Adilson Reis/2007

Com a mudança da nova capital de Mato Grosso para Vila Bela da Santíssima Trindade em 1752, o governador da Capitania, Luís de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres, determinou a criação de um entreposto entre a Capital e o maior centro econômico da região, Cuiabá. Assim, deu-se a fundação da Vila Maria do Paraguai (hoje cidade de Cáceres). A Vila é fundada em 6 de outubro de 1778, quando o Brasil ainda era colônia de Portugal.

Dessa forma, a denominação primeira da Vila, *Villa Maria do Paraguay*, se deve à homenagem feita *em obsequio do real nome de Sua Majestade*, D. Maria I, rainha

reinante de Portugal. Ao longo de sua história, a cidade é renomeada oficialmente mais quatro vezes; o nome Cáceres só foi adotado através do Decreto-Lei nº. 208, de 26 de outubro de 1938.

O Governador da então Capitania apontou os seguintes motivos que o levaram a definir o local para fundar a Vila:

1. Abrir uma porta de navegação com São Paulo (Albuquerque elaborara uma carta hidrográfica que estabelecia as diretrizes de navegação fluvial para São Paulo desde o norte de Mato Grosso por Vila Maria e nordeste de Cuiabá);
2. Defesa e incremento da fronteira sudoeste;
3. Fertilidade do solo regado por abundantes águas e cheio de pastagens, o que era bom prenúncio de riqueza e prosperidade agrícolas;
4. Facilitar as comunicações entre Vila Bela e Cuiabá e o desenvolvimento das relações comerciais entre os dois centros populacionais mais importantes da região mato-grossense. (BARROS *apud* MENDES, 2009, p. 30).

Apresentamos abaixo fragmento da Ata de fundação da Vila-Maria, reproduzida por Mendes (2009, p.27).

(...) sendo presente o Tenente de Dragões Antonio Pinto do Rego e Carvalho, por elle foi dito que tinha passado a este dito lugar por ordem do Ilmo. E Exmo. Snr. Luís de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres, Governador e Capitão General d' esta Capitania de Mato Grosso, para com effeito fundar, erigir e consolidar uma **povoação civilizada**, aonde se congregassem todo o maior número de moradores possível, compreendidos todos os **casas de índios castelhanos** proximamente desertados para estes Domínios Portuguezes da Província de Chiquitos, que fazem o numero de **78 individuos** de ambos os sexos, a que juntando-se todo o numero das mais pessoas congregadas para o dito fim faz o total de **161 individuos** de ambos os sexos; cuja povoação, segundo as ordens do dito, se denominará de hoje em diante, em obsequio do real nome de sua Majestade – Villa Maria do Paraguay – esperando-se que de semelhante estabelecimento haja de resultar grande utilidade ao real sérvio e commodidade publica. (grifos nossos)

No fragmento, destacamos a referência ao número expressivo de índios castelhanos da Província dos Chiquitos levados a juntar-se à população colonizadora sob o domínio da coroa portuguesa.

É interessante mencionar a existência de população escrava na Fazenda Jacobina contemporânea à fundação da cidade. Conforme Mendes (2009), a fazenda registrou o número de duzentos escravos que trabalhavam nas atividades da roça nos canaviais, na plantação de mandioca, feijão, cereais e café. A fazenda Jacobina se tornou um dos estabelecimentos agropastoris mais importantes da província, o centro de propagação do desenvolvimento. Em 1827, a Jacobina foi considerada a fazenda mais rica da Vila-Maria, tanto na área da produção agrícola, como na pecuária, registrando sessenta mil reses em seus pastos.

Também a fazenda Descalvados foi fundamental no crescimento da Vila-Maria – desenvolveu atividades na indústria extrativa, na produção pecuária, e, pela facilidade de navegação fluvial, teve instalada uma charqueada que abatia as reses da propriedade para a produção e exportação de charque. Na década de 1880, havia na fazenda uma charqueada destinada a abastecer o mercado europeu. Atualmente a fazenda Descalvados desenvolve atividades na área do turismo pesqueiro.

Somando-se o número de pessoas que viviam nas fazendas Jacobina e Descalvados para a produção agrícola e pecuária, o total era maior do que o registrado na Vila-Maria. Segundo Florence (1827 *apud* MENDES, 2009, p. 31-32), a vila era apenas

(...) dois renques de casas em mau estado, de cada lado, uma **grande praça, uma igrejinha** sob a invocação de São Luiz de França, muros de separação por trás das casas, eis tudo. **Seis ou sete homens brancos, trezentos caburés descendentes de índios aldeados** no tempo de D. Maria I, mulatos e negros, eis toda a população da vila. (grifos nossos).

Nessa citação destacamos que a população indígena supera a população não índia daquela época. Esse fato demonstra que, apesar de ter sido fundada com o nome de Vila Maria do Paraguai, a vila era habitada principalmente por índios Chiquitanos emigrados da República da Bolívia. Na parte estrutural da vila, a *grande praça* e a *igrejinha* representam a preocupação dos colonizadores com a organização dos espaços da

vila, conforme orientação do governador da capitania de Mato Grosso. Em Vila-Maria, com o crescimento da povoação, as primeiras casas dos habitantes foram construídas ao redor da praça da Igreja.

Na Ata de fundação da vila em 1778, entre diversas orientações que determinavam um modelo de ocupação urbana, já constavam as indicações das primeiras ruas e travessas com suas respectivas nomeações, conforme o fragmento da ata de fundação da Vila (MENDES, 2009, p. 28):

(...) Segundo o risco, a largura de 60 palmos de ruas que estão assignadas por elle, Tenente; cujas actualmente demarcadas e abalisadas terão os seguintes nomes, a saber: a primeira, contando do norte, rua d'Albuquerque, a immediata, para o sul, rua de Melo, as quais ambas vão desembocar na praça e cada uma d'ellas faz face a mesma do norte e do sul, assim como também as travessas, a primeira, contando do poente para a nascente, travessa do Pinto, e a que se segue, contando também para o nascente, Travessa do Rego, e no alto da praça da mesma banda do nascente cuja frente fica riscada entre as ruas e travessas ditas 360 palmos cujo numero tem também as mais quadras, poderão os moradores erigir a sua igreja por ficar a porta principal d'ella para o poente, como determinam os rituaes e o mais terreno d'esta frente da praça por agora se não occuparia em casas.

A demarcação descrita no documento apresenta de modo muito peculiar uma geografia urbana determinada pelos espaços públicos, ou melhor, resulta na imagem de um mapa da cidade. Essas demarcações ainda se encontram preservadas, o que torna Cáceres uma cidade bicentenária que mantém o esboço do desenho original no centro da cidade, com ruas e calçadas estreitas e casas antigas³.

Em 17/04/1863, pelo Decreto n° 3069, a administração da Vila-Maria recebe instruções para regular o registro de casamentos, nascimentos, óbitos de pessoas de religião diferente do Estado. Nesse tempo, o desenvolvimento da Vila ocorria através do meio rural, com o crescimento da produção agrícola e pecuária. Essas atividades impulsionaram a elevação da Vila-Maria do Paraguai à categoria de cidade, quando a vila passa a ser denominada São Luís de Cáceres. Seu nome é uma homenagem ao fundador, *Luís de*

³ Na parte final deste texto (9.4) anexamos imagem aérea da Praça Barão do Rio Branco, do cais Porto Mário Correia e algumas fotos de casas antigas localizadas na parte central da cidade.

Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, ilustre português nascido em Ladário, distrito de Viseu, no dia 21 de outubro de 1739.

Na sequência destacamos fragmento da Ata do dia 25 de junho de 1874, da Câmara Municipal, que menciona a Lei provincial n° 3, de 30 de maio de 1874, elevando a vila à categoria de cidade (MENDES, 2009, p. 51).

(...) Segunda sessão, Número 18. Palácio do Governo da Província de Mato Grosso, Cuiabá 10 de junho de 1874. Remeto a essa Câmara Municipal para seu conhecimento a inclusa cópia da **lei provincial n° 3 de 30 de maio do próximo findo, que eleva essa vila à categoria de cidade com a denominação de cidade de São Luiz de Cáceres**. Deus guarde a Vm.ces- o Presidente Bel. José de Miranda Silva Reis. À Câmara Municipal de São Luiz de Cáceres – cópia 1874 n° 3. (Grifos nossos)

De acordo com Ferreira (2001), no início do século XX, a cidade estava em pleno desenvolvimento e importantes acontecimentos marcaram a administração do município. Por exemplo: em 1° de agosto de 1906 ocorreu a inauguração da Estação Telegráfica de São Luiz de Cáceres; no ano seguinte é instalado o primeiro ramal das linhas telegráficas de Mato Grosso; em 16 de março de 1927, pela primeira vez o hidroavião Santa Maria corta os céus mato-grossenses e flutua no Rio Paraguai; em 1929, a firma Castrillon & Irmãos inicia o serviço particular de abastecimento de água encanada na cidade.

Segundo Mendes (2009), a população cresce gradativamente e a partir de 1950 Cáceres recebe novos migrantes. No período de 1961 a 1963, na administração de José Esteves de Lacerda, ocorreu a inauguração da Ponte Marechal Rondon sobre o Rio Paraguai, abrindo vias de comunicação com o extremo oeste mato-grossense, e marcando a fase decisiva para a ocupação do município.

Além da inauguração da ponte Marechal Rondon, nesse período Cáceres foi destaque no cenário brasileiro como potência em produção agrícola e pecuária. A atenção que a região recebeu significou a intensificação do fluxo migratório vindo das regiões Sul e Sudeste do país. Sua população, de 28 mil habitantes, em 1960, passa a 86 mil habitantes, em 1970.

Inferimos que esse súbito crescimento na população, trouxe novos falares para a comunidade cacerense e, também, o estranhamento dos migrantes em referência à norma linguística local, especialmente no que diz respeito ao uso do masculino em vez do feminino na concordância nominal, ao uso das africadas [tʃ] e [dʒ] em vez das fricativas [ʃ] e [ʒ], à alternância do ditongo [ãw] e [õ]. Esse estranhamento tem aproximadamente meio século, fato que resultou em diversas reações no comportamento dos cacerenses sobre a sua norma linguística. Os nativos com alto grau de escolaridade acreditam que não utilizam a norma local. Para eles, quem utiliza norma local são os nativos moradores da periferia, com baixo grau de instrução. Esses nativos são justamente os informantes deste estudo⁴ que são identificados mais a diante.

Com o crescimento demográfico, a administração de Cáceres precisou trabalhar em muitas frentes na estrutura física e organizacional para atender às necessidades da população. Ocorreu, nesse período, a construção da ponte sobre o Rio Cabaçal, facilitando a expansão para o oeste. Essa ação deu origem a inúmeros municípios que se emanciparam de Cáceres, reduzindo sua área geográfica e produtiva.

Cáceres teve um momento importante para o ensino superior na administração Municipal de Ernani Martins. Em 1978, o prefeito autorizou o poder executivo a criar o IESC – Instituto de Ensino Superior de Cáceres⁵, com o objetivo de promover o ensino superior e a pesquisa nessa região. O Instituto passou por várias modificações e atualmente transformou-se em Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT⁶.

Atualmente nos seus 233 anos, Cáceres também se destaca por ter se transformado em um importante polo político-econômico-cultural da região sudoeste do Estado. É neste cenário, onde passado e presente se integram e o futuro se mostra, que se insere a comunidade São Lourenço, objeto deste estudo, e a que nos referimos mais detalhadamente a partir deste momento.

⁴ No IV capítulo deste estudo detalhamos o perfil sociocultural de cada informante desta pesquisa.

⁵ Segundo Zattar et al. (2008, p. 15), foi “através da Lei n° 703, de 20 de julho de 1978”.

⁶ Segundo Zattar et al. (2008, p. 16), “criada pela Lei Complementar n° 30, de 15 de dezembro de 1993, como entidade de direito público”.

2.2 A comunidade São Lourenço

A comunidade São Lourenço está localizada na região periférica da cidade de Cáceres, às margens da rodovia BR-070, distante, aproximadamente, 6 km do centro da cidade.

Conforme a Lei nº1.411, de 8 de outubro de 1997, da Câmara Municipal de Cáceres, que dispõe sobre a criação e a delimitação dos bairros da cidade, o bairro São Lourenço tem seu ponto inicial na margem da Rodovia BR-070 e seu ponto final no Canal do Renato. Reproduzimos abaixo a imagem aérea da cidade de Cáceres e em destaque a localização da comunidade São Lourenço.



Figura 3: Imagem aérea de Cáceres em destaque a localização do São Lourenço.
Fonte: site <http://www.googlemaps.com.br>. Acesso 10/10/2011.

O censo do IBGE (2010) registrou 87.942 habitantes em Cáceres, e desse total aproximadamente 1.000 habitantes são moradores da comunidade São Lourenço.

Buscamos informações sobre a constituição do bairro São Lourenço com os habitantes do local⁷. Entre eles entrevistamos a Sra. Juremi da Silva Santos, Presidente da Associação dos Moradores do bairro de 1995 a 2011. Segundo ela, o primeiro morador da comunidade foi o Sr. Antônio Cotia, que possuía uma grande área localizada na entrada do bairro, onde mantinha um matadouro, em que se abatia gado para o abastecimento do comércio local. Nessa época, algumas pessoas tomaram conhecimento da existência de terras devolutas naquela localidade e, a partir daí, os habitantes passaram a ocupar os terrenos e a construir suas casas. Esse foi o primeiro passo para a formação da comunidade São Lourenço, ou seja, ela começava a ser urbanizada.

Conforme informações dos moradores, a localidade era considerada extensão do Bairro do Rodeio e sua transformação em bairro ocorreu pela necessidade de os moradores terem atendimento médico, então realizado no Posto Regional de Saúde, no bairro São Miguel. Durante o preenchimento das fichas dos pacientes para a consulta médica, os moradores informavam nomes diferentes para a localidade. Esse fato dificultava o trabalho das agentes de saúde na organização das fichas dos pacientes, resultando em constantes reclamações. Por esse motivo, os moradores se reuniram e cobraram da administração municipal uma definição para a localidade ocupada.

A administração municipal analisou o número de habitantes que viviam na área ocupada e autorizou a criação da Associação dos Moradores e a nomeação do bairro. A Associação foi criada em 01/08/1988 e, em consenso, os moradores escolheram o nome do Sr. Lourenço, um cidadão que fez parte dos primeiros habitantes a se estabelecer na área, e sempre buscava a união de todos nos momentos de discordância por delimitação de espaço. Deu-se então a nomeação do Bairro São Lourenço, topônimo que contém, ao mesmo tempo, o nome do morador homenageado e o nome do Santo Padroeiro⁸, de origem espanhola, que teria sido levado a Roma e incumbido de administrar os bens da Igreja. Para socorrer os pobres, dividiu e entregou toda a riqueza da igreja aos carentes.

⁷ A Lei n°1.411 que dispõe sobre a criação e delimitação dos bairros da cidade é o único documento oficial encontrado durante a pesquisa realizada na Câmara Municipal e na Prefeitura da cidade que se refere ao Bairro São Lourenço.

⁸ Fonte: artigo do site:<http://marcioreiser.blogspot.com/2009/08/sao-lourenco.html>. Acesso 01/03/2012.

No dia 10 de agosto, em que é comemorado o dia de São Lourenço, a comunidade-SL realiza a festa em homenagem ao seu padroeiro. A festa segue a tradição e o ritual é bem conhecido na região. Primeiro, os devotos seguem em procissão pelas ruas da comunidade, em seguida levantam o mastro em frente à residência onde ocorre a celebração. Ao término da reza é servido o jantar ao som da viola de cocho e do ganzá, com a dança do siriri e a roda do cururu. (Essas manifestações culturais serão apresentadas mais detalhadamente no capítulo V deste estudo).

A comunidade tem infraestrutura mínima para atender às necessidades dos moradores: possui rede elétrica, abastecimento de água encanada e rede telefônica. Desde a ocupação da localidade, os moradores do São Lourenço reivindicaram à prefeitura de Cáceres melhorias para a infraestrutura da comunidade. Como exemplo, a ex-Presidente da Associação de moradores do bairro citou a abertura de ruas na comunidade, pois havia somente caminhos onde as pessoas passavam a pé e de bicicleta. As ruas foram abertas sem pavimentação e sem rede de esgoto. No período das chuvas, como a água não tem para onde escoar, formam-se grandes poças de água que ficam acumuladas por um longo período, atrapalhando o deslocamento das pessoas. Outra reivindicação dos moradores: o aterramento de um espaço alagado onde construíram uma creche municipal denominada “Gotinhas do Saber”, que atende a aproximadamente 196 crianças do bairro, com idade entre dois e cinco anos.

Por falta de escola de nível fundamental e médio, os alunos da comunidade frequentam a Escola Municipal Raquel Ramão, no Bairro do Rodeio. Assim também o atendimento de saúde é feito em postos de outras localidades, pois não há posto médico na comunidade. Já o abastecimento de produtos alimentícios é realizado por dois mercados denominados Lima e MKL. Para o lazer, a comunidade conta com dois campos de futebol, utilizados pelos jovens, que formam equipes masculinas e femininas.

As fotos seguintes apresentam aspectos das ruas da comunidade São Lourenço.



Fotos 4 e 5: Aspectos das Ruas da Comunidade São Lourenço. Fonte: acervo da autora/julho/2011.

Em relação ao perfil sociocultural, nossos informantes, nativos da cidade de Cáceres, moradores do São Lourenço, integram o grupo de habitantes que utiliza a variedade linguística local com os traços característicos das regiões mais antigas do Mato Grosso e usos do português popular; exercem trabalhos manuais e do campo, e em termos de escolaridade, variam desde nenhuma escolaridade até, no máximo, a 8ª série.

Uma vez apresentada uma visão histórica e panorâmica de Cáceres e da comunidade São Lourenço, no próximo capítulo tratamos da fundamentação teórica que embasa esta tese.

PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

3.1 Sociolinguística: fundamento e abordagem

A constituição da Sociolinguística como área da Linguística teve como marco a publicação dos trabalhos apresentados em um congresso realizado em 1964 na Universidade da Califórnia em Los Angeles (UCLA), organizada por William Bright (1966). O organizador apresentou os trabalhos sob o título *Sociolinguistics* e escreveu um texto introdutório, “The dimensions of Sociolinguistic”, em que define e caracteriza essa área de estudo.

Para Brigh (1966), a tarefa da Sociolinguística difere de algumas preocupações anteriores sobre as relações entre língua e sociedade. A perspectiva da Sociolinguística seria “demonstrar a covariação sistemática das variações linguística e social, e, talvez, até mesmo demonstrar uma relação causal em uma ou outra direção” (BRIGHT, 1974, p.17)⁹. A diversidade é a palavra-chave dessa área de estudo. Segundo Bright, é possível relacionar um conjunto de dimensões ao condicionamento da diversidade linguística. O condicionamento linguístico se refere aos vários fatores socialmente definidos com os quais se supõe que a variação linguística esteja relacionada. O número dos fatores pode variar em cada caso, mas alguns desses fatores parecem ocorrer na maioria dos casos de diversidade linguística, como os que se referem às dimensões de emissor, receptor e do contexto. Assim, geralmente são considerados nos estudos dessa área: (1) a identidade social do emissor ou falante; (2) a identidade social do receptor ou ouvinte; (3) o contexto.

Este estudo se insere nessa área do conhecimento, a Sociolinguística. Focalizamos alguns aspectos da linguagem de uma comunidade localizada em um bairro periférico da cidade de Cáceres, constituída quase que exclusivamente por habitantes nativos. Além de descrever aspectos do falar da comunidade, procuramos compreender o

⁹ A indicação de páginas se faz pela tradução de 1974, de Elizabeth Neffa Araújo Jorge.

comportamento dos informantes em relação à variedade local, observando suas avaliações e crenças a respeito de sua própria prática linguística e cultural.

Os indivíduos nativos de uma comunidade adquirem, de forma sistemática e natural, sua variedade linguística, de modo que essa prática acontece sem que prestem atenção à competência comunicativa Sociolinguística para o uso adequado da língua. Os indivíduos não estão conscientes das normas que conduzem o seu comportamento sociolinguístico. A propósito, Hymes (1967 *apud* FISHMAN, 1974, p.30) diz “que os recém-chegados a certas comunidades ou complexos incluindo os pesquisadores de Sociolinguística – devem descobrir essas normas *mais* rapidamente, *mais* laboriosamente e, portanto, *mais* conscientemente”.

Sobre essa maneira de investigar, Labov (1974) ressalta que dois aspectos devem ser discutidos: o primeiro está relacionado ao caráter eminentemente social dos fatos linguísticos, e o segundo, à percepção da variabilidade a que tais fatos estão submetidos. A variação linguística se apresenta condicionada por fatores sociais na comunidade, a diferenciação por status social do falante nas classes socioeconomicamente é estigmatizada.

3.2 O Comportamento Linguístico

3.2.1 Fatores sociais

O ponto de partida da investigação Sociolinguística é a comunidade linguística, formada por “pessoas que interagem verbalmente e que compartilham um conjunto de normas com respeito aos usos linguísticos” (ALKMIM, 2004, p.31). É na comunidade que se verifica a variação linguística, pois em toda comunidade as pessoas utilizam modos diferenciados para se expressar.

Constituem-se em um dos objetos de estudo da Sociolinguística os juízos atribuídos ao comportamento verbal dos falantes. A atitude¹⁰ em relação ao comportamento

¹⁰ De acordo com Lévi-Strauss (1958, p. 90) “as atitudes sociais provêm da observação empírica. Elas não pertencem ao mesmo nível que as estruturas linguísticas, mas a um nível diferente, mais superficial”.

linguístico dos falantes de uma língua ou dialeto está correlacionada à organização social dos valores simbólicos que as variedades linguísticas adquirem frente aos usuários dessa língua ou dialeto.

Segundo Berutto (1979, p. 133), “a língua reflete a organização sociocultural e as condições linguísticas de um país”. O autor afirma que “dispomos de um índice de interpretação e valoração dos fatos sociais e também históricos”, devido ao comportamento linguístico que se desenvolve, com ampla margem, pouco sujeito a controle. No entanto, perfeitamente observável, ou seja, o lado linguístico do uso pode ser investigado com um refinamento e um rigor indiscutível, pela precisão metodológica da Sociolinguística.

Segundo o autor, uma das principais atuações da Sociolinguística consiste em individualizar as tendências que atuam na relação entre língua e sociedade e, em particular, em determinar os condicionamentos sociais do comportamento linguístico. Para o autor, o procedimento é muito importante quando se leva em conta que o fator linguístico é imediatamente abstraído e analisável e se manifesta de diversas maneiras na superfície, enquanto nem sempre ocorre o mesmo com o fator social. Conforme Berutto (1979, p. 134), “outra razão para ocupar-se seriamente dos condicionamentos sociais do comportamento linguístico é a visão da língua como instrumento fundamental da comunicação, da transmissão e intercâmbio de experiências”, do patrimônio cultural de um grupo a outro, de uma geração a outra. O pesquisador destaca que os condicionamentos e suas justificativas têm surgido de forma assistemática em vários lugares: “em primeiro lugar, a língua e o comportamento linguístico são um forte fator de identidade e de coesão de um grupo social, tanto internamente como em direção externa”. Para o autor, “o indivíduo que usa a fala na forma distanciada dos hábitos e normas de seu grupo, em geral,

Conforme Lambert (1973, p.100), “uma atitude é uma maneira organizada e coerente de pensar, sentir e reagir a pessoas, grupos, problemas sociais ou, de modo mais geral, a qualquer acontecimento no ambiente. Os componentes essenciais de atitudes são pensamentos e crenças, sentimentos e emoções, bem como tendências para reagir. Podemos dizer que uma atitude se forma quando tais componentes estão de tal modo inter-relacionados que as tendências de reação e os sentimentos específicos se tornam coerentemente associados ao objeto da atitude. Nossas atitudes se desenvolvem quando enfrentamos nossos ambientes sociais e nos ajustamos a eles”.

é submetido a sanções sociais. Em segundo lugar, os grupos têm certa hierarquia na organização social”: os hábitos linguísticos dos grupos mais influentes, em geral, estão dotados de prestígio, ou seja, são considerados mais importantes e melhores que os de outros grupos. Continuando, o autor menciona que há uma tendência explícita ou implícita da imitação, no sentido de que os membros menos influentes e menos prestigiosos tendem a adaptar-se ao comportamento e aos hábitos dos modelos de prestígio, constituídos pelos membros mais influentes. Normalmente os membros influentes agem para que seu comportamento seja tomado como modelo de prestígio e obtenha o consenso social. Em terceiro lugar, o autor assinala (BERUTTO, 1979, p. 135) que “o indivíduo falante sempre é membro de uma comunidade falante”. O autor assinala ainda que a aquisição e o desenvolvimento da linguagem, isto é, o progressivo domínio de uma competência sociolinguística cada vez maior é um processo mediante o qual o falante passa a ser membro, e se reconhece como tal. Em consequência disso, a liberdade linguística do indivíduo tem seus limites, mas as normas derivadas do conjunto de hábitos e valores típicos da comunidade são sentidas por esta como caracterizantes, de forma implícita ou explícita. Desse modo, a aquisição e o desenvolvimento da linguagem é a base da socialização do indivíduo.

Conforme Calvet (2002), os usos da língua¹¹ variam geográfica, social e historicamente, e da mesma forma varia a norma que identifica uma comunidade, conduzindo também à diferença no comportamento do falante em relação às atitudes linguísticas. Um dos interesses da Sociolinguística é o comportamento social que essa norma pode provocar, podendo dessa forma se desenvolver dois tipos de consequências sobre o comportamento linguístico da comunidade. Por um lado, os falantes, de certo modo, fazem frente à sua própria fala. E por outro, há as reações dos falantes ao falar dos outros. Em um caso, ou valoriza-se sua prática linguística ou tenta-se modificá-la em

¹¹ Bourdieu (1996, p.41) explica que “os usos da língua devem *seu valor propriamente social* ao fato de se mostrarem propensos a se organizar em sistemas de diferenças (entre as variantes prosódicas e de articulação ou lexicológicas e sintáticas) reproduzindo o sistema das diferenças sociais na ordem simbólica dos *desvios diferenciais*. Falar é apropriar-se de um ou de outro dentre os estilos expressivos já constituídos no e pelo uso, objetivamente marcados por sua posição numa hierarquia de estilos que exprime através de sua ordem a hierarquia dos grupos correspondentes”.

conformidade a um modelo prestigioso; em outro, julgam-se as pessoas pelo seu modo de falar.

O comportamento linguístico está ligado a um comportamento social mais geral, está associado ao que é considerado modo legítimo de falar e modo pouco valorizado de falar, levando à terminologia: segurança/insegurança linguística. O falante que considera o seu modo de falar a verdadeira norma, sente-se seguro nos momentos de interação comunicativa, mas aquele que considera seu modo de falar pouco valorizado socialmente, sente-se inseguro no processo de interação diante do modelo mais prestigioso.

3.2.2 Atitudes linguísticas

Calvet (2002) ressalta que existe um conjunto de atitudes, de sentimentos dos falantes para com suas línguas, e para com as pessoas que as utilizam, que torna vaga a análise da língua como simples instrumento linguístico. Desse modo, na análise linguística devem-se levar em conta as questões sociais, a variação linguística da comunidade que se pretende observar, e as atitudes dos usuários da língua com relação a essa variação. Atitudes de rejeição ou de aceitação, consideradas negativas ou positivas, muito provavelmente podem produzir um efeito sobre o modo como os usuários tomam consciência e percebem a fala do outro. A partir dessas reações, especialmente das negativas, surge o preconceito linguístico considerado também como uma forma de atitude do usuário da língua, tendo como alvo o falante.

Essas ideias ou convicções preconcebidas sobre alguém ou algo, resultantes de expectativas, hábitos de julgamento ou de falsas generalizações, são denominadas de estereótipos e, segundo Calvet (2002), não se referem apenas a línguas diferentes, mas da mesma forma às variantes geográficas das línguas, classificadas conforme uma escala de valores.

Conforme Labov (1972/2008, p.140)¹², “os procedimentos da linguística descritiva se baseiam na concepção da língua como um conjunto estruturado de normas sociais”. Nessa perspectiva, a língua é vista pelos sociólogos como uma das formas do

¹² A indicação de páginas se faz pela tradução brasileira de 2008, Bagno, Scherre e Cardoso.

comportamento social, transmitida como herança social, que só pode ser analisada no contexto social, no qual está inserida. Para Labov, o estereótipo social surge na comunidade a partir do conhecimento dos membros adultos da sociedade, mesmo quando não corresponde a nenhum conjunto de fatos objetivos. Membros de determinadas comunidades se referem aos estereótipos, que podem ter uma marca geral, ou mesmo uma frase geral para identificar certo grupo.

Como exemplo de estereótipo, lembramos uma frase muito utilizada para identificar o falar cuiabano, mencionada por Silva Neto (1960, p.70): “*tchuva tchoveu, Cotxipó (Coxipó) entcheu, petxe (peixe) morreu, tá sôrto, marvado?*”

Os estereótipos sociais oferecem uma visão fragmentada e assistemática da língua. Geralmente sua correlação com a fala é irregular, concentrando-se nos usos lexicais, morfossintáticos e fonéticos, mais frequentes, enquanto o legítimo curso da evolução linguística que desenvolveu a forma marcada é altamente sistemático. Esse é o motivo pelo qual o vernáculo nos oferece o panorama mais sistemático da estrutura linguística.

Como assinala Labov (1972/2008, p. 361), “alguns traços estereotipados são muito estigmatizados, mas notavelmente resistentes e duradouros”, outros variáveis. Em toda comunidade existem os falantes que têm mais consciência do que outros das formas prestigiosas de falar, e cujo comportamento é influenciado pelos padrões externos de comportamento. Os informantes são capazes de explicitar o saber sobre a língua e assim o fazem até determinado grau.

Sobre a avaliação social das variedades linguísticas, Alkmim (2004, p. 42), afirma:

(...) os julgamentos sociais ante a língua – ou melhor, as atitudes sociais – se baseiam em critérios não linguísticos: são julgamentos de natureza política e social. Não é casual, portanto que se julgue “feia” a variedade dos falantes de origem rural, de classe social baixa, com pouca escolaridade, de regiões culturalmente desvalorizadas. Por que se considera “desagradável” o *r* retroflexo, o chamado *r* caipira, presente em realizações como “porta”? Afinal, a mesma articulação retroflexa ocorre em palavras do inglês com “car”, (carro), que ninguém sente como “feia”. Em resumo: julgamos não a fala, mas o falante, e o fazemos em função de sua inserção na estrutura social.

As pessoas de um modo geral têm uma ideia de que existe uma língua que é considerada “o bem social” que está ao alcance de todos. O que existe, na verdade, é um conjunto de “variedades linguísticas” que estão em “circulação” na sociedade.

Aprende-se a variedade a que se é exposto, e não há nada de errado com essas variedades. Os grupos sociais dão continuidade à herança linguística recebida. Nesse sentido, é preciso ter claro que os grupos situados embaixo na escala social não adquirem a língua de modo imperfeito, não deturpam a língua “comum”. A homogeneidade linguística é um mito, que pode ter consequências graves na vida social. Pensar que a diferença linguística é um mal a ser erradicado justifica a prática da exclusão e do bloqueio ao acesso a bens sociais. Trata-se sempre de impor a cultura dos grupos detentores do poder (ou a eles ligados) aos outros grupos – e a língua é um dos componentes do sistema cultural (ALKMIM, 2004, p.42-43).

Na abordagem deste estudo, considera-se ainda o ponto de vista do sociólogo Goffman (1979), para compreender como surge o estigma na sociedade e como se dá sua caracterização na comunidade e, ainda, como é visto pelas pessoas. O termo estigma tem uma conotação depreciativa. Segundo o pesquisador, os gregos criaram o termo *estigma* para se referir aos sinais corporais com os quais procuravam manifestar algo fora do comum ou indevido ao status moral das pessoas que os apresentavam. Os sinais eram produzidos como cortes ou por meio de fogo, e tinham a função de marcar e avisar se a pessoa era um escravo, um criminoso ou um traidor. Uma pessoa marcada devia ser evitada, principalmente em lugares públicos.

Segundo o sociólogo, atualmente, esse termo é usado amplamente e de maneira muito semelhante ao sentido genuíno, porém é aplicado mais para caracterizar o indivíduo que está inabilitado para a aceitação social plena. Goffman (1979, p.11) esclarece que os “estudiosos não descreveram as precondições estruturais do estigma, ou mesmo forneceram uma definição do próprio conceito”. É a sociedade que estabelece os meios de caracterizar as pessoas e estabelece o total de peculiaridades consideradas normais, naturais para os membros de cada uma dessas categorias “normais” e “estigmatizados”. O meio em que se vive é que estabelece as categorias de indivíduos normais que têm a possibilidade de ter essas peculiaridades. Desse modo, o itinerário habitual das relações sociais nos ambientes

sociais é que nos permite um relacionamento com outras pessoas sem atenção particular. O autor esclarece que a palavra estigma é usada em referência a um atributo desprezível, e o que é necessário, na realidade, é uma linguagem de relações e não de atributos. Segundo o autor, um estigma é, então, na realidade, um tipo especial de relação entre atributo e estereótipo. Há vários tipos de estigmas, entre eles os estigmas tribais de raça, nação e religião, que podem ser transmitidos ao longo das gerações e atingir todos os membros de uma família. Nesse caso, as instabilidades resultantes na interação podem ter um efeito intenso e duradouro sobre os que recebem o papel de estigmatizado.

Consideramos que o estigma existente no falar da comunidade em estudo ocorre de um modo muito semelhante ao descrito pelo pesquisador. De uma forma geral é produzido pelas perspectivas das pessoas geradas em situações sociais, no contato entre os nativos e migrantes, em virtude das normas criadas por migrantes e não cumpridas por nativos, o estigma atua na interação entre de ambos.

3.3 Abordagem da cultura

Neste estudo mencionamos ainda a cultura, considerada como um conjunto de padrões de comportamento, de crenças, de conhecimentos e costumes que distinguem um grupo social em determinada comunidade.

Buscamos em Lévi-Strauss (1958/1975) os pressupostos para elucidar as questões que se estabelecem em referência à cultura da comunidade em estudo. Segundo o autor (1958/1975, p. 86)¹³, é complexa a relação entre linguagem e cultura. Para o etnógrafo, “pode-se, inicialmente, tratar a linguagem como um *produto* da cultura: uma língua, em uso numa sociedade, reflete a cultura geral da população”. Mas de outra forma, a linguagem pode ser considerada como uma parte da cultura; se constitui como um dos seus componentes. Nesse sentido, Lévi-Strauss menciona a definição de Tylor, para quem a cultura é um conjunto complexo que compreende as ferramentas, as instituições, as crenças,

¹³ A indicação de páginas será realizada pela tradução brasileira, de 1975. LÉVI-STRAUSS, Claude. *Antropologia estrutural*. Tradução de Chaim Samuel Katz e Eginardo Pires. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1975.

os costumes e a língua. Para Lévi-Strauss (1958/1975, p. 86), a linguagem pode ser considerada como condição da cultura, por duplo motivo:

Diacrônico, visto que é sobretudo através da linguagem que o indivíduo adquire a cultura de seu grupo; instrui-se, educa-se a criança pela palavra; ralha-se com ela, lisonjeia-se com palavras. Situando-se de um ponto de vista mais teórico, a linguagem aparece também como condição da cultura, na medida em que esta última possui uma arquitetura similar à da linguagem. Ambas se edificam por meio de oposições e correlações, isto é de relações lógicas. Tanto que se pode considerar a linguagem como um alicerce destinado a receber as estruturas às vezes mais complexas, porém do mesmo tipo que as suas, que correspondem à cultura encarada sob diferentes aspectos.

Conforme Lévi-Strauss, qualquer esforço para formular os problemas tanto linguísticos como culturais coloca pesquisadores numa situação excepcionalmente complexa. De um lado temos a língua, do outro a cultura, como se o problema pudesse ser definido em termos de causalidade: “é a língua que exerce uma ação sobre a cultura? Ou a cultura sobre a língua? Não nos lembramos suficientemente de que a língua e a cultura são duas modalidades paralelas de uma atividade mais fundamental (...) o espírito humano” (LÉVI-STRAUSS, 1958/1975, p. 89).

Interessam-nos também as considerações de Lévi-Strauss a respeito da noção da estrutura dos mitos, pois a comunidade São Lourenço apresenta uma relação intrínseca com essas representações. Nas entrevistas observamos que os nossos informantes mantêm vivas as lendas que circulam no imaginário coletivo da comunidade.

O pesquisador (1958/1975, p. 102) define o “mito” como uma categoria de nosso pensamento utilizada arbitrariamente para acumular, sob o mesmo conjunto de termos, “tentativas de explicação de fenômenos naturais, de obras de literatura oral, de especulações filosóficas e de casos de aparecimento de processos linguísticos na consciência do sujeito”. Ele menciona ainda que, para compreendermos o que é um mito, temos apenas duas escolhas, entre o que é do conhecimento de todos e o sofisma. Cada sociedade manifesta, nos mitos, sentimentos tais como o amor, o ódio ou a vingança, comuns a toda a humanidade.

O estudo dos mitos nos conduz “a constatações contraditórias. Tudo pode acontecer num mito; parece que a sucessão dos acontecimentos não está aí sujeita a nenhuma regra de lógica ou de continuidade” (LÉVI-STRAUSS, 1958/1975, p. 239). No mito, o indivíduo pode possuir um predicado qualquer; toda relação concebível é possível. Contudo, os mitos se reproduzem com as mesmas características e os mesmos detalhes nas diversas regiões do mundo. Ele é parte integrante da cultura, é pela palavra que o mito surge e se apresenta no discurso. Sobre o seu desenvolvimento, o autor menciona que “o mito se desenvolverá como em espiral, até que o impulso intelectual que o produziu seja esgotado. O *crescimento* do mito é, pois, contínuo, em oposição a sua *estrutura*, descontínua” (1958/1975, p. 265).

Constatamos durante as entrevistas a existência de vários mitos que circulam cotidianamente no imaginário dos informantes, como por exemplo, o mito do minhocão, que aparece principalmente no imaginário dos informantes com mais de 50 anos. Na comunidade, o minhocão é temido porque ele devora pessoas que frequentam o rio, e, além disso, sua movimentação nas águas do pantanal resulta na elevação das águas que formam rebojos e desbarrancam as margens do rio, mudando o seu percurso.

3.4 Estudos realizados na área

Em relação às atitudes linguísticas, muitos trabalhos têm sido realizados. Destacamos um dos primeiros, que discutiu a atitude linguística dos nativos em relação à fala local. Trata-se da pesquisa desenvolvida por Labov (1972/2008), referência nessa área de estudo, sobre a centralização do fonema inicial dos ditongos (ay) e (aw), observada na fala da comunidade nativa da ilha de Martha's Vineyard, e estreitamente relacionada com a identidade dos ilhéus.

Conforme Labov (1972/2008, p. 22), “ao mesmo tempo, Vineyard é social e geograficamente complexa”, oferece amplo espaço para a investigação do comportamento linguístico da comunidade que, conforme o censo de 1960, totalizava 5.563 habitantes, formados por ingleses, portugueses e indígenas, distribuídos entre as duas partes da ilha, a

alta e a baixa. Existe, ainda, o grupo elevadíssimo de veranistas, cerca de 42.000 que chegam à ilha nessa época do ano.

Labov selecionou uma amostra de 69 entrevistas com informantes dos vários grupos étnicos residentes nativos da ilha e de grupos que são importantes na vida social de Martha's Vineyard, de ambos os sexos. Esse procedimento o levou a contabilizar cerca de 3.500 ocorrências de (ay) e 1.500 ocorrências de (aw), e ainda observar duas tendências principais entre a centralização das vogais e as atitudes dos nativos da ilha:

(a) o crescimento da centralização começou entre os pescadores de Chilmark, que se opõem mais fortemente às invasões dos veranistas. Por esse motivo, as formas centralizadas fazem parte do comportamento do ilhéu no qual ele acentua uma tendência da geração mais velha. Desse modo, o significado da centralização, a julgar pelo contexto em que ocorre, é uma atitude positiva em relação à ilha;

(b) as pronúncias /ay/ e /aw/, próprias da língua padrão, realizadas entre os entrevistados que mantinham maiores contatos com o continente expressavam reação neutra ou negativa em relação à ilha.

O estudo revelou que há uma distribuição social dos ditongos (ay) e (aw), de maneira que os habitantes da ilha que desejam ficar em *Martha's Vineyard* adotam uma pronúncia típica dos viniardenses, ou seja, mais centralizada que difere da pronúncia adotada por aqueles que querem sair da ilha.

Nessa área de estudo, Parceró (2007), em tese de doutorado, desenvolveu um estudo sobre as crenças, valores e atitudes de uma comunidade afrodescendente localizada na Fazenda Maracujá, situada no Município de Conceição do Coité, na região sisaleira do semi-árido baiano, a partir de duas perspectivas: dos moradores da fazenda Maracujá-FM bem como dos moradores da sede do Município de Conceição do Coité. O objetivo principal da pesquisa consistiu em apreender as atitudes linguísticas sobre a variante da comunidade FM.

Nesse estudo a hipótese básica é a de que a visão de mundo, juntamente com o sistema de valores dados aos atributos do grupo, incluindo a linguagem, está fundamentada em ideias pré-concebidas de inferioridade étnico-social, historicamente constituída. Parceró (2007) definiu, ainda, como hipóteses secundárias: a) As características linguísticas da

variante local, objeto de discriminação, são atestadas em diversas regiões do país; b) Palavras e expressões de origem africana circulam no cotidiano da variante da comunidade; c) A linguagem dos moradores do local incorpora o discurso que lhes atribui condição de inferioridade, ou seja, a visão do outro, do grupo dominante.

A autora utilizou os procedimentos metodológicos da Etnografia para interpretar o significado do comportamento linguístico. Os informantes foram selecionados em três grupos, a saber: GR1, composto por informantes idosos, ou até mesmo por jovens que têm pouco contato com pessoas de fora, geralmente analfabetas; GR2, constituído por falantes que têm algum tipo de relação regular fora da comunidade e/ou frequentaram por algum período a escola na zona urbana do município; e GR3, formado por seis informantes da sede do município, de diferentes ocupações.

Em relação à influência das línguas africanas no cotidiano da comunidade, a pesquisadora verificou que o uso de palavras e expressões oriundas dos falares africanos, diferentemente de sua expectativa inicial, que motivou a pesquisa, é reduzido e, além do mais, de ampla circulação no português brasileiro, particularmente no Recôncavo Baiano. As palavras de uso religioso são restritas às celebrações do candomblé, às relações com seus pares e pouco se utilizam fora da esfera religiosa.

A análise das atitudes sobre a língua reflete diferentes percepções quanto ao uso que o falante faz de sua língua. A autora observou uma visão preconceituosa e estereotipada que o falante da FM tem de sua língua natural com avaliação feita em um padrão idealizado, tomando-se como parâmetro a variante das classes sociais economicamente prestigiadas como a única reconhecidamente legítima. Na visão dos moradores da sede do município, os usuários das demais variantes falam ‘errado’, desvalorizam e corrompem a língua. Assim, um fator determinante do estigma é a noção de ‘correção’ linguística disseminada principalmente pela escola. Nesse sentido, os informantes da FM ignoram a capacidade que eles têm de se expressar, a fluência que têm em sua variante e passam a ser avaliados pelos de ‘fora’, pelos sujeitos da sede por suas características físicas sua condição de ex-escravos é transferida para a sua variante linguística.

Fraga (2008) desenvolveu um estudo sobre atitudes linguísticas em Carambeí-PR, cidade fundada por holandeses em 1911, considerada a colônia holandesa mais antiga do Brasil. A pesquisadora teve por objetivos: (I) fazer um levantamento dos usos linguísticos das línguas portuguesa e holandesa; das crenças e atitudes que os habitantes manifestam em relação às línguas faladas em Carambeí; discutir a identidade dos “holandeses” de Carambeí; Analisar a variedade de português falada pelos “holandeses” da localidade em relação à pronúncia do r-forte;

A pronúncia do *r-forte* manifestada na fala dos habitantes de Carambeí apresenta as variantes vibrante e tepe. A pronúncia do tepe [r] em: *roda, relógio*, por exemplo, mostra que o português falado por informantes dessa comunidade é “carregado”, tem um sotaque “forte”, ou seja, se assemelha à pronúncia, neste caso, do tepe.

Na pesquisa foram considerados informantes dos dois sexos, distribuídos (equitativamente) em três faixas etárias: mais de 70 anos de idade, a de 45 a 50 anos, e de 18 a 25 anos.

A autora concluiu que o Grupo 1M, constituído por informantes do sexo masculino, com idade entre 70 e 75 anos, “tem preferência pela língua holandesa, além de ter um forte apego à cultura tradicional holandesa” (FRAGA, 2008, p. 187). Já em relação à língua portuguesa, o grupo tem “bastante ou alguma dificuldade em falar português, mas demonstra que tem preocupação em integrar-se ao país (por meio da aprendizagem da língua portuguesa) e faz críticas aos que não se esforçam para deixar a condição de monolíngues”. O Grupo 1F, composto por mulheres com idade entre 70 e 75 anos, “considera não ter um bom desempenho em português, pois (os falantes) têm um sotaque “muito carregado” em português”.

O Grupo 2M, composto por homens descendentes de holandeses com idade entre 45 e 50 anos, é bilíngue, reservando a língua holandesa para as relações com familiares mais idosos. O uso da língua portuguesa é compreendido como uma maneira de proteção à família de possíveis perseguições e discriminações. Já o Grupo 2F, formado por mulheres descendentes de holandeses com idade entre 40 e 45 anos, “também é bilíngue em português/holandês e assim como o grupo anterior, no que diz respeito à transmissão da língua holandesa para os filhos, optou por não fazê-lo, especialmente para que estes não

tivessem sotaque “de holandês” no português” (FRAGA, 2008, p. 188). A autora constatou que o Grupo 3M e 3F, composto por rapazes e moças com idade entre 20 a 25 anos, parte bilíngue iniciante em holandês/português, tem preferência pela língua portuguesa.

Conforme a autora, as crenças e atitudes dos holandeses em relação às línguas holandesas e portuguesas “não são uniformes. Os grupos distinguem-se quanto ao uso das línguas e quanto à avaliação destas” (FRAGA, 2008, p.188). Em relação à língua holandesa, tanto 1M quanto 1F “manifestam atitudes positivas”. Por outro lado, 2M e 2F usam a língua holandesa para interagir com os pais e os idosos da comunidade, mas a consideram uma “língua inútil”, a ponto de não a ensinarem aos filhos. Para 3M e 3F, o holandês é uma língua “muito difícil”, porque é “muito diferente do português”, além de ser a “língua dos antepassados”.

A autora constatou que a comunidade como um todo manifesta atitudes positivas em relação à língua portuguesa. Ela é considerada uma língua “fácil”, “bonita”, “sonora”, “de gente estudada”, além de ser “ilimitada”, pois possibilita a aproximação entre “holandeses” e “brasileiros”. Os informantes da comunidade acreditam que a língua portuguesa em breve será a única falada em Carambeí.

3.4.1 Estudo realizado no contexto de Cáceres-MT

Quanto ao falar da cidade de Cáceres-MT, uma referência fundamental é o estudo desenvolvido por Bisinoto (2000), que analisou as atitudes sociolinguísticas dos nativos e dos imigrantes da cidade com relação à variedade linguística local.

Para Bisinoto (2007, p.14), na “história da cidade, sempre houve sobreposição de classes sociais, em que o branco se destaca econômica e socialmente, como de resto ocorre em todo o país”. Dessa maneira, diz a autora que, pela ausência de ambição por poder e riqueza, por parte dos habitantes nativos, eles partilhavam da maneira de ser, dos costumes, crenças e valores sem preocupação com a censura da sociedade moderna em Cáceres. Com a chegada dos imigrantes e a ocupação dos espaços centrais da cidade, que aconteceu de forma súbita e abrangente, os cacerenses menos favorecidos foram empurrados com força para os bairros periféricos da cidade, preservando dessa maneira

suas marcas sociolinguísticas bem como os aspectos culturais que aos olhos dos imigrantes nem sempre são “civilizados”. Já os nativos abastados permaneceram na região central da cidade e se integraram pouco a pouco ao novo padrão social.

A pesquisadora entrevistou informantes moradores da área urbana da cidade de Cáceres-MT, a ambiência em que convivem os dois grupos: os habitantes nativos e tradicionais e os imigrantes de diversas regiões do país. A seleção dos informantes contemplou 12 nativos e 12 imigrantes, um homem e uma mulher de cada categoria: profissionais da língua – 2 professores de língua portuguesa, 2 professores de outras disciplinas, 2 advogados, 2 jornalistas ou radialistas; categoria não profissionais da língua – 2 escolarizados, 2 não escolarizados. As entrevistas versaram sobre diversos assuntos: “o processo migratório, o reconhecimento da variedade local, o reconhecimento de outras variedades, o reconhecimento de aspectos culturais e étnicos e as atitudes de nativos e imigrantes perante a própria fala e perante a fala do outro” (BISINOTO, 2007, p. 37).

A autora se interessou em conhecer as opiniões e avaliações de ambos os grupos acerca do falar local e, a partir dessas avaliações, verificou a possibilidade da existência de estigmatização acelerando o desaparecimento do falar local.

Bisinoto (2007, p. 41-42) observa que, nos depoimentos dos nativos de Cáceres, o que “surpreende é que, de início e prontamente, os informantes tenham manifestado o desprestígio que atribuem e a pouca conta que tributam à sua própria maneira de falar. Fica claramente demonstrado que, na ótica do nativo, os segmentos sociais menos favorecidos ou mais distantes da “civilização” é que falam o cacerense¹⁴: os idosos, os não escolarizados, os habitantes da zona rural, os humildes, os antepassados”.

Os informantes entrevistados por Bisinoto (2007, p. 48-49) reconhecem a ocorrência de um *processo de mudança linguística*, com um gradual desaparecimento do falar local; tal desaparecimento é justificado pelos nativos em decorrência dos seguintes aspectos:

¹⁴ Bisinoto (2007, p. 41) reproduziu as declarações dos seus informantes: “esse falar é feio”; “só os idosos falam assim”; “quem fala do jeito cacerense é quem não estudou”; “os cacerenses da cidade já procuram melhorar”; “os humildes é que falam assim”; “meus pais, meus tios e avós é que falam cacerense”.

(...) o desenvolvimento da educação formal; o “deboche” das pessoas de fora; a convivência do nativo com outras pessoas; a imposição da cultura do forasteiro; **a repulsa do próprio cacerense pelo seu linguajar; a vergonha que o cacerense sente do seu falar;** a negligência das novas gerações pela tradição; as “correções” dos professores nas escolas; a tendência que tem o nativo de copiar “os grandes centros”; a massificação dos falares pela mídia. (Grifos nossos)

No fragmento destacado consta que os informantes apontam entre as causas do desaparecimento do falar local a vergonha que o cacerense sente em relação ao seu falar. Ainda sobre esse aspecto, Bisinoto (2007, p. 69) assinalou que:

o cacerense tem, efetivamente, vergonha de sua fala. Esse sentimento resulta em atitudes de repulsa e negação que afloram em avaliações objetivas como as contidas nas respostas à questão 3. Eventualmente estão encobertas, sem ser menos reais, quando o nativo nega-se a se reconhecer como membro dessa comunidade de fala ou quando se contradiz em suas opiniões. (Grifos nossos)

Os resultados relativos às atitudes sociolinguísticas foram apresentados pela autora subdivididos em três aspectos: a) os processos culturais e étnicos; b) as relações com o mundo exterior; c) as relações com a linguagem e os processos linguísticos. Quanto ao primeiro aspecto, a autora destacou comentários sobre o estigma social, apontando:

(...) o estigma social que atribui ao índio a condição de cidadão de segunda classe data da fundação da cidade e parece ter resistido ao tempo. Hoje não existe na região urbana de Cáceres o que se poderia chamar de grupo étnico organizado, remanescente genuíno de alguma das comunidades indígenas que habitaram a região, mas uma boa parte da população, a que se denomina “bugres” genericamente, descende de índios. Essas pessoas conservam traços físicos e alguns culturais dos primeiros habitantes e são herdeiras das costumas e qualificações pejorativas, que vêm desde seus antepassados. (BISINOTO, 2007, p. 62)

Quanto ao segundo aspecto, a autora reuniu elementos do processo migratório, do contato e da convivência entre os habitantes nativos e imigrantes de diversas origens. São apresentadas as contradições de toda ordem trazidas pelo processo de imigração.

Conforme Bisinoto (2007, p. 64),

(...) as atitudes sociolinguísticas dos nativos de Cáceres parecem, em todo o seu conjunto, enredadas em um elemento complexo: o conflito. E talvez seja este o mais forte sintoma de que a sociedade cacerense passa por uma transformação substancial, não apenas no campo linguístico. Quando entram em crise as referências culturais, abalam-se as estruturas da identidade de um povo. O cacerense tinha uma identidade enquanto comunidade e isto é perfeitamente verificável nos registros históricos, na literatura artística oral dos velhos moradores. (...) Atualmente a identidade do cacerense está diluída no seu discurso: quando fala dos conterrâneos, dificilmente se inclui. Constata-se mais um conflito, portanto. Por um lado, sentem-se forçados a evocar sua condição de nativos e legitimar suas causas, mas, por outro, precisam incorporar o *modus vivendi* de quem chega e prevalece, para não ficarem à margem. Assim sendo, os informantes nativos, quando desferem suas críticas à “passividade” e à excessiva tolerância de seu povo ao domínio do imigrante, falam de um lugar exterior àquele em que se dá o confronto, quando, na verdade, estão aí inseridos.

Quanto ao terceiro aspecto, (Bisinoto, 2007, p. 63) registrou as “relações conflituosas dos nativos com sua própria linguagem e o preconceito do imigrante, a estigmatização, a pressão pela anulação da variedade linguística local”. A premissa que direcionou sua pesquisa, segundo a autora, se confirmou: a variedade linguística cacerense é estigmatizada socialmente e indica o enfraquecimento e um possível desaparecimento do falar local. Entretanto, lembrou que a estigmatização da linguagem não é uma prática que atinge apenas um grupo como ela suspeitava. Sobre esse aspecto, Bisinoto (2007, p. 71-72) argumenta:

(...) ela é patente na auto-rejeição do nativo quando nega a sua origem, recusa-se a admitir as diferenças, envergonha-se de seu falar. O nativo internaliza (ou dissimula perante o) estigma manifestado pelo imigrante, reproduzindo-o. O que difere essencialmente essas atitudes é a sua motivação. As razões que induzem o comportamento e as reações do imigrante são muito diversas das que orientam os interesses e a conduta dos nativos. (...) Os dados coletados, especialmente as entrevistas com professores e as referências à escola, somando à noção de correção linguística difundida entre os informantes, desvelam uma faceta instigante do preconceito linguístico. É sabido (e é assunto de profusa literatura) que a escola é preconceituosa, prescritiva e castradora quando trata com a linguagem e persegue uma (imaginária) unificação da língua. O que de novo parece revelar-se em Cáceres é que a escola, além de tudo, dá base ao preconceito e o legitima. Quando se esforça para excluir a variedade

nativa, atribuindo-lhe o caráter de anormalidade e erro, a escola endossa as críticas e licencia o deboche. Se quer precisaria explicitar o preconceito, pois o lugar simbólico da escola na sociedade lhe outorga o arbítrio de escolher, e todo ato de escolha pressupõe uma exclusão.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Neste capítulo apresentamos os procedimentos metodológicos adotados na realização deste estudo¹⁵: como ocorreu a constituição do *corpus* - os critérios usados para a seleção do informante e o seu perfil sociocultural, como se deu a coleta de dados e a transcrição dos dados para a análise.

4.1 A constituição do *corpus* – Os informantes

O *corpus* analisado neste estudo foi constituído a partir de entrevistas realizadas conforme sugestões de Labov (1972) e Tarallo (1997). Foram entrevistados doze informantes nativos da cidade de Cáceres, que fazem parte da comunidade São Lourenço. Os informantes, com linguagem estabilizada, se distribuem em duas faixas-etárias: a primeira, de 42 a 51 anos (adultos mais novos) e, a segunda, de 59 a 91 anos (adultos mais velhos). Essa escolha se justifica pelo fato de que nessas faixas-etárias os falantes apresentam um comportamento definido em relação à linguagem. Foram entrevistados seis informantes de cada faixa etária, sendo três do sexo masculino e três do sexo feminino, conforme a Tabela 1 abaixo:

Tabela 1. Os informantes

Informante da Pesquisa	entre 42 a 51 anos (adultos mais novos)	entre 59 a 91 anos (adultos mais velhos)
Sexo masculino	3	3
Sexo feminino	3	3
Total	6	6

¹⁵ O projeto de pesquisa que deu origem a esta tese foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa – CEP/FCM/UNICAMP, conforme parecer 968/2011. O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE assinado pelos informantes encontra-se reproduzido na p.161 deste texto.

Além da consideração do sexo e da faixa etária, os informantes foram selecionados de forma a respeitar os seguintes critérios:

- a) ser nascido na cidade de Cáceres;
- b) ter pais nascidos na região sudoeste do Estado de Mato Grosso;
- c) ter baixa escolaridade, desde nenhum grau até a 8ª série.

Apresentamos na Tabela 2 o perfil sociocultural dos nossos informantes:

Tabela 2: Perfil sociocultural dos informantes

Identificação¹⁶	Sexo	Idade	Escolaridade	Atividade
M1	Masculino	51 anos	2ª série	Pedreiro
M1	Masculino	42 anos	nenhuma escolaridade	Pescador
M1	Masculino	51 anos	6ª série	Pescador
M2	Masculino	82 anos	2ª série	Aposentado
M2	Masculino	59 anos	6ª série	Pescador
M2	Masculino	76 anos	1ª série	Aposentado
F1	Feminino	45 anos	nenhuma escolaridade	Doméstica
F1	Feminino	42 anos	4ª série	Pescadora
F1	Feminino	50 anos	8ª série	Dona de casa
F2	Feminino	60 anos	2ª série	Dona de casa
F2	Feminino	87 anos	nenhuma escolaridade	Aposentada
F2	Feminino	91 anos	nenhuma escolaridade	Aposentada

Optamos por considerar idade, sexo e grau de escolaridade dos falantes, fatores que se mostram relevantes nos estudos sociolinguísticos, com o interesse em verificar se há diferenças no uso linguístico que identifica o falar local vinculadas a essas variáveis sociais. Também nos interessamos em saber qual é a atitude dos nossos informantes: eles seguem a mesma direção dos mais escolarizados¹⁷, ou seja, procuram uniformizar a fala seguindo a norma padrão ou, ao contrário, mostram atitudes diferentes valorizam a norma local?

Fornecemos, a seguir, dados sobre cada informante em particular.

¹⁶ Na tabela 2, M1 corresponde a informante do sexo masculino da 1ª faixa etária (adulto mais novo); M2 equivale ao informante do sexo masculino da 2ª faixa etária (adulto mais velho); F1 representa a informante do sexo feminino da 1ª faixa etária (adulto mais novo); F2 equivale a informante do sexo feminino da 2ª faixa etária (adulto mais velho).

¹⁷ Entrevistados em outros estudos (BISINOTO, 2000).

- (1) M1 – 51 anos, sexo masculino, nascido na cidade de Cáceres (fazenda), solteiro, estudou até a 2ª série, é pedreiro, mas no período da entrevista estava desempregado. O informante foi receptivo, concedeu-nos a entrevista deitado em uma rede armada no quintal da casa.
- (2) M1 – 42 anos, sexo masculino, casado, nascido na cidade de Cáceres, não teve a oportunidade de estudar, desenvolve suas atividades como pescador profissional, já educou os filhos, e atualmente contribui na educação dos netos que residem em uma casa ao lado da sua, no mesmo terreno. Na entrevista, foi comunicativo, descontraído e permaneceu entrelaçando fios de nylon para confeccionar uma rede de pesca. Ele é o informante mais novo do sexo masculino.
- (3) M1 – 51 anos, sexo masculino, nascido na cidade de Cáceres, casado, estudou até a 6ª série, desenvolve suas atividades profissionais como pintor. Quando não tem serviço, pesca para sustentar a família. Durante a entrevista mostrou-se tímido. Concedeu-nos a entrevista no quintal de sua casa.
- (4) M2 – 76 anos, sexo masculino, nascido na cidade de Cáceres (fazenda), viúvo, tem duas filhas que moram com ele, não pôde estudar, desenvolveu suas atividades como braçal, carroceiro e atualmente está aposentado. O informante é comunicativo e concedeu-nos a entrevista com muita tranquilidade e disposição na varanda da sua casa.
- (5) M2 – 82 anos, sexo masculino, nascido na cidade de Cáceres, viúvo, estudou até a 2ª série do Ensino Fundamental, desenvolveu atividades como vaqueiro e barbeiro, atualmente está aposentado. O informante concedeu-nos a entrevista com muita tranquilidade, sentado em uma cadeira de balanço, no interior de sua casa. Ele é o informante mais velho do sexo masculino.

- (6) M2 – 59 anos, sexo masculino, nasceu na cidade de Cáceres, estudou até a 8ª série do Ensino Fundamental, casado, desenvolve suas atividades como pescador profissional. O informante nos recebeu com tranquilidade e disposição na varanda da frente de sua casa.
- (7) F1 – 45 anos sexo feminino, solteira, nascida em Cáceres (fazenda), não teve oportunidade de estudar, desenvolve suas atividades como doméstica. A informante tem dois filhos adolescentes, duas irmãs e dois sobrinhos que moram todos na mesma casa. Durante a entrevista mostrou-se tímida. Concedeu-nos a entrevista passando roupa no interior de sua casa.
- (8) F1 – 42 anos, sexo feminino, casada, nascida em Cáceres, estudou até a 4ª série do ensino fundamental, é pescadora profissional, prefere viver no rio Paraguai a morar na cidade. A informante já criou os filhos e mantêm todos à sua volta. É uma pessoa receptiva, comunicativa e nos concedeu a entrevista na varanda de a sua residência.
- (9) F1 – 50 anos, sexo feminino, nascida na cidade de Cáceres, casada, estudou até a 8ª série do Ensino Fundamental, dona de casa, já educou os filhos que residem ao lado de sua casa, no mesmo terreno, agora ajuda na educação das netas. A informante é muito receptiva, comunicativa, teve tranquilidade em responder às perguntas e nos recebeu na parte interior de sua casa.
- (10) F2 – 87 anos, sexo feminino, viúva, nascida na cidade de Cáceres, não teve a oportunidade de estudar; além de criar seus filhos desenvolveu várias atividades para ajudar no sustento da casa. Trabalhou na roça com o pai, foi parteira da comunidade, e ainda trabalhou com as irmãs do Colégio Imaculada Conceição; hoje está aposentada. A informante foi receptiva, é muito comunicativa e nos recebeu no interior de sua casa.

- (11) F2 - 60 anos, sexo feminino, viúva, nascida na cidade de Cáceres, estudou até a 2ª série, desenvolveu atividades como dona de casa, hoje está aposentada, vive com o seu companheiro. A informante mostrou-se bastante comunicativa, nos recebeu no interior de sua casa.
- (12) F2 - 91 anos, sexo feminino, viúva, nascida na cidade de Cáceres, morou 20 anos na cidade de Poconé, não estudou, desenvolveu várias atividades para ajudar no sustento da família, trabalhou na roça e também na cidade como lavadeira e parteira, hoje está aposentada, vive em sua casa, tem sempre a presença dos filhos. Ela é a informante de maior idade do grupo das mulheres. É comunicativa e nos recebeu no interior de sua casa.

4.2. A coleta de dados

Para a coleta de dados, elaboramos um roteiro¹⁸ de entrevista (cf. anexo p.160), com 27 perguntas elaboradas com o propósito de abarcar aspectos culturais e linguísticos da comunidade, distribuídos em cinco temas: (1) A cidade de Cáceres; (2) As características dos nativos; (3) A cultura cacerense; (4) O falar da comunidade nativa; (5) O grupo de pessoas vindas de outras localidades.

Antes da coleta dos dados, conversamos com uma moradora da comunidade, Maria Felícia J. de Oliveira, nascida em Cáceres, aluna do Curso de Agronomia da UNEMAT, sobre o projeto de tese, o objetivo do estudo e o perfil do informante que se pretendia entrevistar. Ela se dispôs a nos auxiliar, facilitando nossa entrada na comunidade. Maria Felícia nos acompanhou no primeiro contato com os informantes, nas residências das famílias que supostamente tinham o perfil esperado. Na primeira visita, observamos se o perfil do informante estava de acordo com os critérios pré-estabelecidos e se ele aceitava participar da pesquisa. No caso de resposta positiva, marcávamos o dia e horário para a

¹⁸ O roteiro de entrevista foi elaborado com base nos questionários utilizados por Alves (1978), Bisinoto (2000), Krug (2004) e Amâncio (2007).

entrevista. As entrevistas foram realizadas em duas etapas: dezembro de 2010 e março de 2011; em 2012 substituímos uma informante da primeira faixa etária.

Inicialmente conversávamos com o informante sobre diversos assuntos, por exemplo, a família, o trabalho, a formação da comunidade, o que, de certa forma, rompia com a formalidade da entrevista, deixando o informante mais à vontade¹⁹. Nessa conversa inicial justificávamos a realização do estudo, dizendo que tínhamos interesse em saber como ocorreu a formação da comunidade, e em conhecer alguns aspectos da cultura e do falar dos informantes nativos. Dessa maneira, a entrevista no geral foi informal, já que o objetivo era gravar a fala espontânea da comunidade.

Logo após essa conversa, preenchíamos a ficha²⁰ do informante com seus dados pessoais: nome, idade, sexo, naturalidade, estado civil, naturalidade da esposa (o) escolaridade, profissão, endereço, etc. Na ficha há um espaço reservado para observações sobre o comportamento do informante durante a entrevista, dados fornecidos sobre cada informante em particular, que funcionam como complementares à análise.

Na sequência aplicávamos o roteiro da entrevista (cf. anexo, p.160). De um modo geral, os informantes se mostraram bastante receptivos, interessados em responder às perguntas. No caso de não compreensão da pergunta refazíamos a questão – conseguíamos a resposta, ou o informante permanecia em silêncio.

As entrevistas foram gravadas em gravador digital da marca Sony IC Recorder ICD-P620, totalizando aproximadamente 15 horas de gravações transferidas para o programa de computador Digital Voice Sony e transcritas. Nesse material foram selecionados os dados para a análise.

4.3. A Transcrição dos dados

¹⁹ De acordo com Labov (1972/2008, p. 244-245), uma maneira de superar o paradoxo do observador “é romper os constrangimentos da situação de entrevista com vários procedimentos que desviem a atenção do falante e permitam que o vernáculo emerja. (...) Também podemos envolver a pessoa com perguntas e assuntos que recriem emoções fortes que ela experimentou no passado, ou envolvê-la em outros contextos”.

²⁰ V. Ficha de Identificação do Informante em anexo, p.159.

Na transcrição das entrevistas, utilizamos o padrão sugerido por Marcuschi (1998) e Cintra (1992). O levantamento dos usos linguísticos que identificam o falar da comunidade São Lourenço foi feito diretamente nos textos orais e também da transcrição grafemática das entrevistas. Na transcrição grafemática, procuramos preservar tanto quanto possível a produção real, ou seja, a forma falada pelo informante.

Assim, procuramos representar na transcrição:

- as africadas [tʃ] e [dʒ]: *tchave* (chave), *dgente* (gente);
- a alternância de [ãw] com [õ]: *coraçõn* (coração), *põn* (pão);
- a apócope do [l] e [r] finais: *peçoá* (pessoal), *reparadô* (reparador);
- a vocalização da lateral palatal [ɮ]: *muié* (mulher);
- aférese: *niversário* (aniversário);
- metátese: *pregunta* (pergunta);
- hipérese: *sastifação* (satisfação);
- assimilação vocálica total da vogal tônica [i] sobre a pretônica [e]: *pirigo* (perigo);
- assimilação da vogal [e] inicial muda-se em [i] inicial: *imprego* (emprego);
- redução do ditongo [ow]: *robá* (roubar);
- desnasalação em finais de palavras como nos vocábulos: *home* (homem);
- nasalização da vogal átona inicial [i]: *indroma* (idioma);
- Síncope a redução do ditongo [ie] em uma vogal [e]: *queto* (quieto);
- rotacismo em coda silábica e em grupo consonantal: *crara* (clara), *forgado* (folgado).

Na transcrição das entrevistas, adotamos também as seguintes representações:

- reticências para pausas e pausas de vírgula;
- parênteses para marcar trechos em que há dúvidas sobre o que realmente foi falado pelo informante;
- parênteses duplos para marcar comentário do analista;
- alongamento de vogal (aa, ee, ii);

- pausas preenchidas, hesitação ou sinais de atenção (eh, ah, oh, ih, ahã, mhm, etc).

4.4 Levantamento e tabulação dos dados para análise

Procedemos à revisão do material transcrito, que foi salvo em dois arquivos, word 2007 e PDF, utilizados tanto para o levantamento dos usos linguísticos quanto para identificar as atitudes do informante em referência aos aspectos culturais e linguísticos da localidade.

Na sequência, categorizamos o material e os inserimos em tabelas para facilitar a análise. Quanto aos usos linguísticos e às atitudes dos informantes da comunidade, a quantificação dos resultados nos fornecem índices de atuação que foram utilizados na elaboração de gráficos, por meio do programa Excel. Efetuamos, então, a descrição dos dados de acordo com o referencial teórico levantado no decorrer da pesquisa.

O FALAR DA COMUNIDADE SÃO LOURENÇO

Desde os trabalhos pioneiros de nossa Dialetologia, desenvolvidos por (Amaral (1920), Nascentes (1923), Marroquim (1934) e Teixeira (1938)), se reconhece a importância de estudos regionais para se chegar a uma visão abrangente do português do Brasil. Nosso objetivo neste estudo é focalizar os usos linguísticos do falar da comunidade São Lourenço²¹ e, assim, trazer uma contribuição para o conhecimento da variação dialetal no português do Brasil.

Procuramos, neste capítulo, caracterizar o falar da comunidade-SL, destacando, inicialmente, três usos linguísticos identificadores da comunidade, que chamam a atenção do falante de outras regiões brasileiras. Em seguida apresentamos algumas características fonéticas do falar da comunidade-SL que são típicas, mas não exclusivas do falar local, tendo sido já atestadas em outras áreas, no português popular do Brasil. Destacamos também algumas características morfossintáticas que já foram observadas em outras áreas e, por último, apontamos alguns usos lexicais aparentemente particulares do falar das regiões mais antigas do Estado de Mato Grosso.

5.1 Peculiaridades linguísticas do falar da comunidade São Lourenço

Na comunidade São Lourenço observam-se variantes que identificam a norma local, algumas aparentemente exclusivas da região sudoeste do Estado de Mato Grosso e outras partilhadas com outras regiões do Brasil. Considerando os aspectos fonético e morfossintático, apresentamos três usos linguísticos característicos do falar²² local, claramente identificados e exemplificados nas entrevistas realizadas na comunidade. São

²¹ De agora em diante a comunidade São Lourenço será também identificada como Comunidade-SL.

²² Conforme Dubois (1998), o falar “possui regras sintáticas e vocabulários que lhe são específicos e muitos outros que são comuns a muitos falares da língua ou mesmo a todos”.

Conforme Cunha (1917), “o falar é a peculiaridade expressiva própria de uma região e que não apresenta o grau de coerência alcançado pelo dialeto. Assim o **falar minhoto**, o **falar transmontano**, o **falar beirão**, em Portugal; o **falar gaúcho**, o **falar nordestino**, o **falar mineiro**, no Brasil. Podem-se ainda distinguir, dentro dos **falares regionais**, os **falares locais**. Assim: o **falar lisboeta**, o **falar carioca**”.

eles: (I) uso do masculino em vez do feminino na concordância nominal de gênero; (II) realizações africadas [tʃ] e [dʒ] em vez das fricativas [ʃ] e [ʒ], e (III) alternância de [ãw] e [õ].

I. Uso do masculino em vez do feminino na concordância nominal de gênero:

No falar da comunidade São Lourenço, atesta-se o uso do masculino em vez do feminino esperado conforme as normas da língua padrão, o que se manifesta de formas distintas, como ilustram os exemplos abaixo:

(1) nós tamos perdendo pra próxima cidade aqui pertinho de nós... Mirassol... Quatro Marco... Araputanga hoje era... tudo era município daqui. E hodje... djá tá tudo... não são mais porque... porque começaram crescê e nossa cidade... se não atcha um meio... vai ficá ruim esse é **o** parte **negativo**. (M2)²³.

(2) por que nós fala dereto né **nossa língua é um só**. (F2).

(3) Ah, eles vêem assim... como as **pessoa** que é **preguiçoso**. (F2)

(4) Eu acho o que deveria mudar em Cáceres é isso aí né... tê mais médicos né... pra atendê as pessoas né... e tem muitas **pessoas coitado** que fica ai né... se não tiver dinheiro morre. (F1).

(5) a única coisa que a gente tem que atchá pra fazê aqui é pescá né... esse é farta de uma prefeitura... de um governo... governante... pra podê incentivá a vortá outra vez... seja onde for pro mato... pra roça... pra onde quisé né... **esse é minha opinião**. (M2).

(6) gosto... porque a vida pra nós **esse minina**... eu acho que no Brasil inteiro o pantanal é principalmente pra mim que sou mato-grossense. (M2).

Como se pode observar nos exemplos destacados acima, há ocorrências (nos exemplos 1, 5 e 6) do masculino nos determinantes que precedem o núcleo do SN (artigo,

²³ Entre parênteses se identifica o informante que forneceu o exemplo (sexo e faixa etária).

demonstrativo) e no adjetivo que segue esse núcleo. Nesses casos, o masculino está bem próximo do nome feminino. Há também os casos (exemplos 2, 3 e 4) em que a forma masculina ocorre na predicação.

O uso do masculino em vez do feminino na concordância nominal de gênero, constatado na comunidade São Lourenço no município de Cáceres, é atestado em outras áreas, como na baixada cuiabana (DETTONI, 2003), no falar cuiabano (LIMA, 2006), no falar dos índios do Parque Nacional do Xingu (LUCCHESI & MACEDO, 1997). Esse uso foi também atestado em São Paulo (AMARAL, 1920/1982); em Minas Gerais (TEIXEIRA, 1938); na Bahia (FERREIRA, 1994) e (LUCCHESI, 2000), e na área rural do Paraná (NAVARRO & AGUILERA, 2009)²⁴. Para compreender como se dá esse uso nessas áreas, voltamos aos estudos mencionados.

Amaral (1920/1982, p. 70)²⁵ registrou no dialeto caipira o uso de adjetivos e de participio passado que deixam frequentemente de sofrer flexão de gênero, principalmente se esses vocábulos não apresentam relação de contiguidade com os substantivos, como em: *essas coisarada bunito, as criança távum quéto, as criação ficarum pestiado*.

Teixeira (1938, p. 31), em seu estudo sobre o falar mineiro, afirma que a língua popular se desenvolve *livremente*, ou seja, não é escrava das normas gramaticais e, por isso, apresenta características e fenômenos bem diversos da língua padrão. Em relação à concordância nominal de gênero, ele destaca que em *gente rica*, *gente* é feminino e o adjetivo *rico* é masculino. O autor observa, ainda, que os adjetivos qualificativos concordam normalmente com os substantivos, mas nos determinativos há exceções como *tudo*, *memo* (mesmo), formas que se mantêm de um único modo no masculino quando enclíticos, como em *os home tudo, as muié tudo, eles tudo, elas tudo. As fia memo fazia – as filhas mesmo faziam*. Os exemplos de Amaral (1920/1982) e de Teixeira (1938) assemelham-se aos observados na comunidade São Lourenço.

²⁴ A ocorrência desse uso em Portugal está registrada no ano de 1725. Em D. Jerônimo Contador de Argote, texto reproduzido por Silva Neto (1970, p. 562), no diálogo entre um mestre e o seu discípulo, há referência ao falar de *Douro* e *Minho*. Sobre os moradores dessa região é feita a seguinte observação: “fazem a alguns nomes masculinos femininos, e aos femininos, masculinos: *O fim* dizem *Afim*; *A febre* dizem *O febre*”. Observamos que o segundo caso assemelha-se ao observado na comunidade São Lourenço.

²⁵ A indicação de páginas se faz pela edição de 1982, reprodução fac-similada da 2ª edição (1955).

Ferreira (1994) atestou usos semelhantes na Vila de Helvécia, município de Mucuri, localizado no extremo sul da Bahia. Segundo a autora, no início dos anos 60, os inquiridores do *Atlas Prévio dos Falares Baianos*, em contato com a comunidade, investigaram se existiam ainda, na fala da população daquela área, vestígios de um falar crioulo. Os dados linguísticos desse estudo apontam para a existência de remanescentes de um falar crioulo brasileiro, e muitos dos usos constatados são comuns também a outras áreas do Brasil. Na morfossintaxe do falar da comunidade de Helvécia, a autora interpretou os usos linguísticos como indícios de um possível crioulisto (FERREIRA, 1994, p. 28-29). Quando ocorre o artigo, é comum o informante usar a forma de masculino no lugar da forma de feminino e vice-versa, mesmo se o artigo estiver isolado, como em: *'io nõ 'pódi rũ'ma u'kaza* - 'io non podi ruma u casa', ou ainda em contração: *Io 'vai kũma ves'tida nu'kopu* - 'io vai cuma vestida nu corpo'; *'ségu 'dũma óiu* - 'segu дума olho'.

Lucchesi & Macedo (1997) observaram o falar dos índios no Parque Nacional do Xingu e constataram que, no português falado pelos índios, o nível de não realização da concordância nominal de gênero no sintagma nominal atingiu um percentual de 80 % do total de 907 SNs que constituíram a base dos dados da análise. Segundo os autores, esse uso ocorre pela aquisição precária do português como segunda língua.

Lucchesi (2000) também atestou a ausência de concordância de gênero na comunidade de Helvécia-BA e afirma que há evidências de que o fato é o resultado de um processo anterior de transmissão linguística irregular. Nas observações que fez junto à comunidade de Helvécia, o pesquisador não constatou ausência de concordância de gênero no interior do sintagma nominal, mas apenas nas relações de predicação, em frases como: *As coisas tá muito caro*.

Navarro & Aguilera (2009) analisaram a variação na concordância de gênero na variedade linguística do Paraná Tradicional rural, a partir dos dados coletados para o Atlas Linguístico do Paraná (AGUILERA, 1994), e discutidos por Navarro (2005)²⁶. O *corpus* de análise foi constituído de 462 construções que representam a relação sujeito/predicativo na

²⁶ Conforme a autora, a região paranaense estudada tem sua origem a partir do século XVIII e XIX com a atividade dos tropeiros e dos imigrantes europeus.

fala de 40 falantes da área rural do Paraná. Navarro & Aguilera (2009, p. 201) procuraram verificar as seguintes hipóteses em relação à produção do fenômeno em estudo:

- a) “(...) a referência genérica do sujeito seria o principal fator condicionante da ausência de concordância de gênero entre o sujeito e o predicativo na amostra de fala analisada.
- b) (...) a interrupção do fluxo do processamento linear do pensamento do falante pode ser atribuída à ordem, não canônica, a qual desfavoreceria a concordância.
- c) (...) a ocorrência de um processo de mudança nesta variedade, marcada pela perda gradual de estruturas sem concordância de gênero e o uso, cada vez maior, de construções padrão do português”.

Para definir a variável dependente, as autoras consideram a atuação ou não do mecanismo de concordância de gênero na relação entre o sujeito e o predicativo, apenas nos contextos com núcleos de predicativos biformes. Os casos em que o sujeito concorda em gênero com o núcleo do predicativo foram classificados como presença de concordância de gênero, como ilustram os exemplos abaixo em (a), e os casos de ausência de concordância estão exemplificados em (b), (NAVARRO & AGUILERA, 2009, p. 207):

- a) “sujeito (nome feminino) → predicativo (nome feminino):
(13) ... a *mulher* era muito *malvada*, né ... (FE48)
(14) ... a *grama* está *orvalhada* ... (MI48)
- b) sujeito (nome feminino) → predicativo (nome masculino):
(15) ... chuva deu pedra, tá muito *frio*, essa *chuva*... (FI46)
(16) ... essa *doença* é *conhecido* ... (MI44)”

Segundo as autoras, as variáveis independentes foram selecionadas conforme o modelo teórico-metodológico da Teoria da Variação (MOLLICA, 2003). As extralinguísticas ou sociais: *sexo, grau de escolaridade e faixa etária*. E as variáveis linguísticas: *tipo de referência do sujeito, característica formal do sujeito, verbo utilizado, núcleo do predicativo, ordem dos elementos na construção, elementos intervenientes entre o verbo e o predicativo*.

Na seleção dos dados de variação do gênero rodados pelo programa VARBRUL, as variáveis foram apresentadas por ordem de relevância: 1) núcleo do predicativo, 2) ordem dos elementos na construção, 3) característica formal do sujeito, 4) sexo e 5) tipo de referência do sujeito. Do resultado final das análises, entre as seis variáveis linguísticas identificadas como condicionadoras do fenômeno pesquisado, quatro confirmam como condicionantes da ausência de concordância de gênero entre o sujeito e o predicativo: núcleo do predicativo, ordem dos elementos na construção, tipo de referência do sujeito, característica formal do sujeito.

Desse grupo de variáveis, o fator formas participiais, do grupo núcleo do predicativo, se mostrou o maior condicionador de ausência de concordância de gênero na fala dos informantes do português rural do Paraná. Além disso, as autoras concluem que tanto a referência genérica como a ordem não canônica - deslocamento do sujeito ou do predicativo, exemplo: *é bonito as estrelas*- influencia a ausência de concordância entre as categorias analisadas no português rural do Paraná.

No Estado de Mato Grosso, estudamos anteriormente (MACEDO-KARIM, 2004)²⁷ *A variação na concordância de gênero no falar da comunidade de Cáceres-MT*, à luz da Sociolinguística Variacionista. Procuramos, então, analisar a frequência de uso da variável presença e ausência da concordância nominal de gênero e os fatores que a condicionavam. Constatamos que os cacerenses nativos utilizam vários modos de se expressar, alternando usos da linguagem padrão e usos da linguagem regional. Foi atestada a ausência da concordância nominal de gênero no falar da comunidade, manifestada nas seguintes formas:

1. uso de artigos com predominância do uso do masculino substituindo ou antecedendo palavras femininas. Exemplos: “saíram pra vir **no** Santa”, (santa é o nome da fazenda); “Mora **num** casa desses”; “vou **no** mamãe”.
2. não marcação do feminino nos adjetivos, os quais podem ser usados no gênero masculino aplicados a seres femininos. Exemplos: “a gente brincava muito principalmente quando tava lua claro”; “a infância era maravilhoso”.

²⁷ Mestrado realizado na Universidade Estadual Paulista – UNESP, Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara-SP, 2004, área da Sociolinguística, sob a orientação da Profª Dra. Rosane de Andrade Berlinck.

3. emprego de pronomes masculinos para se referir a seres femininos. Exemplos: “assim aqui em casa **eu** tiro roupa de Vaninho, tiro **meu**”; “minha mãe trás aí eu pego o **meu** (roupa) e mando pra eles assim” (mulher falando)”.

O *corpus* analisado foi constituído com amostras de fala obtidas por meio de 36 entrevistas gravadas na cidade de Cáceres-MT, com informantes nativos moradores do centro da cidade (distribuídas equitativamente em três faixas etárias (20 a 30 anos; 31 a 50 e mais de 51 anos), e em três níveis de escolaridade (ensino fundamental, ensino médio e nível superior).

Para a análise dos dados foi selecionada a variável dependente atuação ou não do mecanismo de concordância de gênero no sintagma nominal e verbal somente em palavras femininas. Selecionamos as variantes linguísticas: *presença e ausência de concordância*, esta última subdividida em: *ausência total e parcial*. Os casos em que todos os constituintes do sintagma nominal e verbal estão marcados para feminino, concordando com o núcleo do sintagma, foram classificados como *presença de concordância* de gênero, tais como ilustram os exemplos abaixo.

(a) “a vida inteira” (SN)

(b) “ela era piquinininha” (SV)

No caso de supressão de concordância de gênero, temos duas possibilidades: *ausência total de concordância de gênero* ou *ausência parcial de concordância de gênero*. Exemplificamos:

(c) “Aí levantei cedo cum barrigão ... menina sentei... menina ... eu achava que ia ter ela ainda né... ela num tinha nem camisinha ainda... aí rebentô a bolsa... eu sentada... Eh! Mais gritei e levantei rápido de onde eu estava **sentado**... ela ia caí dentro do buraco... lá...” (n.14).

(d) “a gente gostava muito, tempo de moça... né... jovem... baile... festa... Santo Antônio... São João... São Pedro... né! **Esses festas** assim aniversário... Mas tinha aniversário que mamãe deixava i... mas tinha alguma coisa... alguma festinha que podia chorá bastante... Mas... (risos) não deixava” (n.13)

O exemplo (c) acima foi analisado como um caso de *ausência total de concordância de gênero* no nível do sintagma verbal. O constituinte que funciona como predicativo não recebeu a marcação de gênero para concordar com o sujeito do sintagma. No exemplo (d), temos também um caso de *ausência total* de concordância, porém, no sintagma nominal. O determinante não recebeu a marca de gênero para concordar com o núcleo do sintagma.

Já nos exemplos (e) e (f) abaixo, temos casos de *ausência parcial*, no sintagma nominal e no sintagma verbal, respectivamente. Ressalta-se que a variante *ausência parcial de concordância* não apresentou diferença significativa em relação aos casos de *ausência total de concordância*, razão pela qual as ocorrências dessas duas variantes foram amalgamadas na discussão dos demais grupos de fatores.

(e) “E eu via que nessa época os professores era bastante rígidos! Eu lembro que no meu di...di... di... no meu primeiro ano até o quarto ano... de primeira série até **o quarta série** os professores eram bastante rígidos era aqueles professores que tratavam” (n.11)²⁸.

(f) “alembro da missa das oito horas (risos) **a** missa das oito horas **era sagrado**” (n.6)²⁹.

O caso (g) exposto a seguir é o de *ausência interfrasal*. Nesse caso a ausência de concordância se estabeleceu na ligação anafórica, que vai além do limite da oração ou sentença.

(g) “não... as vez num durmia as vez as vez cê ia num vizinha descansava um pouquinho... chegava e o pau cumia de novo (risos), hoje cabô... hoje num pode num pode mai faze uma coisa dessa... mai de jeito nenhum! Quandu ocê assusta é **aquela gurizada** a tar da **gangue** tá fazendo de besta aí na cidade... né! E acabô mermo co quarqué brincadeira que a gente tem. **ele** chegá e acaba mermo” (n.29).

Os resultados obtidos, das análises estatísticas da variação de concordância de gênero no sintagma nominal e verbal, rodadas pelo Programa VARBRUL, mostraram que o emprego da concordância, segundo a norma padrão, ocorre no nível do SN, em que se

²⁸ A informante n. 11 tem 32 anos, com nível superior de escolaridade.

²⁹ A informante n. 6 tem 30 anos, com nível superior de escolaridade.

constatou um alto índice de presença de concordância. Por outro lado, a regra de concordância no SV tem uma frequência bem menor que no SN. A regra não padrão – *ausência de concordância*, na relação entre o predicativo e o sujeito da oração é muito mais utilizada, atingindo 30 % de aplicação da regra. Quanto à atuação dos fatores sociais, o fator condicionador idade mostrou-se o mais relevante. Observamos um contraste bem marcado entre as duas faixas mais jovens (de 20 a 30 e de 31 a 50 anos) e a terceira faixa, dos mais velhos (com mais de 51 anos). Enquanto os primeiros se mantêm relativamente próximos aos índices gerais, a análise indicou forte tendência de os informantes da faixa etária mais velha utilizarem a forma não padrão em sua fala (mostrando maiores índices no nível de SV). Portanto, os resultados da frequência de uso apontam para a direção de um aparente processo de mudança linguística no falar dos informantes nativos, moradores do centro da cidade de Cáceres, na medida em que a variante não padrão resiste principalmente na fala dos informantes mais velhos. O uso inovador atestado nos falantes mais jovens pode ser explicado por sua exposição no mercado profissional, onde sofrem maior pressão normativa.

Há outros estudos sobre a variação na concordância de gênero no Mato Grosso, dos quais destacamos o de Dettoni (2003) sobre *A concordância de gênero na anáfora pronominal: variação e mudança linguística no dialeto da baixada cuiabana – Mato Grosso*. A autora analisa a concordância de gênero nas construções em que as formas pronominais de 3ª pessoa ele/ela são usadas no falar cuiabano, e examina o percurso da mudança linguística pela qual vem passando o falar cuiabano em relação à concordância de gênero. A pesquisadora (DETTONI, 2005, p. 52) concentrou-se nos seguintes aspectos:

“(i) levantamento das evidências de um estágio anterior de língua no que diz respeito à atribuição de gênero gramatical no falar cuiabano;

(ii) constatação de que a variação de gênero na relação anafórica constitui uma das etapas de um processo mais geral de mudança na concordância de gênero como um todo no falar cuiabano;

(iii) análise e discussão da distribuição do fenômeno variável nas faixas etárias e nos diferentes níveis de escolarização”.

A amostra básica de sua pesquisa é constituída de entrevistas informais realizadas junto a 18 informantes, distribuídos em três faixas etárias (mais de 60 anos, de 30 a 45 anos e de 15 a 25 anos), e em três níveis de escolaridade (iletrados, de 1ª a 4ª, e de 5ª a 8ª série). São ainda utilizados dados complementares que representam a fala de indivíduos de nível superior.

Conforme os resultados desse estudo, a concordância de gênero no falar cuiabano encontra-se em processo de mudança no sentido da neutralização do uso da variante local em favor de formas da língua padrão. Essa mudança está fixada nos eixos linguístico e social. No eixo social, constatou-se que, na fala de jovens usuários do falar cuiabano, a variedade linguística encontra-se em processo de mudança. Além disso, a autora registrou que, no quadro atual de variação na concordância de gênero na retomada pronominal, revela-se, ainda, que o nível de escolaridade mais alto é o principal fator que impulsiona e contribui para a assimilação de novas formas de expressão, consideradas mais prestigiadas. Do ponto de vista do encaixamento linguístico e gramatical, Dettoni (2005, p. 65-66) conclui que:

(...) é importante registrar que não se trata de uma mudança linguística isolada, mas de mudança que se encaixa em um movimento maior de alterações morfossintáticas no interior da gramática do falar cuiabano, diretamente atrelada ao incremento do uso de artigo nas construções sintáticas, fazendo a devida marcação de gênero nos sintagmas nominais. Isso determina que quanto maior for a presença de artigo (ou determinante) junto a um nome antecedente, maior será também a possibilidade de ser marcado o gênero na retomada pronominal.

Lima (2006), em sua tese de doutorado, discutiu aspectos morfossintáticos da variação na concordância do gênero gramatical no falar cuiabano.

Na constituição do *corpus* de sua pesquisa, o pesquisador selecionou 12 informantes: 2 homens e 2 mulheres em três faixas etárias (de 21 a 40 anos; 41 a 60; e acima de 60). Além das entrevistas, outros *corpora* integraram sua pesquisa, como: frases extraídas do material de Almeida (2000); recortes de entrevistas feitas por Drummond (1978); exemplos de Martins Júnior (2000) e de Dettoni (2003); entrevista de Rodrigues

(1974), e alguns exemplos de Vogt e Fry (1996), além de anotações realizadas a partir de conversas informais em bares, restaurantes, igrejas, clubes, etc.

O pesquisador assinala que nos dados dos seus informantes, bem como dos 8 informantes selecionados por Almeida (2000), o índice de não aplicação da regra de concordância nos informantes do sexo feminino foi o dobro do observado nos informantes do sexo masculino, ou seja, as mulheres são mais conservadoras do vernáculo, ao passo que os homens são mais inovadores. O autor confirma que, na medida em que decresce a idade dos informantes, decresce também o número de ocorrências da variante analisada. Lima (2006, p. 179) assinala também que os resultados apontam para uma deriva conservadora na fala dos informantes de Cuiabá:

(...) temos indícios de que no falar cuiabano operou uma deriva, sendo que a mais produtiva foi a *deriva conservadora*. Pelos exemplos analisados, percebemos que essa deriva ganha visibilidade no falar cuiabano quando comparadas as classes gramaticais que são as mais recorrentes na questão da variação na concordância do gênero gramatical. Quanto à posposição dos determinantes e adjetivos, o que os exemplos analisados mostraram é o (sic) a ocorrência do adjetivo é mais produtiva quanto à falta de concordância, (...) Já quanto à anteposição, vimos que as ocorrências de falta de concordância no falar cuiabano, no dialeto caipira e em Portugal são coincidentes. As ocorrências são verificadas no artigo, no pronome demonstrativo e no adjetivo.

Posteriormente, Lima (2011) comparou os dados do falar cuiabano com o dialeto caipira e com o português de Portugal. Os dados de Portugal referem-se a períodos variados, do século XVII até o século XX. Segundo o autor, a ocorrência mais produtiva em Portugal de falta de concordância é o uso do artigo masculino com o nome feminino, como em: *huma premio decuádo, o oração seguinte, o arroba de feijão, o raiz, um certo ponte*. O emprego dos pronomes demonstrativos seria a segunda maior ocorrência, como nos exemplos: *aquele bruaca, esse madre escrivaninha, aquele messeirinha, bonito essa flora, e fermosa conselho*. Para o autor, tanto em Cuiabá quanto no dialeto caipira, o uso da concordância nominal de gênero não se configura como inovação ou implementação de uma nova regra na língua portuguesa, e conclui sobre indícios da atuação de uma deriva conservadora no falar cuiabano.

Nos estudos de Dettoni (2003), Macedo-Karim (2004) e Lima (2006), observamos que os falantes mais velhos, sejam eles homens ou mulheres, se mostram mais conservadores em relação à linguagem de sua comunidade, isto é, usam com maior frequência a variante não padrão. Ou seja, a variável idade se mostra como o condicionador principal no uso da variante não padrão nessa região.

São também oportunas as reflexões de Scherre & Naro (2007) sobre a variação na concordância de gênero, e a interpretação de alguns autores a respeito da criouliização no português brasileiro. Scherre & Naro (2007) consideram radicais as estruturas linguísticas identificadas na fala da comunidade de Helvécia-Ba, descritas e interpretadas por Ferreira (1994) e Baxter & Lucchesi (1997) como probabilidade da existência de criouliização no português do Brasil, e as estruturas identificadas na fala de uma comunidade brasileira isolada, localizada em Mato Grosso-BA, município de Rio das Contas, de ascendência portuguesa pura, estudada por Isensee (1964, p. 49-50) e Callou (1998, p. 264-265).

Scherre & Naro (2007, p. 74) mostram as semelhanças nas estruturas:

- a) “variação na concordância de gênero, do tipo *o meu sobrinha* (BAXTER & LUCCHESI, 1997, p. 78); e
- b) supressão de preposição, do tipo *eu tenho direito distraí um pouco* ou *gosta mata virge* (BAXTER & LUCCHESI, 1997, p. 78)”.

Comparando as estruturas de (a) e (b) Scherre & Naro (2007) destacam a flutuação na concordância de gênero no falar das respectivas comunidades Helvécia e Rio de Contas. Observemos as semelhanças entre os traços de Helvécia e de Rio de Contas e os do português europeu não padrão, destacadas por Scherre & Naro (2007, p.75):

Dados do Português Brasileiro de Helvécia e Rio de Contas
“**cabelo grossa; ela é muito saído**” (FERREIRA, 1994, p. 29)
“**uma duas arquerim** de terra” (BAXTER & LUCCHESI, 1997, p. 78).
“**as coisa** muito **barato; esse** daqui é **a mulher** dele”(CALLOU, 1998, p. 265).
“qualquer **uma coisa redondo; conhece esse uma** aqui”? (ISENSEE, 1964, p. 50).

Dados do Português Europeu Não Padrão

“só tem **as raízes enterrado** na carne” (MIRA, 1954, p. 150).
“**A cedrêra** é muito **bom** p’ra chás” (RATINHO, 1959, p. 240).

Segundo Scherre & Naro (2007, p. 83), no Brasil, a variação na concordância de gênero tem sido considerada como característica da fala de Helvécia, todavia esse fato ocorre em outros lugares. Os autores concluem que, em relação a explicação para essas ocorrências no Brasil, os dados são todos do português de Portugal, e refutam a ideia de que o português do Brasil tenha uma história crioula, um semicrioulo ou uma leve crioulição, e confirmam que os traços da língua portuguesa de Portugal falada no Brasil e as estruturas do estágio atual do processo histórico de evolução estão presentes desde o início da colonização.

Os argumentos apresentados por Scherre & Naro (2007), em relação aos traços de concordância nominal de gênero, são oriundos da confluência de motivações do português de Portugal e do português do Brasil.

Segundo os autores (2007, p. 85):

(...) o modelo que assumimos para dar conta da mudança que ocorreu no português brasileiro é o da CONFLUÊNCIA DE MOTIVAÇÕES, SEM CRIOULIZAÇÃO PRÉVIA do português, mas levando em conta a existência da *língua geral* (ou das línguas gerais) e da *língua de preto* prévias. (...) nossa conclusão é que o português moderno brasileiro é o resultado natural da deriva secular inerente na língua trazida de Portugal, indubitavelmente exagerada no Brasil pela exuberância do contato de adultos, falantes de línguas das mais diversas origens, e da nativização desta língua pelas comunidades formadas por esses falantes e seus descendentes.

Sobre o movimento de colonização e o surgimento dos falares no Brasil-colônia, observa Mariani (2004, p. 22):

(...) desde o início da colonização, vários fatores contribuíram para a existência de uma diversidade linguística, que incluía, além das múltiplas línguas indígenas existentes, o tupinambá ou, como foi denominado posteriormente pelos colonizadores, a língua geral, línguas europeias – como o espanhol, o francês e o inglês -, o latim, as línguas africanas, bem como a própria língua portuguesa e, com o passar do tempo, um nascente

português brasileiro. Essas línguas, no entanto, circulavam em diferentes espaços de comunicação e cumpriram distintas funções sociais, como é o caso do latim, mais circunscrito ao domínio religioso e pedagógico das elites ou, ainda, da língua geral, fortemente oralizada e difundida na região de São Paulo e na região amazônica até o final do século XVIII.

O que está em jogo na colonização linguística e na institucionalização do português no território brasileiro nem é tanto, ou apenas, essa diversidade de línguas e falares e termos tecnicamente linguísticos, mas sim uma heterogeneidade linguística que será parte integrante do que no século XIX vai ser chamado de língua brasileira. Ou seja, o português que se passou a falar aqui traz uma memória europeia, mas historicizou-se de modo diferente em função do contato com as demais línguas e em função da própria formação histórico-social e posterior transformação política da colônia em nação independente.

Abordamos a seguir outro uso linguístico peculiar à comunidade São Lourenço.

II. Realizações africadas [tʃ] e [dʒ] em vez das fricativas [ʃ] e [ʒ]:

No falar da comunidade São Lourenço constata-se o uso de realizações africadas [tʃ] e [dʒ] em vez das fricativas [ʃ] e [ʒ], como ocorre nos exemplos abaixo:

(7) aqui é o único lugar da **dgente** sobrevivê... eu já andei fui... em São Paulo... Campo Grande e num **atchei** fundamento. (M1).

(8) ((Sinto)) Orgulho por causa... que eu nasci nessa terra e todo que aqui é uma cidade que é pacata... é hospitaleira. Todo mundo **tchega** em casa de quarqué um... todo mundo... porque eu sou cacerense eu tenho esse dom... **tchegô djá** ofereço morada... **tchegá** uma pessoa aqui em casa... **djá** ofereço só não tenho dinheiro. Vamos **tchegá**... não tenho onde durmi... Vamo arrumá um colchão... **djá** damo ((um jeito)) eu sou hospitaleiro porque eu gosto daqui... todo mundo... se eu posso **tchegá** na casa da senhora... eu duvido que a senhora vai me negá... **atcho** que é nosso dom é esse aqui... por causa da hospitalidade. (M2)

Essas realizações africadas são características do falar da comunidade em estudo, mas não estão restritas a ela. Amaral (1920, p. 22) registrou usos idênticos no

dialeto caipira: “Ch e j palatais são explosivos, como ainda se conservam entre o povo em certas regiões de Portugal, no inglês (chief, majesty) e no italiano (cielo, genere)”.

Conforme Silva Neto (1960), vários pesquisadores documentaram o som *tchê* no falar caipira de São Paulo³⁰, como Ribeiro (1881), Pereira (1919) e Amaral (1920). Os pesquisadores citados interpretaram esse som como a conservação da antiga africada portuguesa.

Julio Ribeiro (1881, *apud* SILVA NETO, 1960, p. 11) faz a seguinte observação: “os caipiras de São Paulo pronunciam *djente, djogo*. Os mesmos e também os minhotos e transmontanos dizem *tchapeo, tchave*”. Julio Ribeiro destaca que, naquela época, essas formas estavam presentes no falar do interior do Brasil entre os colonos portugueses do século XVI, decorrentes da permanência desses usos na linguagem do Minho e de Trás-os-Montes, províncias de Portugal.

Na Gramática de Pereira (1919, *apud* SILVA NETO, 1960, p.11), consta a seguinte informação: “este novo fonema românico (x = ch), soava na Idade Média *tch*, valor que ainda conserva no Minho em Portugal, e em certas regiões do interior de São Paulo, no Brasil, onde se pronuncia *catchorro, catcha, tchapéo*”.

Silva Neto (1960, p. 231) ampliou essa área fonética até as zonas caipiras do Mato Grosso, mencionando as anotações do antropólogo brasileiro Roquete Pinto sobre o falar da região e os registros de *cotcho* por *cocho*, além da frase dita pelo antropólogo alemão Karl Von den Steinen: “eu atso (acho) bom”. Para o autor (1960, p. 72), a ocorrência dessas formas no Brasil seria explicável pela presença dos colonizadores vindos do Norte de Portugal, em que se registra o som *tchê*.

Conforme Silva Neto (1970), para a interpretação histórica dessas africadas do som *tchê* e *djê*, torna-se indispensável estabelecer a área geográfica de sua ocorrência e a respectiva base humana. A área geográfica se estenderia pelo interior de São Paulo, Mato Grosso e a faixa costeira do Paraná, área utilizada e definida pelos bandeirantes; já a base

³⁰ Conforme Silva Neto (1963, p. 230-231), o cientista Francês Saint-Hilaire faz referência a esse som mostrando outra perspectiva em seus comentários sobre o português paulista-rural do primeiro quartel do século XIX: “Impressionou-me igualmente a semelhança de sua pronúncia com a dos verdadeiros indígenas. Como estes, não abriam quase a boca ao falar, elevaram pouco a voz e imprimiam nas palavras um som gutural. A forma pela qual pronunciavam o *ch* português era inteiramente indígena. Não era nem *tch*, nem mesmo *ts*, mas um som, misto, molemente articulado”.

humana dessas regiões era constituída de caipiras descendentes de mamelucos, mestiços de homem branco e mulher índia. Para Silva Neto (1970, p. 590), há duas explicações possíveis para o uso da africada [tʃ]:

1. Nos séculos XVI e XVII usava-se tʃ em todo o território de Portugal. Nesse caso os colonizadores usavam a africada que, depois de existir no Português brasileiro nele se perdeu, à exceção de uma zona do Sul;

2. Nos séculos XVI e XVII Portugal dividia-se, como hoje, em duas áreas: uma, ao norte, em que se usava tʃ; outra em que a africada já se reduzira a ʃ. Neste caso ambas as pronúncias teriam vindo para o Brasil, onde se generalizaria a segunda, que corresponde à pronúncia do sul, enquanto a primeira se teria confinado a uma zona do Brasil. É a hipótese mais provável.

Com referência ao Estado de Mato Grosso, Palma (1980) desenvolveu especificamente um estudo sobre o falar cuiabano, com o objetivo de verificar as possíveis mudanças linguísticas que vinham ocorrendo particularmente em Cuiabá.

Palma (1980) analisou opiniões de cuiabanos a respeito do modo de vida da região, enfatizando as bruscas mudanças que vinham se processando no Estado. Foram considerados dois grupos: (a) cuiabanos nativos e (b) pessoas vindas de outros estados. Foi estudado o uso das africadas [tʃ] e [dʒ] em vez das fricativas [ʃ] e [ʒ], recorrente na fala dos cuiabanos nativos, que parecia estar em pleno processo de desaparecimento. Exemplos fornecidos por Palma (2005, p. 141):

“Coxipó – cotchipó > cochipó
Cheio - tcheio > cheio
Xarope - tcharope > charope
Enchente – entchente > enchente

Jeito - djeito > jeito
Ajuda - adjuda > ajuda
Gente – dgente > jente
Juízo - djuízo > juízo”

Os exemplos ilustram uma mudança em andamento no falar da comunidade: as consoantes africadas (surda e sonora) passam a fricativas (surda e sonora). Palma entrevistou um total de 20 informantes cuiabanos distribuídos em duas faixas etárias (20 a

40 anos e 45 a 80 anos), utilizando questionário que possibilitou o controle do comportamento linguístico. A pesquisadora considerou os fatores linguísticos e sociais como possíveis determinantes na variação no uso de africadas ou fricativas. Os fatores sociais se mostraram mais relevantes. Em relação ao fator escolaridade, os cuiabanos, com nível de escolaridade superior ou com 1º e 2º graus completos, vinham substituindo as consoantes africadas, estigmatizadas, pelas fricativas, de prestígio. Também o fator faixa etária se mostrou relevante: informantes da faixa etária jovem, do sexo feminino, vinham substituindo com grande frequência o traço cuiabano pelo traço de prestígio. Segundo Palma (2005), a influência dos fatores sociais prevê uma forte tendência ao desaparecimento dos traços estigmatizados.

Quanto aos fatores envolvimento emocional e acento de expressividade, os dados mostram que os falantes jovens e de nível de escolaridade mais elevado mostraram diferença entre o desempenho e a avaliação dos traços estigmatizados, que não admitiam manifestar.

Considerando os estudos mencionados, constatamos que o uso das africadas [tʃ] e [dʒ] em vez de fricativas [ʃ] e [ʒ], na comunidade São Lourenço, pode ser explicado pela conservação dos traços antigos da língua portuguesa. A comunidade em estudo mantém esse uso que foi registrado por Ribeiro (1881), Pereira (1919) e Amaral (1920), e que Palma (1980/2005) constatou estar em processo de desaparecimento em Cuiabá.

Apresentamos, a seguir, mais um uso linguístico característico do falar da comunidade São Lourenço.

III. A alternância do ditongo [ãw] e [õ]:

O termo alternância significa que duas (ou mais formas) são registradas no desempenho de um falante ou em uma variedade. Ex.: um falante mostra, em seu desempenho, realizações com [ãw] e também realizações com [õ], como mostram os exemplos abaixo:

(9) então... **minhocon** [é] do rio né... é do rio. Meu sogro era pescador né... ele é falecido.... **então**... ele tchegô de vê **minhocon** aqui né... logo após o Empa aí onde falava os **poçon**. (F1).

(10) nosso clima... é as quatro **estaçon** do ano pra nós é bom... tem o frio... tem o calor... a primavera... o **verão enton** pra mim. (M2).

Esse uso marcante no falar da comunidade em estudo também não é exclusivo do falar local, ocorrendo em outras cidades do interior do Estado de Mato Grosso, especialmente nas regiões mais antigas. Outros estudos fazem referência a essa pronúncia em outras áreas. Silva Neto (1970, p. 562) reproduz uma passagem das *Regras de D. Jerônimo Contador de Argote* (1725) em que se faz a referência a essa alternância. A referência já foi feita anteriormente (nota 21, p. 55). No diálogo entre um mestre e seu discípulo sobre peculiaridades do dialeto das Províncias entre Douro e Minho, Portugal, é feita a seguinte observação: “as letras ãõ pronunciam om, ao Naã dizem Nom, ao Paõ Pom”. É o mesmo uso encontrado na comunidade São Lourenço.

Em referência ao Estado de Mato Grosso, Silva (2000) estudou a alternância [ãw]~[õ] final no português falado na cidade de Cáceres-MT. A pesquisadora verificou as formas de realização do ditongo, com base na hipótese de que essa variação estaria correlacionada a fatores linguísticos e extralinguísticos. Os resultados da pesquisa indicam os fatores sociais como os mais relevantes na alternância [ãw] / [õ], apontando para uma mudança em progresso no falar da comunidade na direção da substituição do [õ] pelo [ãw]. Destacamos os resultados da análise que se mostraram mais relevantes na seleção atribuída pelo Programa VARBRUL.

Em relação à *idade* e o uso de [ãw] pelos mais jovens (de 12 a 20 anos), registrou-se o índice de 92 %, enquanto o grupo intermediário (de 21 a 50 anos) alcançou 42 % e os mais velhos (mais de 50 anos), apenas 6 %.

Em relação ao *Estilo* e o uso de [ãw], o maior índice foi registrado na *situação formal*, 67 %, contra 30 % no *estilo informal*. A correlação da *idade* e *estilo* para o uso de [õ] registrou para os mais velhos índices de 95% no *estilo informal*, e 93% no *estilo formal*;

no grupo intermediário (de 21 a 50 anos) no *estilo informal*, registrou-se o índice de 97 % de realização do [õ].

A variável *origem* mostrou que os cacerenses, filhos de pais não cacerenses, usam mais o [ãw]. Esse uso registrou 44 % contra 88 %, alcançado pelos cacerenses filhos de pais cacerenses.

A variável *sexo* mostrou que as *mulheres* usam mais o [ãw] do que os *homens*. Na correlação do *sexo*, *idade* e o uso de [ãw], mulheres de 12 a 20 anos alcançaram o índice de 93%, e homens da mesma idade, 92 %; no grupo intermediário (de 21 a 50 anos), as mulheres alcançaram o índice de 52% de uso de [ãw] e os homens da mesma idade, 20%.

Para o uso de [õ], os mais velhos registraram alto índice: 95% para os homens e 92% para as mulheres.

Na *classe social média baixa*, o uso de [ãw] registrou o índice de 61 %, na *classe média* 58 %, e na *classe baixa*, 56 %. Quanto ao *setor residencial*, os moradores da área central utilizam mais o [ãw] do que os moradores dos bairros periféricos da cidade. Na correlação da *classe social e idade* no uso de [õ], as pessoas mais velhas nas três classes registraram alto índice. A *classe social baixa*, 100%; a *classe social média baixa* 94 % e, a *classe média*, 91%.

Com base nesses resultados, Silva (2000, p. 87) conclui: “a variante [ãw], na comunidade de Cáceres, é mais usada pelas pessoas mais jovens e a variante [õ] pelas pessoas mais velhas, independentemente da classe social que ocupam, reforçando, assim, a evidência de mudança em progresso nessa comunidade”.

Sobre a origem da variante não padrão [õ], indícios levaram a pesquisadora a sustentar a afirmação de que se trata de uma variante arcaizante, provavelmente um traço fonético trazido pelos colonizadores vindos do Norte de Portugal.

Considerando os registros de Silva Neto (1970), as constatações de Silva (2000), e ainda as ocorrências atestadas no falar da comunidade São Lourenço, podemos dizer que o uso de [õ] por [ãw] mantém uma forma antiga da língua portuguesa, ainda falada no norte de Portugal. É importante salientar que a conservação desse uso no falar da comunidade São Lourenço talvez esteja vinculada ao isolamento pelo qual a comunidade

passou³¹. Conforme Mendes (2009), somente a partir de 1960, com a inauguração da Ponte Marechal Rondon sobre o rio Paraguai, tornou-se mais fácil o acesso a Cáceres. A partir daí, a cidade sofreu uma mudança radical, vinculada ao movimento denominado “Marcha para o Oeste”, a conquista e colonização de toda a região³². Nesse período, a população tornou-se quatro vezes maior, com a chegada dos novos migrantes, que vieram à procura de terras devolutas para aquisição.

Para concluir, procuramos avaliar a presença desses três usos linguísticos no falar da comunidade São Lourenço, a partir do material coletado para a pesquisa. Esses usos ocorreram de forma significativa nos dados examinados. Assim, atestamos 37 ocorrências do uso do masculino no lugar do feminino na concordância nominal de gênero; 196 ocorrências das africadas [tʃ] e [dʒ] no lugar das fricativas [ʃ] e [ʒ]; e 38 ocorrências de [õ] no lugar do ditongo nasal [ãw], em um total de quinze horas gravadas. Lembramos que formas padrão também são usadas na comunidade-SL, principalmente por informantes com maior grau de escolaridade.

5.2 Outras características linguísticas da comunidade São Lourenço

Além dos três usos descritos anteriormente, bastante peculiares, constatam-se ainda, no falar da comunidade em estudo, diversos traços linguísticos que não são exclusivos do falar local. São usos já atestados no português popular do Brasil, conforme os estudos clássicos de Amaral (1920), Nascentes (1923), Marroquim (1934) e Teixeira (1938). Entre esses traços, destacamos inicialmente algumas características fonéticas.

5.2.1 Características fonéticas

1. Rotacismo da lateral alveolar em grupo consonantal e em coda silábica:

Exemplos:

³¹ Conforme Silva Neto (1963, p. 212), “o isolamento condiciona um tipo arcaico da vida, e, conseqüentemente, uma linguagem mais conservadora”. O autor (1963, p. 214) registra que “áreas arcaizantes estão muito afastadas dos grandes centros”.

³² Conforme Silva Neto (1963, p. 209), “o fator responsável pelo desenvolvimento e evolução das sociedades é o contato. Ele traz consigo, vindos de fora, diferentes pontos de vista, diferentes ideias, diferentes atitudes. É, em suma, o responsável pela mudança cultural”

(11) Aí a tcha **Crara** chamô o marido dela e foram lá... tchegô pra sarvá a criança.
(F2).

(12) afinal até hoje eu não sei... quem que é o correto... pra falá o português **craro**... eu não sei essa pergunta a senhora me pegô. (M2).

(13) No campo porque a dgente **pranta** né e na cidade não tem nem como a dgente **prantá**. (M1).

(14) ele vai de pé... vai de **bicicreta**... vai de carroça... notros lugá num pode... a num sê que sai aí na barreira aí não pode. (M2).

(15) então a gente já fala mais **decrarado** né ((risos)) eu acho assim né... a gente fala... e acho que todos se entendem. (F1).

(16) Ah eu djá... eu djá... eu djá foi... eu sou católico... mas eu num eu djá foi djá ensinei muitas criança dançá no colégio quando eu prestava ainda né... eh **forcrórica** é siriri...quadrilha... São Gonçalo (M2).

(17) Já vi falá né... que tinha aqui de primeiro um bicho... que sai aí... corria atrás das pessoa daqui... **sortando** fogo... aí eu num sei se é verdade... mas no mermo tempo é verdade.(F2).

(18) oh... é meio nessa parte... eles são **forgado** sabe... se desconfia muito pouco... nosso **peçoar** aqui eles leva a vida meio... num liga muito as coisas... qué resolvê as coisa assim. (M2).

(19) porque comigo... eu vejo outro falá **iguar** a eu. (M2).

(20) Eu vi ele... e foi lá na fazenda e tinha um **tar** de Crispim que ele falô que nada dava medo pra ele... chamei e levei lá. (M1).

O rotacismo nesses contextos é observado na fala popular de outras áreas. Amaral (1920/1982, p. 52) mostra esse uso no dialeto caipira: “Esta troca é um dos vícios

mais radicados no falar dos paulistas sendo mesmo frequente entre muitos dos que se acham, por educação ou posição social, menos em contacto com o povo rude”. O autor (Amaral 1920/1982, p. 52) faz uma ressalva: “As palavras terminadas em *al, el, il...* frequentemente aparecem apocopadas: *má, só, jorná = mal, sol, jornal.*” Mas, segundo ele, o rotacismo ocorre também neste caso: “Esse *l* mudou-se primeiro em *r*, e depois caiu este fonema”.

No linguajar carioca, Nascentes (1923/1953, p. 53)³³ assinala o uso de rotacismo: “tal como na passagem do latim para o português, o *l* se muda em *r*. Cfr. lat. *blandu-brando, clavicula-cravelha, flaccu-fraco, gluten-grude, planctu-pranto.* A consoante mais vizinha da vibrante *l* é a vibrante *r*”. Segundo o autor, o rotacismo ocorre também em Portugal, nos pares: *clamar-cramar, plantar-prantar*, dentro das tendências da língua. Para Nascentes, na língua portuguesa falada em Portugal, esse uso não abrange uma totalidade que pudesse ser transmitida ao Brasil. O rotacismo no Brasil teria resultado da influência do substrato tupi, ou de tendência degenerativa com raízes na língua. No tupi não existia o som *lê*, mas o *rê* (r brando). Era natural que se trocasse o *lê* pelo *rê*.

No falar do matuto do Nordeste (Pernambuco e Alagoas), Marroquim (1934/1996, p. 28- 29)³⁴ atesta rotacismo em coda silábica: “*carçada, fôrgo, sordado, arvura*” em vez de “*calçada, fôlego, soldado, alvura*” e em encontro consonantal: “*enxemplo, ingrês, groria, grorioso, craro, paravra, prantar, esprandecente, incrinado, frol, escrearecer*”.

Teixeira (1938, p. 22) constata que em Minas Gerais “os grupos *bl, cl, fl, gl, lc, ld, lf, lg, lm, lp, ls, lt, lv, lz*, etc. mudam o *l* em *r* na fala popular, como no Rio e São Paulo: *argum, farta (falta), prantar, arto*”.

2. Apócope do [l] e [r] finais:

(21) eu morei... fiquei dentro da cidade... quando ele foi pra midiçon com o **peçoá**... porque num tinha midiçon. (F2).

³³ A indicação de páginas se faz pela 2ª edição, de 1953.

³⁴ A indicação de páginas se faz pela 3ª edição, de 1996.

(22) num tinha nada aí que fiquei no **quarté** até reformá... eu sou reformado do Exército. (M2).

(23) porque ele não vai **repará** os gestos nem nada... ele vai **repará** do jeito que a senhora conversa... ele é **reparadô**. (M2).

(24) a diferença é que o rico ele... nós... só serve pra eles quando tem saúde... quando tá boa pra **trabalhá**. (F1).

(25) nunca atchei gente ruim... eu sei **levá** todo mundo. (M2).

A apócope do [l] e [r] finais nesses contextos é observada na fala popular de outras áreas. No dialeto caipira, conforme Amaral (1920/1982, p. 52), “as palavras terminadas em *al, el, il*, frequentemente aparecem apocopadas: *má, só, jorná* = *mal, sol, jornal*”.

No linguajar carioca, Nascentes (1923/1953, p. 51) registra que o “*r* final é pronunciado levemente pela classe culta. Os pedantes exageram. Na classe inculta cai como acontece em próclise diante de consoante, no Centro e no Sul de Portugal: *mar-má, lavar-lavá*”.

No falar do Nordeste (Pernambuco e Alagoas), conforme Marroquim (1934/1996, p. 61), “na língua do povo todas as palavras terminam em vogal.” O autor registra que o *r* e o *l* finais caem sempre: “*lugá, corrê, andá, alugué, animá, papé, currá*”. Marroquim observa que nas “classes cultas, no falar descuidado e cotidiano, o *r* final cai quando à palavra, em meio da frase, se segue outra que comece por consoante”.

Teixeira (1938, p. 20) menciona que o “*l* final em geral cai: *currá, generá, animá, papé, só (sol) sá (sal)*, na língua inculta” de Minas Gerais.

3. Vocalização da lateral palatal: [λ] > [j] (processo fonético conhecido como iotização):

(26) porque eu posso fazê outras coisas... mas quem cuida das coisas aqui é **a muié**... eu memo detcho tudo djogado. (M2).

(27) a forga é assim... a gente **trabaia** o dia que qué né... dia que não qué... não vai **trabaiá...** pode forgá!

(28) ai que é difícil... porque a gente vê eles andano muito... muda daqui... muda pra lá... vai pra cá... não sei se é farta de serviço... se **trabaia** muito né. (F2).

(29) Não... meas **fia** é pra ficá na cidade... não tem nada que ir pro mato... pro mato... quem vai sou eu. (F2).

(30) cabô o respeito mea **fia**... ninguém qué respeitá dgente de idade. (F2).

(31) O mato-grossense... é a língua portuguesa né... mas geralmente o boliviano... o Paraguai é tudo é castelhano... adgente num entende ele... mas tá muito misturado... **oiá** aí... esse ai é boliviano. (M2).

(32) Na poesia é mato-grossense mesmo né... que é o português né... porque esses outros... djá fala tudo **atrapaiado**.(M2).

(33) Tem muito que faz malandradgê... pra i robá... faz **orêia** de lobisomem... tanto que como lá em Poconé fizeram pra mexê no **aeio**. (M2).

(34) fizeram feijoada... vieram buscá **vasia** aqui cumigo... meus neto... esses **fo** dessa minha **fia**... aqui eles gosta de música.(F2)

(35) gosta de **trabaiá**. (F1)

A iotização, frequente no falar da comunidade-SL, também foi observada no dialeto caipira por Amaral (1920/1982, p. 53): o “*lh* – vocaliza-se em *i*: *espaiado, maio, muié, fio*”.

Quanto ao falar carioca, Nascentes (1923/1953, p. 49) considera a palatal “uma dificuldade para a classe inculta” que utiliza o iode nesse lugar. Conforme o autor, o *l* palatalizado (*lh*) ocorre na fala dos “índios e africanos”, que não possuíam este fonema em suas línguas “e aprenderam a pronunciar esse uso de forma adulterada e assim transmitiam

a seus descendentes. Em “alguns casos concorreu para a palatização: *navalha - navaia, velha - veia, filha - fia, folha - foia, mulher – muié*”.

Quanto ao falar do Nordeste, Marroquim (1934/1996, p. 68) observa que a palatização da lateral é fenômeno geral entre o povo: “*mio, fio, atrapaiá(r), imbruíá (r), teia*. Às vezes, o *lh* despalataliza-se: *mulé, le* por *mulher, lhe*. A classe educada pronuncia em geral *mubilha, familia*, por analogia com *filha*; o povo diz *mubia, famia*. Óleo é *ólho* e também *óio*”.

Teixeira (1938, p. 27) atesta que o “*lh – muda em y, semivogal: famyá, fya, myo, foya, muyé, cuyé, moyá, oyá, atrapayá, etc.*, na pronúncia inculta” de Minas Gerais.

4. Aférese (supressão da vogal átona no início da palavra):

(36) até que acertô uma nele e aí ele saio devagarinho... foi **fundano... fundano... fundano** e sumiu. (M1).

(37) Ah eu gosto de tudo... eu gosto de festa... tudo tipo de festa **niversário...** só não gosto muito de carnaval não gosto. (F2).

(38) Gosto... porque eu nasci aqui... tô nessa idade... daqui nunca sai pra lugar nenhum... já tá muito **custumado** já nasci e criô nesse lugar. (F2).

Amaral (1920/1982, p. 53) registra usos semelhantes no dialeto caipira: “*(a) parece, (i) magina, (ar) rependeu, (ar) rança, (a) lambique, (al) gibêra*”. Do mesmo modo, Nascentes (1923/1953, p. 63) assinala que as formas verbais “*apanhar-panhá, arrancar-rancá, aborrecer-burrecê, acabar-cabá, atacar-tacá, apertar-pertá, atrapalhar-trapaiá, apagar-pagá*”, e os nomes “*Isabel-Zabé, Adelaide-Delaida*” ou *Delade*” sofrem o processo de aférese no falar carioca, na fala dos informantes menos escolarizados.

Quanto a Alagoas e Pernambuco, Marroquim (1934/1996, p. 72) observa que “não é necessário citar exemplos de aférese do *a*, tão vulgares e conhecidos são eles. *Zidoro, borná (l), versidade*, estão por *Izidoro, embornal e diversidade*”.

No falar mineiro, Teixeira (1938, p. 29) registra “*repender, rpiada, reganhar, maginar, e imaginação, borná, rancar, rebentar, rastar, fogar*, e todas as pessoas do verbo estar – como – tou, tas, tá, etc”.

5. Metátese:

(39) Eles vem sarvá a dgente vem com aquela amizade aí **pregunta** da dgente o nome tudo. (F2).

Esse processo também foi observado no dialeto caipira por Amaral (1920/1982, p. 54), como em *perciso, pertende, purcissão, agardecê, aquerditá (r)*.

Nascentes (1923/1953, p. 117) observa que, no Rio de Janeiro, “os prefixos *per*, *pré* e *pro*, alternam entre si: *perferi-preferir, prespectiva-perspectiva, prespicaz-perspicaç, prescrtuar-perscrutar, precurá* ou *percurá-procurar, precalço-percalço, perguntar-pruguntá*”.

Marroquim (1934/1996, p. 48) afirma que, no Nordeste, “entre o povo, há confusão no uso dos prefixos *per*, *pre* e *pro*. São, porém, mais usados *pre* e *pro*, havendo em *per*, quase sempre, metátese do *r*. Diz-se assim: *proguntá(r)*, e *preguntá(r)*, *prefume* e *peifume*”.

Teixeira (1938, p. 30) exemplifica o processo em Minas Gerais com: “*pro-por, perjuizo-prejuizo, presegui(r)-perseguir, aquerditá(r)-acreditar, percisa(r)- precisar*”. O autor observa que esses processos pertencem de modo geral à língua inculta.

6. Hipértese (deslocamento de um fonema de uma sílaba para outra na mesma palavra):

(40) pra nós... é uma **sastifação** ser cacerense... e morar aqui dentro de Cáceres... e pra mim não existe outra terra melhor que a nossa. (M2).

No dialeto caipira, Amaral (1920/1982, p. 179) registrou “*sastifação* em vez de *satisfação*”. Já Teixeira (1938, p. 30) atestou, em Minas Gerais, “*largatixa* (pron. geral)-*lagartixa, cilora-ciroula*, como no Rio e Nordesde”.

7. Nasalização da vogal átona inicial [i] :

(41) décadas aí aquelas pessoas vai sumindo... quando pensa que não... aí cadê os **indioma** cabô. (M2).

(42) e milhares e milhares de **indioma** indígena sumiu... é iguar nosso **indioma...** vem boliviano. (M2).

Amaral (1920/1982, p. 49) observa que no dialeto caipira: “*e* inicial, aparece mudado em *i* nasal em *inzame* < **exame**, *inguá* < **igual**, *inzempro* < **exemplo**, *inleição* < **eleição**”. O autor registra que “a nasalização de *e* inicial seguido de *x* é fenômeno observado em tempos afastados da língua: **enxame** < **examen**, **enxada** < **exada**, **enxuito** < **exsuctum**. **Enxempro** encontra-se nos escritos mais antigos. Do mesmo modo **inliçon** (**eleição**)”.

Nascentes (1923/1953, p. 34) observa que no Rio de Janeiro “o *i* inicial isolado frequentemente se nasaliza pela repugnância ao isolamento, como no caso do *e*: igual-inguá, ignorante –ingnorante”. Quanto ao Nordeste, Marroquim (1934/1996, p. 40) assinala que o *e* átono pretônico, em geral , “entre o povo, quando está isolado na frase inicial, tem sempre som de *i* nasal: *indução*, *inlogio*, *inguá*, *inzame*, *inzaminá(r)*, *inzeito*, *inzeitar (r)*, *inzisti (r)*, *inzonera (r)*, *inzigi(r)*, *inleição*, *inlégê (r)*, *inzembro*”. Teixeira (1938, p. 15) observa a nasalização da vogal átona inicial, que, “constituindo sílaba inicial, nasaliza-se em *in* (somente na fala inculta): educação – indução, exame – inzame, eleição – inleição”.

8.Redução de ditongo nasal átono final:

(43) e eu vi ele... tava lá em baixo do figueiron... lá e se esse **home** vai atrás de mim? Só eu com Deus. (F2).

A redução do ditongo nasal átono final é igualmente registrada por Amaral (1920/1982, p. 51): “*ei* (em) – Final de vocábulo, reduz-se a grave; *viaje*, *virge*, *home*, *eles*

corre”. Nascentes (1923/1953, p. 34) apresenta usos literários desse uso: *coraje, linhaje, viage, carruage, vertige, lambuge*. O autor destaca que, em Galego, ocorre *orige e home*, e há usos semelhantes na região do Centro e no Sul de Portugal em Damão, na Costa Noroeste da Índia, em Ceilão, em Macau, na Malaca, no Cabo Verde, em São Tomé e Príncipe.

Sobre esse uso, Marroquim (1934/1996, p. 36) afirma que *e* final quando nasal, “entre o povo, perde a nasalação: *home, image, viage, vage, onte, ontonte e antonte, ternantonte, por homem, imagem, viagem, virgem, vagem, ontem, ante-ontem, tras-ante-ontem*”. Teixeira (1938, p. 15) registra que *em* final “perde a nasalação: *vige, onte, camaradage, lavage*” em Minas Gerais.

9. Redução do ditongo [ie] a [e]:

(44) você ficá **queto**... então uns fica **queto** e vão embora né e outros ignora e aí que eles apanha né. (F1).

No falar da comunidade São Lourenço ocorre a redução do ditongo [ie] a [e] no item lexical **quieto**. No dialeto caipira Amaral (1920/1982, p. 70) registra a mesma redução: “*as criança távum quéto*”. Nascentes (1923/1953, p. 45) afirma que “o ditongo *ie* na palavra erudita *quieto* sofre redução para *e*: *quieto-queto*”. Conforme o autor esta redução vem do latim vulgar: “a forma popular *quedo*, esp. *quedo*, ital *cheto*, prov., catalão *quet*, fr. ant. *coi* com *oi* proveniente de *e*”.

A seguir, lembramos ainda a pronúncia característica de algumas palavras específicas atestadas no falar da comunidade-SL.

10. Depois é realizado como despois

(45) quando era criança... né meus pais moro no sítio... eu era criança **despois** disso nunca mais morei no sítio. (F2).

(46) se a senhora vem com uma um sotaque deferente... uma língua deferente... eu já começo a notá o que quê cê tá falando... pra mim **despois** caçoar ocê. (M2).

Tanto Amaral (1920/1982, p. 127) como Teixeira (1938, p. 29) atestaram a forma **despois** entre seus informantes.

11. *Diferente* é pronunciado como *deferente* (assimilação).

(47) É interessante porque eles falâ **deferente...** é o djeito de falâ... o djeito de comunicâ... a gente acha que tá falando errado. (M2).

(48) se a senhora vem com uma um sotaque **deferente...** uma língua **deferente...** eu já começo a notá o que quê cê tá falando. (M2).

Conforme Amaral (1920/1982, p. 125), também no dialeto caipira ocorre a forma “deferente” por diferente. Marroquim (1934/1996, p. 45) dá outros exemplos de assimilação dessa natureza no falar do Nordeste: “*cérconstança, dêreito, défamá(r), déférença, démensão, déploma, lécença, rêbêra, premêro*”. Marroquim observa que “muitas palavras que têm essa pronúncia são oriundas do português do século XVI e conservadas integralmente no dialeto”.

12. A palavra *bom* é pronunciada como *bão*:

(49) eu tenho... tenho... porque os cacerense são muito bondoso... são carmo... pra fazê uma coisa precisa [coisa séria] ... agora tem a violência né... mas... antigamente não tinha... era um lugar sossegado... num tinha... era demais de **bão**. (F1).

(50) ai eu não aguentei... e eu falei assim... então... por que vocês vieram fazê aqui né... junto dos bugres deve se que os bugres são **bão**... por causa que acolheu vocês né... eu falei pra ela... ai ela ficou sem graça. (F1).

Amaral (1920/1982, p. 51) observa que, no dialeto caipira, “*bom, tom e som*” passam a: “*bão, tão, são*”

13. Uso de *mea* para *minha*:

(51) este ano num trabalhei... ai **mea** fia falô. (M2).

(52) só quem vai votâ no mim... é você... **mea** mulher a verdadeira num ia votâ no mim... a modo que só **mea** filha memo. (M2).

(53) Eu trabalhei grávida... eu trabalhei... bateu dor em mim... eu tava no serviço... ai **mea** patroa falô pra mim... que eu tava com preguiça... falô pra mim... você termina esse serviço rápido... que meu marido tá pra chegá... e eu não quero que ele veja você aqui. (F1).

Amaral (1920/1982, p. 153) observa que no dialeto caipira ocorre *mea* como a “forma átona proclítica de *minha*”, também encontrada em documentos arcaicos em Portugal sob a forma “*mha*” *h* representava o *i*.

14. Uso de *memo* para *mesmo*

(54) nós morava lá em baixo nós **memo** porque eu não tenho estudo e eu era do tamanho dessa criança aí meu pai era caçadô de jacaré. (M1).

(55) eu **memo** detcho tudo djogado... eu não organizo nada... mais ela cuida. (M2)

Nascentes (1923/1953, p. 91) menciona que o pronome demonstrativo de identidade *mesmo* é usado como *memo* por falantes da classe inculta. Segundo o autor, essa forma ocorre ainda na Estremadura. No falar do Nordeste, Marroquim (1934/1996, p.165)

registrou *mesmo* pronunciado como *memo*, forma que teria resultado da vocalização do *s* e posterior prolação da nasalidade: (*mesmo* > *meimo* > *memo* > *memo*), segundo o autor.

15. Elevação da pretônica média anterior [e]:

(56) vieram pra cidade... e aí não atcha **imprego...** é a única coisa que agente tem que atchá pra fazê aqui é pescá. (M2).

(57) a gente tá num serviço bom trabaiano... tchega um... poe um obstáculo no meio né... aí a pessoa **infeza**. (M1).

A elevação do [e] pretônico inicial exemplificada acima faz parte do falar dos informantes deste estudo e ocorre também entre falantes cultos no Brasil. Amaral (1920/1982, p.50) também registrou “*imprego, incurtá (r), insino, imborná(l), insi(lh)á(r)*” no dialeto caipira. Nascentes (1923/1953) também registra esse uso no Rio de Janeiro e observa que ele ocorre no norte e centro de Portugal e no Rio de Janeiro: “*embaraço, entender - imbaraçó, intendê (R.J.), imbaraçó, intender (Port.)*”. Marroquim (1934/1996, p. 41) registra o uso no falar do Nordeste: “*imbaraço, impregar, insinar, incruado, incubação, incruzilhada, incosto, incontrão*”. Teixeira (1938, p.14) atestou “*inorme, ilogiu, istação, istiu, istourou*” em Minas.

16. Redução de ditongo [ow]:

(58) Tem muito que faz malandradgê pra i **robá...** faz orêia de lobisomem... tanto que como lá em Poconé fizeram pra mexe no aeio. (M2).

(59) Pra falá a verdade eu atchei um cara que me corridgiu... mas é meio **loco...** mas é sabido... de tanto estudá... ficô **loco**. (M2).

A redução do ditongo *ou*, acentuado ou não, é praticamente geral no Brasil. Essa redução faz parte do falar local e também foi registrada por Amaral (1920/1982, p. 50): “*pôco, tôro, locura, rôpa, lavôra, ôro, estôro, côro, côve, lôco, bassôra*”.

Nascentes (1923/1953, p. 41) assinala que, no Rio de Janeiro, “o ditongo *ou* em sua marcha evolutiva se reduz a *o*, como, aliás em todo o Brasil, nas regiões orientais da Beira e de Trás-os-Montes, no Algarve e nas regiões estremenhas e alentejanas” como em: *outro-otro*.

Marroquim (1934/1996, p. 52) também registra usos semelhantes no falar do Nordeste: “*ou, oi* reduzem-se a *ô*” como nos vocábulos: “*ôtro, loco, poço, frôxo, môço, oro*”. Em Teixeira (1938, p. 18) há o mesmo registro - “*oro, côro, trôxe, pôso, pôço, rôpa, lôco, rôbo, rôco, dôto, estôro*” – em referência a Minas Gerais.

17. Redução do ditongo [ei] a [e]:

(60) aqui num tinha... tudo aqui... tudo aqui era mato... era mato... ali tinha os **trambiquero**... era ali... (M2)

(61) ali que eles fazia o **tirotero** tudo aqui era mato... casa de moradô era só uma lá pro rodeio... quantas vez... tô sentado aqui bala tá caino ai na cozinha. (M2).

Essa redução de ditongo é praticamente de uso geral no Brasil, e foi registrada por Amaral (1920/1982, p. 50) no dialeto caipira: “*ei*– reduz-se a *ê* quando seguido de *r, x* ou *j*: *isquêro, arquêre, chêro, pêxe, dêxe, quêjo, bêjo, berada*”.

Marroquim (1934/1996, p. 52) observa que esse fenômeno é comum entre o povo e entre as pessoas cultas do Nordeste: “*quêjo, bandêra, brasilêra, mantêga, bêjo, fêjão, quêxa, istêra, rêxa, dêxe, pêxe*”. Teixeira (1938, p. 17) exemplifica esse uso em Minas Gerais: “*pêxe-peixe, fêxe-feixe, quêjo-queijo, bêjo-beijo, brasilêro-brasileiro, primêro-primeiro, cartêro-carteiro, etc*”.

18. Harmonização vocálica (elevação da média pretônica, sobretudo por harmonização com a vogal anterior alta [i] tônica:

(62) só que na cidade é um **pirigo** né... um **pirigo** por causa de uso de drogas... mas eu gosto de morar na cidade mesmo. (F1).

(63) **Cumida... cumida...** muito é carne com batata... carne com mandioca... carne com banana verde... carne com banana. (F1).

(64) as turmada gosta de votá em dgente **bunito** né. (M2).

(65) gosto... porque aqui eu nasci... eu criei... tô acostumada... meus **cunhido**...meu pai... minha mãe tudo meus parente tudo é. (F2).

A elevação da média pretônica é frequente no falar dos nossos informantes e ocorre atualmente em muitas áreas no Brasil. Usos semelhantes foram registrados por Amaral (1920/1982, p.49-50) no dialeto caipira: “*e* medial, muda-se frequentemente em *i*, (tisôra, Tiodoro, piqueno), sobretudo se há outro *i* na sílaba seguinte: *pirigo*, *dilicado*, *minino*, *atrivido*, *intiligente*, *pidi(r)*, *midi(r)*”. O autor assinala ainda que *o* medial muda-se em *u* como em: “*lumbi(lh) o*, *amuntá(r)*, *cume(r)*, *cumpadre*, *cumigo*, *cunversa*, *cumeça(r)*”.

No linguajar carioca, conforme Nascentes (1923/1953, p. 29), o “*e* apresenta-se reduzido, como em Portugal, diante de vogal: *real*, *leal*, *leão*, *teatro*, *rial*, *lial*, *lião*, *tiatro*, e em certas palavras: *menino-m'nino* (Portugal), *minino* (Rio de Janeiro)”.

No falar do Nordeste, Marroquim (1934/1996, p.40) registra ocorrências como: “*rijume* (pop.), *pidi (r)*, *piqueno*, *sinhô (r)*, *milhor*, *mió* (pop.), *tisôra*, *imbolá (r)*, *Jiróime e Jiróimo* (pop) por Jerônimo”. Teixeira (1938, p.16), lembrando que o “fenômeno é comum no Nordeste, no Rio de Janeiro e a todo Portugal”, exemplifica sua ocorrência no falar mineiro: “*dumingo*, *duente*, *cumida*, *purtuguês cutia*, *lubisomi*, *cunversa*, *cumpadre*, *cumigo*, *bunita*”.

5.2.2 Características morfossintáticas da comunidade São Lourenço

Na caracterização do falar da comunidade São Lourenço, devem ainda ser mencionados alguns usos de natureza morfossintática, não exclusivos, ou seja, também atestados em outras áreas. Entre esses usos, mencionamos:

1. Pronome oblíquo *mim* como sujeito de infinitivo (no lugar do pronome do caso reto *eu*):

(66) se a senhora vem com um sotaque deferente... uma língua deferente... eu já começo a notá o que quê cê tá falando... pra **mim** depois caçoar do cê. (M2).

No dialeto caipira, Amaral (1920/1982:73) registra que “as cláusulas infinitivas dependentes de *para* têm por sujeito o pronome oblíquo *mim*, nos casos em que deverá ser *eu*: *Ele trôxe umas fruta pra mim cumê (r)*”.

2. Uso de construções arcaicas:

(67) (Perguntamos ao informante: você gosta de morar na cidade de Cáceres? E ele respondeu:) Gosto... **modo do rio**. (por causa do rio). (M1).

(68) **a modo que** só mea filha memo. (M2).

Amaral (1920/1982:57) identifica “*a modo que*” como locução arcaica. Essa construção tem com o mesmo sentido observado na comunidade-SL.

5.2.3 Peculiaridades lexicais da comunidade São Lourenço

Destacamos a seguir alguns itens lexicais usuais em São Lourenço e que aparentemente são exclusivos do sudoeste do Mato Grosso. Indicamos também outros itens que, embora não exclusivos do falar local, chamam a nossa atenção – é o caso de alguns usos já atestados por Amaral (1920/1982) no dialeto caipira.

1. *Tchá* e *tchô* usados no lugar de *senhora* e *senhor*:

(69) a **tchá** Romana... tava numa gaiaria ((galharia)) de pau aí de tarde. (M2)

(70) ela gritô... me acode **tchá Crara**... me acode! (F2)

(71) aí a **tchá Crara** pegô a criança e levô pra casa dela. (F2)

Na comunidade São Lourenço o uso das formas *tchô* e *tchá* como senhor e senhora são constatadas, sobretudo, entre as pessoas mais velhas. Em nossos dados o uso foi atestado sete vezes, em falantes com mais de 59 anos.

Em Gonçalves (2008, p. 48) há o registro da forma *tchô* na letra de música cantada em roda de cururu na comunidade-SL:

Quem tivé/sua perna fina/
Tchô Djão Sirineu. [Senhor João Sirineu]
Pra trocá/ por perna grossa/
Tchô Djão Sirineu. [Senhor João Sirineu]
Perna fina/ é mais bonita/
Ai, ai, ai, ai, ai...
Quando vem/ vindo da roça/ [...]
Quando vem/vindo da roça/
Tchô Djão Sirineu. [Senhor João Sirineu]
Quando vem/vindo da roça.

A forma *tchô* grafada “Xô”, com o valor de *senhor/seu*, ocorre até mesmo em nome de estabelecimento comercial localizado no centro da cidade de Cáceres.



Foto 6: Casa comercial “Casa do pescador Xô Nei”.
Fonte: acervo da autora julho/2011

Além desse caso, registramos também o uso da forma no nome de uma lanchonete que funcionou por muitos anos em Cáceres: *Xô Paulo Lanches*³⁵ (Xô = senhor/seu).

As formas *tchô* e *tchá* para senhor e senhora são encontradas na localidade em estudo, e aparentemente não há registros desses itens em outras regiões do Brasil. Mas outras formas reduzidas de senhor/senhora são registradas. Amaral, por exemplo, atestou no dialeto caipira, o uso de várias formas para senhor/senhora: *senhor, sinhôr, sinhô, sinhozinho, siôr, seu, seô, siô; senhora, sinhara, sinhá, sinhàrinha, sinhazinha, seá, sea, siá, sia*. Das formas citadas pelo autor algumas ocorrem em Cáceres³⁶: *senhor, sinhôr, sinhô, seu; sinhara e sinhá*.

Nascentes (1923/1953, p. 77) registra: “*senhor*, quando proclítico, perde a palatal e desloca o acento e vem a confundir-se com o possessivo *seu*: *senhor-sinhor-sinhô-siô-seu*”.

Marroquim (1934/1996, p. 151) afirma: “há, no sul e Cornélio Pires o documenta, a forma de tratamento *Nhô Lau, Nhô Maneco, Nhô João, Nh’Ana*. No Nordeste

³⁵ O estabelecimento era muito conhecido na cidade. Funcionava na Praça Barão do Rio Branco, n. 82 e foi desativado pelo falecimento do proprietário senhor Paulo. Ainda há endereço e telefone nas telelistas de alguns sites. Cf:

www.telelistas.net/locais/mt/caceres/lanchonetes.../xo+paulo+lanches. Acesso: 28/04/2012.

³⁶ Na comunidade-SL, os informantes usam ainda *dona*.

A respeito da forma *dona*, Amaral registra no dialeto caipira *dona* “mulher, senhora” como “arcaísmo se acha igualmente em Mato Grosso (I noc.) e, provavelmente, em todo o Brasil” (AMARAL, 1920/1982, 129).

não existe essa forma. O nosso *nhor*, da negativa, só é usado nesse caso, e da forma acima explicada”. O autor assinala que o “tratamento vulgar correspondente ao *nhô* paulista é *seu*, é *siá* (ia em ditongo), ou *sá*”. O autor observa que “*sinhô* de *senhor*, fez surgir o feminino *sinhá*. Não ficou, porém, aí a simplificação”. Continuando sua descrição, Marroquim registra que essas formas³⁷, “na prosódia africana, *sinhá* e *sinhô* passaram a *siá* e *siô*. *Siá* fez surgir também a forma *sía* que ainda hoje é vulgar, ao lado de *sá*”. Segundo o pesquisador, “*sia* arrastou, talvez, o correspondente masculino que, por influência do possessivo, se transformou em *seu*”. Marroquim assinala que podemos seguir a evolução das duas palavras senhor/senhora: *Sinhô*>*siô*>*seu*; *sinhá*>*siá* e *sía*>*sá*.

Zágari (2009, p. 100) desenvolve um estudo dos fatos fonético-fonológicos relativos ao item *senhor* na variedade brasileira do português falada por informantes mineiros. O material foi selecionado no Esboço de um Atlas Linguístico de Minas Gerais, coletado entre 1976 e 1987, na fala de homens cuja atividade profissional na juventude foi desenvolvida como carreiros de boi.

Zágari (2009, p. 111) observa que da forma *senhor*, com a perda da sílaba inicial, átona, seguida de nome próprio iniciado por consoante, obteve-se a variante apocopada *nhôr*, *nhô*, uso comum no diminutivo *nhorzinho*. O autor observa que, pela nasalização de contágio, obteve-se a forma “*nhonhô*, feminino *nhanhá*, reduplicação comum quando se trata de vocábulos monossilábicos, fato observável, principalmente, na linguagem infantil: mãe = mamãe, pai = papai, avô = vovô e que acabou por adentrar no sistema”. Continuando sua exposição, ele observa que “de *nhonhô*, ainda dentro do campo de dispersão do fonema palatal /ñ/, chegou-se a *ioiô*, feminino *iaiá*. A mutação /ñ/ > /y/ ocorre em todos os níveis, sendo facilmente documentável: [‘bã̃y] por banho, [‘gã̃y] por ganho, [‘uy] por junho. Daí *ioiô*, *iaiá*”. Ele observa ainda que o tratamento *ioiô* e *iaiá* aparece em Minas Gerais “e se torna frequente na literatura de cordel e nas páginas das letras dos sambas-enredo e marchinhas carnavalescas”. O autor conclui que “*ioiô*, *iaiá*

³⁷ Marroquim (1934/1996, p. 151) assinala que o “*nhô* paulista” talvez tenha origem nas formas “*dialetais ibero-americanas ño, ña*. Em todos os países de língua espanhola do nosso continente, encontram-se as duas formas e, bem pode a expressão paulistas [sic] das bandeiras ter trazido para o seu dialeto o *nhô* e *nhá* ainda hoje em uso nas terras de Piratininga”.

representam o ponto de chegada da evolução de senhor, partindo-se da perda da sílaba inicial” (p.112).

O pesquisador aponta dois caminhos de evolução da forma *senhor*. No primeiro, há variação fônica ou estilística que não chegou a ser encontrada em Portugal e no Brasil, as diversas formas de *senhor*, *sinhô*, *nhor*, *nhô*, *nhorzinho*, *nhonhô*, *ioiô*, *siô*, *sô* e *seu* estão também presentes nas páginas literárias, principalmente, quando o escritor procura valorizar a linguagem coloquial/regional.

O outro caminho de evolução da forma senhor envolve a perda da palatal: siô, siá. O pesquisador observa que essas formas são muito produtivas na literatura de Guimarães Rosa, na fase arcaica no Brasil. A mesma regra ocorreu, fazendo siô e siá passarem a sô e sá. A forma feminina sá tem uso produtivo na área rural de Minas Gerais e se “refere a velhas senhoras, geralmente negras, provavelmente resquícios do período escravista, antigas mucamas ou ama de leite, pessoas conhecidíssimas e respeitadas por todos na localidade: Sá Maria, Sá Tonica, Sá Joana” (ZÁGARI, 2009, p.112).

O pesquisador (2009, p.112) observa ainda que a forma sô, concorre com seu: “O primeiro pode e vem, muitas vezes, desacompanhado do nome: Que isso Sô? Vai lá, sô! Sei não, sô!” O segundo “é Seu João, Seu Francisco e é tratamento panbrasileiro, só aparecendo antecedido de nome próprio e é, sem dúvida, a forma mais comum de senhor”. O autor julga que essa forma é “homônimo do possessivo, mas, apenas homônimo, pois não se prende senão ao tratamento senhor”. Conforme o autor, essa forma tem surgido em “todas as conversas mineiras, em todas as rodas de bate-papo, independentemente da classe social, do sexo ou da idade e em nossas melhores páginas literárias quer em escritos do século passado quer na literatura contemporânea”.

Zágari (2009, p.113) considera que as formas Senhor, nhor, nhô, nhorzinho, nhozinho, ioiô, si, sô, seu “representam uma riqueza de criação e uma tão variada gama de empregos, capazes por si sós, de mostrar a seiva que, em *além-mar*, adquiriu a transplantada língua de Camões”. Ele menciona que esse uso em Minas Gerais “pelo ciclo do ouro, pelo rio São Francisco, pelas entradas e bandeiras, representou um ponto de confluência humana em que se entrelaçam e se cruzaram muitos falares da variedade brasileira e europeia do português, propiciando toda esta sorte de diversidade”.

Entre as formas citadas pelo autor em referência a senhor/senhora, há formas que também ocorrem na comunidade-SL: *senhor, sinhô, nhor, nhô, e seu; sinhara e sinhá*.

De acordo com as considerações de Marroquim (1934) e Zágari (2009) em referência às formas de senhor e senhora, inferimos que as formas usadas na comunidade São Lourenço podem ter resultado de senhor/senhora, conforme a seguinte evolução:

(a) *senhora* > *sinhá* > *siá* > *tchá* [si'a] > ['tʃa]

(b) *senhor* > *sinhô* > *siô* > *tchô* [si'o] > ['tʃo]

Provavelmente o uso *tchá/senhora* e *tchô/senhor* ocorre em outras cidades do interior do Estado de Mato Grosso, na região Sudoeste. Essa região sofreu a miscigenação entre povos indígenas e bandeirantes da Capitania de São Paulo e bandeirantes portugueses, resultando na rica diversidade linguística.

2. *Aluá*:

(72) por causa que vem minhas irmãs... porque elas trabalham... sempre começa já é nove horas... faço salgadinhos né... faço **aloá**... faço (risos) ah tem que fazê... é promessa né... enton a gente tem que cumpri né... porque é tão bom né... São Sebastion livra nós das pestes né... das guerras... das doenças.(F1).

O exemplo mostra o uso comum da palavra *aluá*, na comunidade. *Aluá* é um refresco feito à base de milho, servido tradicionalmente nas manifestações religiosas católicas, nas rezas realizadas em homenagem aos santos da comunidade em estudo.

Gonçalves (2008, p. 51) narra o momento em que na festa da Comunidade cacerense é servido o *aloá*:

(...) entre vivas e fogos, acabava a reza, então, era servido para lavar a garganta, o licor de pequi, o café e o **aloá** (...) Enquanto corria o licor daqui dali, o pessoal já ia se abrindo procurando o impalizado onde seria tocado o siriri.(Grifo nosso)

Conforme Houaiss (2009), essa palavra é de 1578. Tem o significado de “bebida refrigerante feita de farinha de arroz (ou de milho) ou de cascas de frutas (esp. abacaxi, raiz de gengibre esmagada ou ralada), açúcar ou caldo de cana e sumo de limão”.

Em Cunha (2010), há o registro de *aluá* como “bebida refrigerante, preferida pela maioria dos orixás, nos cultos afro-brasileiros”. O autor assinala ainda que “em 1587, em texto relativo a Angola, já ocorre a variante *oalo*, na acepção de bebida fermentada, feita à base de milho, muito apreciada pelos negros em Angola”.

3. *Furrundu, furrundum*:

(73) doce de aquela larandja azedo... **furrundu**. (M2)

Os vocábulos *furrundú, furrundum* são utilizados na comunidade para nomear o doce que contém os seguintes ingredientes: rapadura de cana, mamão verde, cravo e gengibre.

O uso foi atestado em Drummond (1995, p. 23), que registrou uma passagem do falar cuiabano:

(...) Tudo era festa. Os doce era muito. Curtia laranja, curtia limão, lima de umbigo e fazia **furrundu**. (Grifo nosso)

Em Houaiss (2009), a palavra *furrundum* é de 1899, regionalismo brasileiro. Tem significado semelhante ao observado no São Lourenço: “doce feito de cidra ralada, gengibre e açúcar mascavo ou rapadura”.

Furrundu tem o mesmo significado registrado no dialeto caipira por Amaral (1920/1982, p. 136): “doce de mamão com rapadura, ou açúcar mascavo, e gengibre, doce de cidra com rapadura, ou açúcar mascavo, e gengibre”.

4. *Ribuçá* em vez de *cobrir, recobrir*:

(74) Não pegô a criança... graças a Deus... eu falei com a cumadre... deita e detcha ele djunto co cê... **ribuçá** bem ele e fica djunto co ele... quando ele tchegô pra pegá a criança... mais felizmente a mãe dele morava pregado com a casa. (F2).

A palavra **ribuçá** é frequente no falar da comunidade São Lourenço e significa “se cobrir com lençol, colcha ou cobertor”. Esse uso foi registrado por Drummond (1995, p. 22) no falar cuiabano :

— “Criança já tava grande. Chegou uma velhinha: ‘Como vai a criança?’ ‘Ah! Tá desenganado’. ‘Larga de bobagem. Manda comprar um vidro de óleo de rícino e a senhora dá banho nele da cintura pra baixo, põe um pouquinho de sal na banheira e um pouquinho de pinga. Dá um banho bem esperto, **rebuça** ele e dá uma colher desse purgante pra ele’. Quando acordou madrugada: ‘Mamãe, quero pão’. ‘Meu Deus! A criança vai morrer!’ Comecei a chorar. Aí minha cunhada viu: ‘Que que foi? ‘A criança tava ruim, agora tá pedindo pão’. (Grifo nosso)

Drummond (1995, p. 39) registrou o significado de *rebuçar* e *rebuçado* no falar cuiabano: “tampar, cobrir, envolver, agasalhar; tampado, coberto, envolto, agasalhado”.

Encontramos um registro que se aproxima desse uso em Cunha (2010), no verbete *boca*: “do castelhano embozalar/*embuçar* vb. ‘cobrir o rosto até os olhos’, ‘disfarçar, encobrir’ XVI/ *embuço*XVI, *rebuçado*XVI, *rebuçar* vb., *embuçar* XVI, *rebuço*XVI. Dev. de *rebuçar*”.

5. *Cururu* e *siriri*:

(75) o que eu gosto memo... é o **cururu** né. Eh o **cururu** eu gosto... hodje pra mim i numa reza... e se falá pra mim... vai lá na minha festa... eu vô levanto... o mastro... rezo... cabô... eu venho imhora porque hoje eu não penso mais em dança... (M2).

(76) em Cuiabá tem... por que quê nós não podemos tê... uns minino tocando violino... tocando um violão... acordeon... o **siriri** o **cururu** né... aquelas coisas... né... tá acabando a cultura nossa. (M2).

(77) eh forcrórica é **siriri**... quadrilha... São Gonçalo... tudo eu ensinava a criançada no colégio... saía até no disfile... ensinava eles. (M2).

No léxico da comunidade São Lourenço constata-se o uso das palavras *cururu* e *siriri* em referência a danças da região. O *cururu*, uma dança da qual participam somente os homens, é muito frequente na região de Cáceres-MT.

Gonçalves (2008, p. 45) registrou o *cururu* durante comemoração religiosa na comunidade cacerense:

(...) os cantadores de **cururu** iam chegando à frente do altar enfeitado para a data, faziam a rodinha e começava logo o sapateado. Nessas festas vinham os melhores cantadores da região e alguns de mais distante. (Grifo nosso)

Drummond (1995, p. 22) registrou o *cururu* em Cuiabá:

— O **cururu** era influído porque o povo, naquele tempo, gostava. Tudo era festa”. (Grifo nosso)

Amaral (1920/1982, p. 124) registrou no dialeto caipira a forma *cururu* significando certa dança “em que tomam parte os poetas sertanejos, (diz C. P.) formando roda e cantando cada um por sua vez, atirando os seus desafios mútuos”. O significado assinalado por Amaral (1920/1982) é semelhante ao que ocorre na comunidade São Lourenço.

Em Cunha (2010) há o registro de *cururu* “como espécie de batuque sertanejo (1872)”.

O *siriri* também é uma dança tradicional da região, especialmente na comunidade São Lourenço. Nessa dança participam as crianças, homens e mulheres, que dançam também ao som da viola de cocho.

Drummond (1995, p. 40) registrou, no falar cuiabano, o termo *siriri* como “dança típica da região”.

Em Houaiss (2009), o termo é registrado como “dança, música”, regionalismo do Nordeste do Brasil e Mato Grosso. No Nordeste, o *siriri* é uma “dança de roda infantil”, e no Mato Grosso é uma “espécie de dança de roda para adultos, modalidade do samba rural”.

6. *Viola de cocho*:

(78) O cururu eu gosto muito... a festa... a levantação de mastro... treiná a moçada na escola pra dança. Pera aí um pouquinho... vô mostrá minha **viola de cocho**. (M2).

A *viola de cocho* é utilizada no contexto das manifestações religiosas, nas rezas da comunidade, no *siriri* e no *cururu*. É um instrumento de madeira encontrada no Pantanal.

Gonçalves (2008, p. 48) menciona o uso *viola de cocho* na comunidade cacerense:

A **viola de cocho** tem muita história para contar e também é cercada de mistério. Pouco se sabe desse instrumento que os nativos fazem questão de tocar usando cordas feitas de tripa de ouriço. Tanto no *siriri* como no *cururu*, ela é essencial. (Grifo nosso)

Drummond (1995, p. 23) registrou como se faz a *viola de cocho* na região:

Viola de cocho. Corta pau no mato. O meu é de pinho. É a **viola de cocho**. Tripa de ouriça, de bode. Corta o pau, lavra ele dos dois lados e faz esse bojo. Assenta o molde aí. A tampa é postiça. Oça ele com formão. A tampa é de raiz de figueira, tem de ser. Cola. Isso é pestana e as cravelha. Essa madeira aqui é timbuva. (Grifo nosso)

7. *Sarvá* em vez de *cumprimentar*:

(79) Eles vêm **sarvá** a gente... vem com aquela amizade...(F2)

(80) Oia eu tenho um termo que eu gosto de **sarvá** assim. (F2).

Como mostram os exemplos destacados, o uso da forma **sarvá** como “cumprimentar” é comum na comunidade São Lourenço no falar dos informantes da segunda faixa-etária (com mais de 59 anos).

Amaral (1920/1982, p. 206) registrou, no dialeto caipira, *salvar* com o significado de “cumprimentar com o chapéu. Arcaísmo”.

8. *Entrevero, intreverá e intreverado*:

(81) Já acontece essa **entrevero** entre as línguas. [mistura entre as línguas]. (M2)

(82) O bugre é aquele que se mistura... tanto faz se um paulista... se um mineiro... goiano... paulista **intreverá** com uma família que tem um descendente de um índio ele cabâ sendo **intreverado** ele caba sendo bugre (M2).

No léxico da comunidade, constata-se o uso das palavras *entrevero*, *intreverá* e *intreverado* com o sentido de mistura. Em Houaiss (2009) há o registro de *entreverar-se* que significa “misturar-se”.

No dialeto caipira, Amaral (1920/1982, p. 129) registra o vocábulo “*entreverá* (*r*), verbo intransitivo - *misturar*”. É o mesmo sentido registrado na comunidade São Lourenço.

10. *Cacunda*:

(83) batia nela com facon... foi até que riscô a **cacunda** dela... e ela gritô e correu prá lá. (M2).

(84) Parô foram imbora... quando foi outro dia... tá tcha Romana com um riscon na **cacunda**. (M2).

No léxico da comunidade constata-se o uso dessa palavra de origem africana, que significa “costas”. No dialeto caipira, Amaral (1920/1982, p. 105) registrou “*cacunda*” como de origem africana, ou simples variação de *corcunda*, que com o tempo passou a *carcunda*.

11. *Bugre*:

(85) eu falei pra ela... então porque ela veio pra cá... se nós somos **bugres** né... veio procurá os **bugre** pra ajudá eles. (F2).

(86) Simplesmente... chamou de **bugre**... e falô... não sei o que quê **bugre** quê fazê com cabelão. **Bugre** só tem cabelo... pra criar piolho. É mentira eu nunca tive. (F1).

A palavra *bugre*, comum na comunidade-SL, tem sentido pejorativo quando utilizada por pessoas de fora da comunidade em referência ao nativo. No dialeto caipira, Amaral (1920/1982, p. 103) registrou *bugre* como “*índio*, tribu de aborígenes que dominava na prov. de S.P.”. O autor observa ainda que parece engano, pois o nome, hoje, se aplica indiferentemente a quaisquer indígenas”.

5.3 Análise de usos característicos do falar local por grupo de informantes

Apresentamos alguns dos resultados atestados nos dados examinados, considerando os grupos de informantes, a saber: o Grupo M1 (informantes do sexo masculino, com a idade entre 42 a 51 anos), o Grupo M2 (informantes do sexo masculino com idade entre 59 a 91 anos); o Grupo F1, (informantes do sexo feminino com idade entre 42 a 51 anos) e o Grupo F2, (informantes do sexo feminino com idade entre 59 a 91 anos). Nosso objetivo nessa análise é saber qual grupo de informante mantém predominantemente usos linguísticos que identificam o falar da comunidade-SL.

No conjunto dos dados, registramos os usos linguísticos característicos do falar local, como passamos a indicar, apontando a coocorrência das variantes alternativas. Foram atestadas 192 ocorrências fricativas [ʃ] e [ʒ] e 196 africadas [tʃ] e [dʒ] que identificam o falar local. Exemplos do uso das africadas:

(87) O que deve ser mudado aqui em Cáceres só o **djeito** de administrá né só isso que tá fartano aqui administração. (M1)

(88) A lenda que eu conheço é só aquela da igreja né... lembra aquela da igreja... aquela cobra a serpente... essa que é a lenda que eu conheço... mais a mais que a turma

fala **atcho** que é essa. Ah (risada) isso nós não vamo falá porque é lenda que o pessoal antigo conto... passô de pai pra filho. (M2)

Na tabela abaixo, indicamos o registro de fricativas [ʃ] e [ʒ] e africadas [tʃ] e [dʒ] por informante. Como os informantes são pouco numerosos e o número de ocorrências não é alto, achamos conveniente apresentar os índices de ocorrências para cada informante.

Tabela 3: Número de ocorrências africadas [tʃ] / [dʒ] e fricativas [ʃ] e [ʒ]

Informante	Ocorrências Africadas	Ocorrências Fricativas
M1 (FPR)	10	13
M1 (JRSR)	2	61
M1 (MCA)	2	1
M2 (LS0)	39	12
M2 (JVS)	42	0
M2 (JLF)	34	0
F1 (TCA)	0	34
F1 (MRAS)	6	37
F1 (RL)	3	15
F2 (FNC)	9	8
F2 (IAC)	20	11
F2 (SRSP)	29	0
TOTAL	196	192

Do total de 196 ocorrências africadas [tʃ] e [dʒ], 115 foram verificadas no grupo M2 (homens mais velhos); 58, no grupo F2 (mulheres mais velhas); 14, no grupo M1 (homens mais novos); e 9 no grupo F1 (mulheres mais novas). Os resultados apontam uma diferença entre as duas faixas etárias: os adultos mais novos usam as africadas, mas mostram pouca adesão ao uso, revelando maior identificação com as fricativas. Já os mais velhos de ambos os sexos mostram uma fala marcada pelo uso das africadas [tʃ] e [dʒ], o que confirma o resultado do estudo anterior de Palma (1980), isto é, o resultado mostra que após 30 anos há africadas [tʃ] e [dʒ] na fala da comunidade.

Em relação ao uso de [õ], característico do falar local, atestamos em nossos dados 38 ocorrências dessa variante, em alternância com 188 ocorrências de [ãw]. Exemplos de uso do [õ]:

(89) Eh... lembro do Lobsomem (risos) lobsomem é um **cachoron** né que apartava as pessoas né (F1)

(90) Em Cuiabá tem... por que quê nós não podemos tê... uns minino tocando violino... tocando um **violon... acordion...** o siriri o cururu né... aquelas coisas. (M2)

Logo abaixo destacamos o número de ocorrência de [ãw] e [õ] por informante.

TABELA 4: Número de ocorrências de [ãw] e [õ]

Informante	Ocorrências [ãw]	Ocorrências [õ]
M1 (FPR)	21	2
M1 (JRSR)	16	0
M1 (MCA)	18	0
M2 (LS0)	14	3
M2 (JVS)	13	3
M2 (JLF)	13	4
F1 (TCA)	11	0
F1 (MRAS)	28	13
F1 (RL)	9	0
F2 (FNC)	19	3
F2 (IAC)	12	6
F2 (SRSP)	14	4
TOTAL	188	38

Das 38 ocorrências de [õ], 13 foram verificadas no grupo F1 (mulheres mais novas); 13, no grupo F2 (mulheres mais velhas); 2, no grupo M1 (homens mais novos); 10, no grupo M2 (homens mais velhos). O uso do [õ] está sendo mantido nos grupos F1, F2 e M2. Já o resultado do grupo M1 (homens mais novos) mostra a adesão desse grupo ao ditongo nasal [ãw], como os resultados atestados por Silva (2000), ou seja, os informantes mais novos tendem ao uso de [ãw].

Em relação ao uso do masculino no lugar do feminino, característico do falar local, atestamos em nossos dados 37 ocorrências dessa variante, em alternância com 269 ocorrências de concordância nominal de gênero no sintagma verbal e no sintagma nominal em palavras femininas. Exemplos do uso do masculino no lugar do feminino:

(91) porque muitas vezes cê não vai pela pessoa cê tá bem vestido... tem que repará por dentro da pessoa... tem gente que não enxerga a senhora por dentro... enxerga se a senhora tá bem **vestido calçado**... bem **arrumado**.(M2)

(92) Tem guri aí... rapaz que eu cortei cabelo dele tá de **cabeça branco**... então... é isso que o pessoá atcha bom aqui em Cáceres. (M2)

Na tabela abaixo, indicamos o registro de concordância nominal de gênero no sintagma verbal e no sintagma nominal em palavras femininas em alternância com o uso do masculino no lugar do feminino por informante.

TABELA 5: Ocorrências de concordância nominal de gênero e do uso do masculino no lugar do feminino

Informante	Concordância nominal de gênero no (SV e SN)	O uso do masculino no lugar do feminino
M1 (FPR)	1 (SV) 15 (SN)	3
M1 (JRSR)	9 (SV) 29 (SN)	0
M1 (MCA)	7 (SV) 10 (SN)	2
M2 (LS0)	5 (SV) 64 (SN)	10
M2 (JVS)	4 (SV) 0 (SN)	2
M2 (JLF)	0 (SV) 35 (SN)	6
F1 (TCA)	1 (SV) 13 (SN)	0
F1 (MRAS)	0 (SV) 16 (SN)	4
F1 (RL)	0 (SV) 0 (SN)	2
F2 (FNC)	2 (SV) 9 (SN)	2
F2 (IAC)	10 (SV) 17 (SN)	5
F2 (SRSP)	0 (SV) 23 (SN)	1
TOTAL	39 (SV) 231 (SN)	37

O uso do masculino no lugar do feminino é atestado em todos os grupos, mas em índices diferentes: foram registradas 18 ocorrências no grupo M2 (homens mais velhos); 5, no grupo M1 (homens mais novos); 08, no grupo F2 (mulheres mais velhas); e 6, no grupo F1 (mulheres mais novas). Apesar de o número total de ocorrências não ser muito alto, o resultado é significativo: indica que os informantes mais velhos, tanto do sexo feminino (grupo F2) quanto do sexo masculino (M2), usam mais o masculino no lugar do feminino na concordância nominal de gênero que os informantes mais novos (F1 e M1). Esses resultados seguem na direção dos resultados atestados por Macedo-Karim (2004), Dettoni (2005) e Lima (2006).

Essas variantes foram atestadas nos informantes das duas faixas etárias e de ambos os sexos. Esses resultados mostram que os nativos da comunidade São Lourenço usam as variantes linguísticas que identificam o seu falar. Desse modo, é possível perceber que eles se mostram seguros em relação a sua prática linguística, não políem sua fala; eles têm atitudes positivas em relação ao seu falar; ou seja, não demonstram preocupação com sua norma linguística, ao contrário, manifestam satisfação em relação a sua maneira de falar.

Quanto aos usos lexicais considerados mais específicos do falar local, registramos: 7 ocorrências de *tchô* e *tchá* em vez de senhor e senhora, 7 ocorrências de *cururu* e *siriri*, 3 ocorrências de *entrevero*, *intrevera* e *intreverado* e apenas 1 ocorrência dos itens lexicais: *ribuçá* em vez de cobrir, *viola de cocho*, *aluá*, *furrundu*.

Os informantes da comunidade-SL correspondem exatamente aos nativos que vivem afastados do centro da cidade, possuem nenhuma ou baixa escolaridade e têm hábitos da vida simples do interior. São pessoas como eles que foram identificadas por outros grupos de habitantes de Cáceres registrados por Bisinoto (2007) como os remanescentes que ainda usam a variedade linguística local.

ASPECTOS CULTURAIS E LINGUÍSTICOS DA COMUNIDADE SÃO LOURENÇO - A VISÃO DOS NATIVOS

Neste capítulo, consideramos o ponto de vista dos informantes da comunidade-SL sobre aspectos da cultura e das crenças que vivenciam, e analisamos as atitudes dos informantes a respeito do seu próprio falar e do falar das pessoas de fora da comunidade.

6.1 Aspectos culturais da comunidade São Lourenço

Os dados em que se baseia esta análise foram coletados por meio de perguntas referentes aos seguintes tópicos: a) a percepção do nativo em relação à cidade; b) campo *versus* cidade: a escolha; c) a visão do informante sobre o clima da cidade; d) traços de identidade nativa; e) cultura tradicional; f) manifestação religiosa: rezas; g) danças tradicionais: o cururu e o siriri; h) lendas; i) a culinária e a bebida tradicionais; j) características dos nativos. O roteiro da entrevista figura no anexo (p.160).

6.1.1 A Percepção do nativo em relação à cidade

A pergunta inicial proposta aos informantes foi: *Você gosta de morar em Cáceres? Por quê?* Nas respostas constatamos que os entrevistados têm atitudes muito semelhantes. Todos responderam que gostam de morar em Cáceres, consideram a cidade como o melhor lugar para viver, é tranquila, o seu povo é hospitaleiro. A facilidade em conviver no mesmo espaço com a família oferece aos habitantes condições saudáveis para criar os filhos e netos. Destacamos algumas respostas representativas dessa posição:

(93) Gosto... porque a vida pra nós esse minina... eu acho que no Brasil inteiro o pantanal e principalmente pra mim que sou mato-grossense... sou cacerense nascido

pantaneiro legítimo... pra nós é uma satisfação ser cacerense... e morar aqui dentro de Cáceres... e pra mim não existe outra terra melhor que a nossa. (M2)

(94) Eu gosto ((risos))... ah porque eu... isso aí eu já acostumei né... nasci aqui... já criou³⁸ aqui... já criei meus filhos... agora tô criando meus netos eu nunca foi pra outro lugar. (F1)

(95) Gosto... porque eu nasci aqui... tô nessa idade... daqui nunca sai pra lugar nenhum... já tá muito acostumado já nasci e criô nesse lugar. (F2).

(96) De morá... gosto... porque aqui eu nasci... eu criei... tô acostumada... meus cunhido... meu pai... minha mãe tudo meus parente tudo é aqui... não tenho pra fora. (F2)

Nos depoimentos dos informantes podemos perceber a importância do Rio Paraguai na vida da comunidade-SL. Alguns utilizam o rio como meio de sustentar a família, são pescadores profissionais, homens e mulheres que utilizam o rio para o trabalho, mas também para o lazer. Destacamos algumas respostas ilustrativas:

(97) Gosto... mais por causa do Paraguai memo aí né. Né DGilão... não tem uma cidade melhor que aqui em Cáceres... por causa do rio aí. Cê passa mão numa varinha... numa linhadinha... passa mão num sal... numa farinha uma mandioca e vai pra beira do rio cê tá comeno... vai fora daqui... cê vai vê... se ocê pega. Por que aqui tem muita gente de fora... que vem pra cá... cê fala cê comeu cabeça de pacu não vortá mais (...) Pescaria né... ah tem vez eu.. e o pai dela ((apontou)) fica até semana lá no rio... Lá pra banda do Sadal... Nós pescamo na rabetinha ((canoa)) do pai dela... de primeiro eu ia pra beira do rio lá... saía do serviço cinco horas do serviço... ia pro rio... lá pra banda dez horas da noite... podia vir embora... (M1)

(98) Com certeza né. Porque tem o rio... cê vai pegá um petchinho... tá comeno né. (M1)

³⁸ A informante usa o verbo na 3ª pessoa.

(99) Maravilha. Primeiro pela... porque é daqui mesmo e pelo trabalho que eu faço eu gosto do trabalho... eu gosto muito de pescá... adoro... adoro... casa num foi feita pra mim... só o rio. (F1)

Historicamente, o Rio Paraguai teve/tem grande importância para a cidade e grande influência para a população, principalmente para os pescadores, os ribeirinhos e os turistas internos e externos. O Rio Paraguai é testemunha ocular da cidade de Cáceres desde a sua fundação até a sua transformação em porto fluvial para exportação de grãos. Além disso, atrai turistas pela exuberância de beleza natural e pela pesca no Alto-pantanal.

Os informantes que tiveram a oportunidade de viver em outro lugar não se adaptaram, e os que ainda não tiveram a oportunidade de sair disseram que falta vontade de sair da cidade, como mostram os depoimentos abaixo:

(100) Bom... eu por inquanto pra mim... eu atcho que é bom... porque em vista que eu fui em Cuiabá... não adjeitei não... iii fui doente pra lá... não gostei não... não. (M2)

(101) Gosto. Porque aqui é o único lugar da gente sobrevivê... eu já andei fui... em São Paulo... Campo Grande... e num atchei fundamento. (M1)

6.1.2 Campo *versus* cidade: a escolha

O nosso interesse nesse tópico é saber a opinião da comunidade-SL em relação a viver no campo ou na cidade, o que foi indagado pela pergunta: *Em sua opinião, é melhor viver no campo ou na cidade? Por quê?* Os resultados das respostas dos informantes estão representados no Gráfico 1 abaixo:

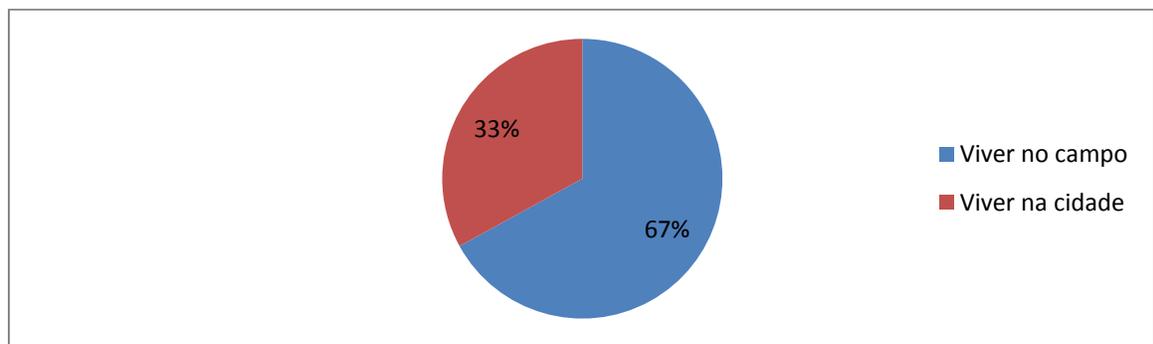


Gráfico 1: em sua opinião é melhor viver no campo ou na cidade?

Conforme nossos dados, a maioria (67 %) prefere morar no campo, alegando que o campo oferece melhores condições de vida, espaço para plantar, garante o sustento e fartura para a família, como atestam as respostas abaixo:

(102) No campo porque a gente pranta né... e na cidade não tem nem como a gente prantá... e aqui mora meu amigo... e aqui não tem nada só tem esse rantchinho velho.(M1)

(103) Olha eu já prefiro mais no campo... ah tem mais fartura né... escorre não paga nada de energia... não paga água... na beira do rio né... aqui tudo que cê vai mexê tem que pagá... minha energia tchegô esse mês... minha água cinquenta ((reais)) onde nós vamos pará ((risada)).(M1)

Por outro lado, apenas 33 % dos informantes preferem morar na cidade, mencionando motivos como: a facilidade do acesso tanto à escola quanto a receber os vencimentos como aposentados. Exemplos de respostas:

(104) eh na cidade... é bom por causa da escola... a gente tem que pensá isso né... pros filhos né... depois que os filhos crescê que vai pra escola... a gente tem que pensá no futuro deles né... só que na cidade é um pirigo né... um pirigo por causa de uso de drogas... mas eu gosto de morar na cidade mesmo... é mais fácil.(F1)

(105) Ah pra mim melhô na cidade né... na cidade porque tem mais ((condições))... ainda mais pra mim que sou reformado... não vô querê mora no campo aí quero morá na cidade... por que tchegô dia três... quatro... tenho o meu vencimento seguro... djá pode iii no banco... o vencimento tá lá... agora eu vô morá no campo... tchega o tempo que... djá lutei lá no campo... lutei com boi... vaca... cavalo... gado... eh.. peguei profissão na cidade... porque barbeiro é na cidade então... por isso que eu gosto de vivê na cidade. (M2)

(106) Na cidade porque os filho da gente tem escola... tem o quê eles quê tê... né. (F1)

A preferência da maioria pela vida no campo é condizente com o comportamento social da comunidade-SL, pois grande parte dos nossos informantes cultiva no quintal de suas residências variedades de hortaliças, mandioca, árvores frutíferas e, além disso, cria aves (galinhas e patos) para a produção de alimentos e o sustento da família. Esse comportamento é bastante semelhante ao dos habitantes da área rural. Durante as entrevistas observamos que grande parte dos informantes mais velhos viveu certo período no campo e, apesar de se encontrar em uma comunidade urbana, continua a ter os mesmos hábitos do campo, e considera a comunidade-SL como área campestre.

6.1.3 A visão do informante sobre o clima da cidade

Conforme Ferreira (2001), o clima de Cáceres é tropical quente e subúmido, a precipitação anual é de 1.500mm, com maior intensidade nos meses de janeiro, fevereiro e março. A temperatura média anual é de 24° C, maior máxima 42° C, e a menor mínima 0° C (mês de julho). O clima tem duas estações bem definidas, uma chuvosa e a outra seca. A estação chuvosa vai de outubro a março e a estação seca começa em abril e termina em setembro.

Neste tópico analisamos a opinião da comunidade-SL em referência ao clima da cidade. Para isso, perguntamos aos informantes da comunidade: *O que você acha do clima de Cáceres?*

Apresentamos no gráfico 2 os resultados obtidos em resposta à pergunta:

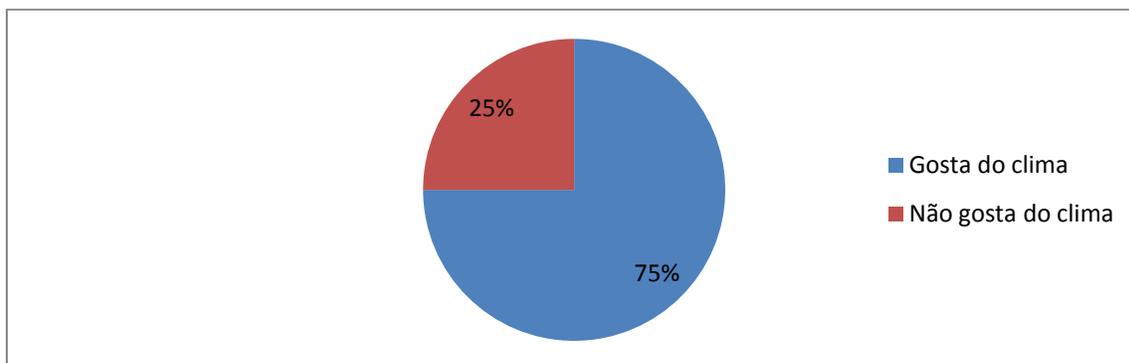


Gráfico 2: o que você acha do clima de Cáceres?

Nas respostas, a maioria dos informantes (75 %) revela uma visão positiva do clima da cidade, e 25 % não gostam do clima, alegando problemas de saúde (pressão alta, problemas cardíacos, etc.). As respostas abaixo ilustram atitudes positivas em relação ao clima da cidade, posição compartilhada pela maioria dos informantes:

(107) Ah nosso clima... é as quatro estaçõn do ano pra nós é bom... tem o frio... tem o calor... a primavera... o verão enton pra mim é o essencial... porque o clima é quente quanto tchega tempo de calor... quando tchegá o tempo de frio é amena... num tchegá a ser um frio como tem lá pro sul né... então é a temperatura que eu gosto daqui... é por causa das quatro estaçõn. (M2)

(108) Eu já acostumei eu já acostumei aqui eu gosto do clima... adoro o sol o calor. (F1)

(109) Eu atcho bom.. ahã eu atcho bom... porque é mais tranquilo... se adgente sai... quarqué horário que se qué... saí... cê muntá numa bicicleta aí ...ele vai de pé... vai de bicicleta... vai de carroça... notros lugá num pode... a num cê que sai aí na barreira ((BR))... aí não pode... mas aqui carroceiro trabaia na rua... por inquanto. (M2)

(110) Ah é bom né... porque não é frio. (F1)

6.1.4. Identidade social

Nesta seção, procuramos apresentar as atitudes dos nossos informantes em relação à sua identidade social. Interessa-nos saber a opinião da comunidade-SL sobre fazer parte do grupo de nativos da cidade de Cáceres. Para isso, perguntamos ao informante: *Você sente satisfação em ser cacerense? Por quê?* Os resultados das respostas a essa questão estão representados no gráfico 3:

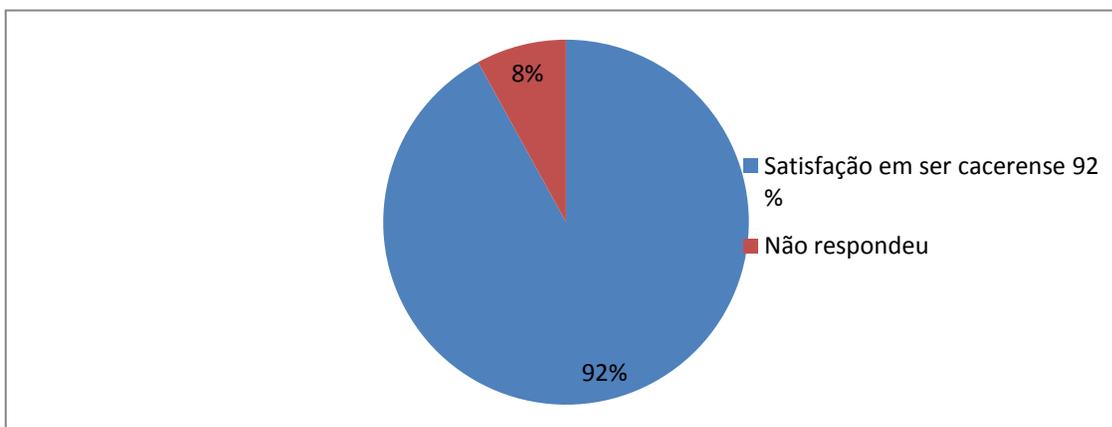


Gráfico 3: você sente satisfação em ser cacerense? Por quê?

A maioria (92 %) respondeu que tem satisfação, orgulho de ser cacerense e de fazer parte do grupo de nativos de Cáceres. Uma pequena parcela dos entrevistados (8%) não respondeu à questão. Seguem alguns dos exemplos representativos das respostas positivas:

(111) ((Sinto)) Orgulho... orgulho por causa... que eu nasci nessa terra e todo que aqui é uma cidade que é pacata... é hospitaleira. Todo mundo tchega em casa de quarqué um... todo mundo... porque eu sou cacerense eu tenho esse dom... (...) atcho que é nosso dom é esse aqui... por causa da hospitalidade. (M2)

(112) ((sinto)) Orgulho... porque é bom ser cacerense... tranquilo... muito tranquilo... (F2)

(113) Com maior orgulho e tudo que aí fora que vem falá de cacerense... eu toro a boca dele... eu num mido palavra pra falá não... eu não tenho medo da verdade. Eu falo

mesmo. Porque foi aqui que eu nasci... aqui que eu criei e tô criando meus filhos e meus netos... sou feliz aqui. (F1)

(115) Tenho.. tenho orgulho mesmo de ser cacerense ((risos)) por que cacerense... dizem né... que o cacerense é acolhedor... acolhe todos que vem né... eu pelo menos eu acolho tudo que vem na minha casa né... eu tenho orgulho de ser cacerense. (F1)

(116) Eu tenho... tenho... porque os cacerense são muito bondoso... são carmo pra fazê uma coisa precisa ((coisa séria)). (F2)

Complementando a pergunta, indagamos: *Qual o ponto positivo e o ponto negativo de ser cacerense?* Nas respostas a essa questão, os informantes elencaram razões naturais, afetivas e culturais como pontos positivos de ser cacerense, como mostram os depoimentos a seguir:

(117) O ponto positivo é que aqui é a melhor cidade pra vivê...pra morá... pra tudo. (M2)

(118) O ponto positivo é que a gente tem mais uma forga né... que ... a forga é assim... a gente trabaia o dia que qué né... dia que não qué... não vai trabaia pode forgá... eh nesse meio termo... a gente tá descansano né... planejanos... a vorta do trabaio como que vai fazê... como que num vai fazê né. (M1)

(119) Modo do rio. (M1)

(120) ((risos)) Ah eu acho bom de ser cacerense por causa...que aqui até agora é uma cidade calma... muito calma ainda né.(F1)

(121) eu atcho que melhor do que cacerense não tem... porque tudo as coisas que ele procura ele atcha... dgente só não vai pra frente porque a pessoa não qué... aqui ainda existe dgente que ainda adjuda o otro... e no otro lugá num tem. (M2)

(122) Pra mim é tudo positivo... porque djá fez tanta coisa boa aqui... eh djá fez tanta coisa boa de alegria como o cururu... desfile de Sete de Setembro... Seis de Outubro... carnava... vô mostrá um retrato de quando eu saía no carnava... quatro desses aí djá morreu...((mostrou os amigos na fotografia)) daqui um dia é eu... esse quando eu era metade dgente.(M2)

Em relação aos pontos negativos, a maioria apontou razões econômicas e administrativas. Pontos mencionados: a falta de emprego, a cidade cresce, mas não tem indústria ou fábrica para empregar as pessoas; as pessoas que vêm de fora, que não trazem benefícios para a cidade e só tiram proveito das coisas boas; a falta de interesse dos governantes em administrar melhor a cidade como mostram os depoimentos a seguir:

(123) O único ponto negativo que eu atcho é a falta de emprego. Isso que tá nossa cidade... aqui tá crescendo muito mais falta de indústria ou fábrica seja lá o que for. Nós tamos perdendo pra próxima cidade aqui pertinho de nós Mirassol... Quatro Marcos... Araputanga... hodje era tudo era município daqui e hodje djá tá tudo... não são mais porque porque começaram crescê e nossa cidade se não atcha um meio vai ficá ruim, esse é o parte negativo (M2)

(124) Agora o que falta aqui eh... tá um lugar parado né... muito apagado que tá ca cidade. Num vai pra frente... prefeito num interessa... né... arrumá essas ruas... a senhora saí.. saí... aí atolando... tudo sudjo... mas eh porque num interessa né... (F2)

(125) e o ruim principalmente a saúde que tá muito ruim mesmo o emprego tá muito ruim mesmo... fraco.(F1)

(126) Negativo são as pessoas que vêm de fora... né em vez de muitas vez trazé benefícios pra nós não... leva o que tem... não é verdade ? (F1).

Em seguida, perguntamos: *O que deveria ser mudado em Cáceres?* Nas respostas constatamos que 56 % dos informantes demonstraram insatisfação com a administração da cidade, e 44 % dos informantes mencionaram vários motivos para

mudanças como: a ausência de planejamento na demarcação do loteamento do bairro, os terrenos não têm uma metragem uniforme; o descaso com a saúde; a falta de emprego, a falta de respeito pelo rio Paraguai e a violência na cidade, como se pode observar nos depoimentos que seguem:

(127) A primeira coisa eh a saúde hum... saúde tem que ser mudado que a gente vai no hospital tchega lá é uma embananação eh... se vai no posto pioró... então esse é uma coisa que deveria ser mudado né. (M1)

(128) Acho que oportunidade de ter serviço falta... né. (F1)

(129) O que deve ser mudado aqui em Cáceres... só o djeito de administrá né... só isso que tá fartano aqui administração. (F2)

(130) O prefeito que tirasse ele daqui... botasse outra pessoa... que arrumasse mais Cáceres trouxesse mais indústria pra Cáceres pro turismo... entendeu? (F1)

(131) Eu acho o que deveria mudar em Cáceres é isso ai né... tê mais médicos né... pra atendê as pessoas né... e tem muitas pessoa coitado que fica aí... né e se não tivé dinheiro morre mesmo né... até o que deveria de melhorá bem mesmo as ruas agora com as chuva né ichii... tem muito burraco... então... isso aí deve melhorá bem mesmo. (F1)

6.2. Manifestações culturais

Incluimos na entrevista duas perguntas com o objetivo de verificar como o nativo da comunidade-SL vê as tradições culturais de sua comunidade. A primeira pergunta foi: *Quais tradições cacerenses fazem parte de sua vida (as danças, as comidas, as rezas)?* A maioria indicou as manifestações religiosas (as rezas), as danças, (o cururu e o siriri), a comida e a bebida tradicionais. O gráfico 4 abaixo mostra a porcentagem de informantes que aderem às diferentes manifestações culturais na comunidade-SL.

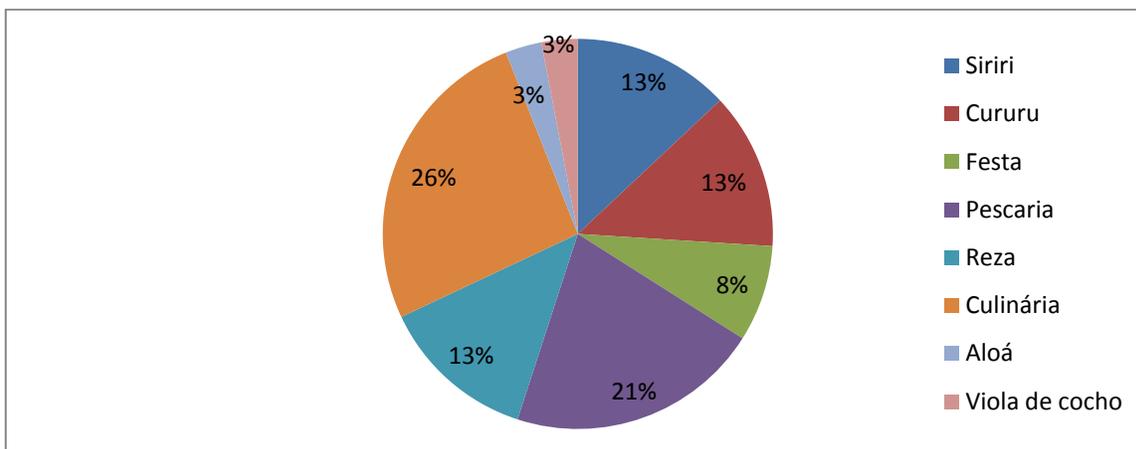


Gráfico 4: quais tradições cacerenses fazem parte de sua vida?

6.2.1 Manifestações religiosas: rezas

Durante a pesquisa de campo observamos que a comunidade-SL é marcada pela religiosidade. Nossos informantes são católicos, participam da Paróquia Nossa Senhora Aparecida, situada no Bairro São Luiz, próximo à comunidade São Lourenço. A paróquia desenvolve várias atividades que envolvem as pessoas dos bairros mais próximos. Dentre as atividades citamos a novena do Divino Espírito Santo, denominada de *Renovai*; o movimento que acontece no período do carnaval chamado de *Água Viva*, evento que tem grande participação, principalmente da juventude; a *Renovação Carismática*, grupo de jovens que apresenta, geralmente na Semana Santa, o teatro *Paixão de Cristo*. Por ocasião da festa da padroeira Nossa Senhora Aparecida, em 12 de outubro, os devotos da cidade realizam a novena, a procissão dos cavaleiros, e ainda a procissão fluvial pelo Rio Paraguai, assim como a procissão terrestre. Além da participação nas atividades da Paróquia Nossa Senhora Aparecida, os informantes da comunidade-SL realizam em suas residências as festas em homenagem aos santos como: São Sebastião, São Gonçalo, São Pedro, São João, etc. Há dois momentos interessantes nas festas: o primeiro é o ritual da reza e, o segundo,

os festejos com o cururu e o siriri. As respostas abaixo reproduzidas revelam o sistema de doutrina, a crença e as práticas³⁹ rituais próprios da comunidade.

(132) Ah eu acho a religião né... as rezas... ah tem São Sebastion né... São Sebastion... que o meu esposo o aniversário dele é dia de São Sebastion... e nós rezamos pra São Sebastion né... e Nossa Senhora Aparecida né... que tem a paróquia... né é na Avenida São Luiz. ((primeiro vem)) A ladainha aí vem o hino de São Sebastion... né... ((cantou)) é dia vinte de janeiro lhe amarraram em um morão de crave jarão de fretcha ((jogaram muitas flechas)) meu senhor São Sebastion ((risos)). Esse ano nós fizemos dia vinte e dois de janeiro... que caiu num sábado né... por causa que vem minhas irmãs... porque elas trabalham.. sempre começa já é nove horas... faço salgadinhos né faço aloá... faço ((risos)) ah tem que fazê é promessa né então... a gente tem que cumpri né porque é tão bão né... São Sebastion livra nós das pestes né... das guerras... das doenças.(F1)

(133) Eu se eu gosto de rezá... ichi... demais... fazia ((reza)) de São Pedro... ichi demais... tenho até ali meu artá. Ladainha... ladainha.. cantava oferecido pra São Pedro... os festeiros que fazia. São Pedro ((começou a cantar)) O meu grorioso São Pedro... o primeiro Deus te salve pelo bom procedimento ele está segurando a tchave... São Pedro veio de Roma... São José de Maranhon... São Pedro com sua tchave... São José com seu baston. Demais... hum... dona... nunca teve nem bateção de boca ((vinha)) marinheiro... sordados... sete hora quando eu falava viva São Pedro... o baile começava... eu que pagava o condjunto... pagava... eu que pagava. O baile começava sete horas e terminava sete horas da manhã. Nada... nada... nem bateção de boca. (F2).

No contato com os nossos informantes, pudemos observar, nas residências visitadas, um espaço reservado em homenagem aos Santos de devoção de cada família da comunidade. Esse fato confirma atitudes positivas da comunidade-SL em relação às rezas.

³⁹ Sobre as práticas religiosas, Bosi (1992) observa que elas fazem chegar às pessoas simples os livros clássicos da fé e permitem que eles convivam com a grande arte: música, pintura, arquitetura, dança, poesia.

6.2.2 Danças tradicionais: o cururu e o siriri

Fazem parte da tradição cacerense as danças cururu e siriri. O cururu é uma dança tradicional, atestada com frequência nas cidades mais antigas do Estado de Mato Grosso⁴⁰. No cururu os cantadores fazem um círculo, ao som da viola de cocho ou do ganzá⁴¹ embaixo do braço. Da dança participam somente homens, chamados cururueiros. Para formar a roda do cururu há necessidade de, no mínimo, dois cantadores, um para tocar a viola de cocho e outro para o ganzá. Os cururueiros são geralmente homens simples que tocam viola de cocho e ganzá a noite inteira sem parar. Por meio da dança na roda de cururu, o cururueiro revela toda sua virtude e o conhecimento adquirido no decorrer do tempo, transmitido de pai para filho, pela tradição oral.

Segundo Luyten (1992), o cururu também ocorre em São Paulo⁴² no cenário-musical popular da região caipira. Conforme o autor, o cururu resiste, mais do que os outros folguedos populares, à anemia geral causada pelos meios modernos de difusão de cultura. Ele observa que atualmente há dois polos que dançam o cururu no Estado de São Paulo: Sorocaba e Piracicaba. Mas a dança continua presente em muitas outras localidades do interior⁴³ de São Paulo, especialmente nas localidades com menor teor de migração. O

⁴⁰ Segundo Luyten (1992, p. 97), o cururu “apresenta, no seu aspecto poético, quatro partes diferentes: licença, saudação, louvação e carreira”. Esses mesmos aspectos são encontrados no ritual da comunidade em estudo.

Diz Mário de Andrade (1941, *apud* BOSI, 1992): em “certas festividades coreográfico-religiosas conservadas tradicionalmente pelas populações rurais paulistas, a dança de Santa Cruz, a dança de São Gonçalo, as partes mais especialmente religiosas da cerimônia são continuadas por uma dança de roda geral, a que chamam *cururu*. Ora, se trata de uma dança impressionantemente assimilável em seus passos e ademanos a certas coreografias ameríndio-brasileiras ainda atuais, reveladas pela cinematografia. (...) No cururu religioso dessas danças tradicionais, eu julgo ver uma tradição jesuítico-ameríndia permanecida por quatro séculos”.

⁴¹ Ganzá, segundo Grando (2002, p. 29), “é uma espécie de reco-reco de taquara; instrumento de percussão, feito de taboca. Ele é todo talhado no sentido contrário ao comprimento. O bambu também sofre três a quatro rachaduras no sentido longitudinal, dependendo do diâmetro deste. Por fim, utiliza-se um pedaço de osso (costela bovina) para raspar a taboca e obter assim o som”.

⁴² De acordo com Bosi (1992), o cururu ocorre desde 1950 nas Águas de São Pedro, Bernardino de Campos, Conchas, Fernandópolis, Iperó, Itatinga, Itapirina, Jaú, Guarulhos, Monte Azul Paulista, Rio das Pedras, Bananal e Guararema.

⁴³ Buscamos no site oficial da Prefeitura Municipal de Fernandópolis-SP informações sobre o cururu nessa região. Encontramos um convite da Orquestra de Violas para um show no Teatro Municipal. O convite traz a seguinte informação: “Regida pelo professor Tito, a Orquestra de Violas de Fernandópolis **vai tocar músicas tradicionais da cultura caipira, passando por vários ritmos do gênero como cururu, cateretê,**

pesquisador menciona ainda que o cururu continua presente no norte do Paraná, em Goiás, Mato Grosso do Sul e principalmente em Mato Grosso, que conta com muitos cantadores de cururu.

O *siriri* também é uma dança tradicional no Estado de Mato Grosso, comum nas comemorações religiosas da comunidade em estudo. Nessa dança participam crianças, homens e mulheres, que dançam ao som da viola de cocho, do ganzá e do mocho⁴⁴. O *siriri* é dançado em rodas ou fileiras formadas por pares. Segundo Grandó (2002, p. 14), no *siriri*, “ao dançar, o corpo expressa uma determinada vida social cujas ações se constituem segundo códigos e convenções simbólicas definidas pela cultura do grupo social a que pertence”. Segundo a autora, os pares acompanham a música simples e alegre cantada cujos temas mudam de verso para verso e cujas composições homenageiam santos, cidades, a natureza, e até pessoas, geralmente os donos das festas.

Nas entrevistas, os informantes mostraram sua adesão às tradições locais, manifestando sua emoção ao tratar desses valores da comunidade, como se pode observar nos depoimentos abaixo:

(134) Ah eu djá...eu djá... eu djá foi..eu sou católico...mas eu num eu djá foi djá ensinei muitas criança dançá... no colégio quando eu prestava ainda né... eh forcrórica... é siriri... quadrilha... São Gonçalo... tudo eu ensinava a criançada no colégio... saía até no disfile... ensinava eles... . (M2)

(135) Ah meu... o que eu gosto memo... é o cururu né. Eh o cururu eu gosto... hodje pra mim i numa reza... e se falá pra mim... vai lá na minha festa... eu vô... levanto o mastro... rezo... cabô eu venho imbora... porque hoje eu não penso mais em dançâ... bebida... faz muito tempo que eu não bebo... fumo... atcho... que é por isso que eu estou bem. Posso por meas duas mãos... meu braço não treme. O cururu eu gosto

querumana, guarânia, chamamé, toadas e pagode caipira.” (Grifos nossos). www.fernandópolis.sp.gov.br. Acesso: 4/06/2012.

⁴⁴ Segundo Grandó (2002), mocho é uma espécie de banco de madeira coberto com couro. Ele pode ser tocado por uma ou mais pessoas ao mesmo tempo. Para tirar o som do instrumento, utilizam duas varetas curtas de madeira.

muito... a festa... a levantação de mastro... treiná a moçada na escola pra dançá... Pera aí um pouquinho vô mostra minha viola de cocho. (M2).

Observamos a efetiva participação da comunidade-SL nessas festividades. Reproduzimos letras de músicas cantadas na roda de cururu e siriri na comunidade-SL, conforme os registros de Gonçalves (2008, p. 49-52) :

Cururu
Aiuma do Pantaná/
Cantá/ é só pra me dá sodade/
Ieu vô um dia desses/
meu amô/ mas venho pra te buscá.

Siriri
Ieu pisei na foia seca/prá fazê tchuá, tchuá.
Inda tenho isperança/de fazê moça tchorá.
Marrequinha da lagoa/Tuiuíú do Pantaná
Marrequinha pega petxe/ Tuiuíú djá vem tomá

O siriri é acompanhado principalmente pela viola de cocho. A viola de cocho é um instrumento feito de madeira encontrada no pantanal; tem cinco ordens de cordas simples, quatro cordas de tripa de animal e uma revestida de metal. Atualmente, as cordas de tripa de animal estão sendo substituídas por fios de nylon devido à proibição de caça na região do Pantanal. Para a fabricação do corpo do instrumento, são várias as madeiras utilizadas, como Ximbuva, o Sarã e a raiz de Figueira branca. Na fabricação das demais peças é utilizado o cedro. A produção da *viola de cocho* está fixada em Cuiabá (Mato Grosso) e Corumbá (Mato Grosso do Sul). Esse instrumento foi reconhecido como patrimônio nacional, “registrado no livro *Saberes, do Patrimônio Imaterial Brasileiro*, em dezembro de 2004. Foi o quinto bem de natureza imaterial registrado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN”, conforme Viana (2005).

6.2.3 Lendas

As lendas são narrativas em que um fato histórico ou fictício se amplifica e se transforma sob o efeito da imaginação popular. Em nossa entrevista incluímos uma pergunta referente às lendas conhecidas na comunidade - *Você conhece alguma lenda de Cáceres? Qual?* As respostas apontaram os seguintes resultados:

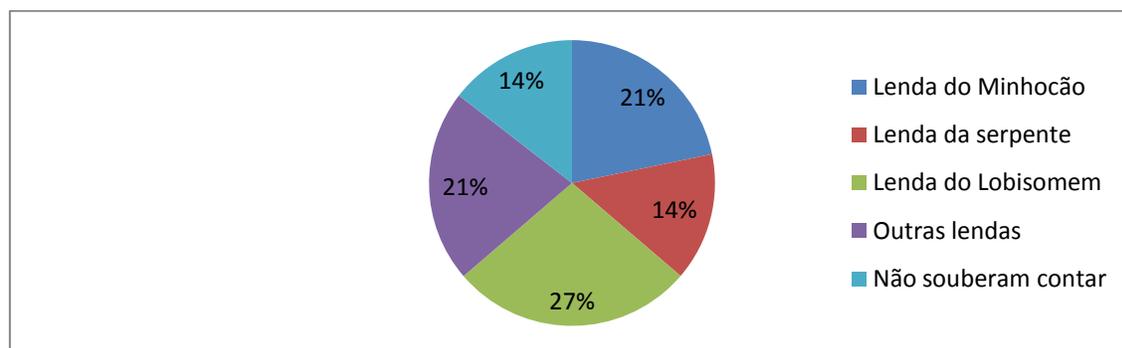


Gráfico 5: você conhece alguma lenda de Cáceres? Qual?

De um modo geral os informantes responderam à questão contando algum fato, apenas 2 informantes não souberam informar sobre as lendas da comunidade. Registramos um total de doze lendas, havendo informante que contou mais de uma. A lenda do Minhocão⁴⁵ que vive no Rio Paraguai foi mencionada 3 vezes. Para os entrevistados, o Minhocão é responsável pelo processo ou efeito de desbarrancar as margens do rio Paraguai, levando junto a casa do ribeirinho.

A lenda da serpente que vive sob a catedral São Luiz, amarrada com os fios de cabelo de Nossa Senhora, foi mencionada duas vezes. A lenda do lobisomem foi constatada quatro vezes. Já as lendas em referência ao bicho que soltava fogo pela boca, uma história de assombração, e uma senhora que virava porco-espinho, foram mencionadas

⁴⁵ Segundo Martins (2007, p. 4), “À medida que o pantaneiro sai para pescar e encontra peixes, ele também pode encontrar o Minhocão nos rebojos ou nas curvas dos rios. Nesses locais, o Minhocão faz sua morada e trabalha revirando as águas. Essas são algumas das razões que levam o pantaneiro a temer esses lugares, a ter mais cuidado quando por ali passar, à medida que estes lugares são considerados como encantados, onde a água chega até a assobiar. O medo do Minhocão leva o pantaneiro muitas vezes a mudar de local, quando sua casa se localiza nas margens do rio, para um lugar mais seguro onde a “minhoca grande” não consiga atingi-la. Ou ainda, o pantaneiro pode seguir a tradição que diz para jogar cabeça de porco ou arame farpado nas águas, o resultado é afastar o Minhocão das proximidades de sua morada. Mas, ao quebrar a tradição, logo vem o Minhocão e desbarranca aquele local”.

uma única vez . Os exemplos a seguir são ilustrativos das lendas que circulam no imaginário da comunidade.

a) A lenda do Minhocão

(136) Hum tinha... bom... assombração... assombração... existe até hodje ((risada)) o minhocon... o minhocon existe... ele só vevi do rio... eh... aí ele vai dispencando paredon de barranco. Ele que faz o rio ficá laaargo... é ele come dgente... aí pra ele saí alongado desse lugá... senhora tem que matá um porco... e pôr a cabeça dum porco num saco e levá lá... e djogá lá... aí sim de uma hora pra outro... ele vai imbora... ele num gosta da cabeça... é a cabeça... num sei que mistério ele tem aí não... é sério memo. Da cabeça do porco... ((existe)) Aqui! Morava aqui no Paraguai aqui perto... eh... mas foi embora... meu marido que djogô... a cabeça de porco... matemo de propósito uma leitoa... tiremo a cabeça... ele pois no saco... djogô lá... pois é mea fia... nós tinha um rantcho lá... pois é... intão o rio djá tava pa encostá no rantcho... di tanto... dá medo de noite ((imitou o barulho de água batendo no barranco)) era ele... vinha aquela água ((imitou o barulho de água batendo)) era ele... pois com pouco dia que djogô lá... bate ((lá)) no descarvado... também daí foi imbora ((o bicho)) é pirigoso. (F2)

b) A lenda do lobisomem

(137) Esse eu tinha um cumpadre... esse cumpadre me falaram que diz que ele virava lobisomem... eu batizei um filho dele. Tudo que ia ganhá criança vinha atrás de mim né... ai eu foi olhá a muié... pra lá... até era muié dele... que eu fui olhá... muié dele... e ele quando tava perto da criança nascê ele saiu...((fez de conta que saiu)) mas num saiu... aí a criança nasceu... cortei o umbigo... arrumei e saí... e ele querendo entrá ((na casa))... aí dispidi dele e ele me viu... a hora que eu passei... aí no outro dia que eu foi dá banho na criança... a cumadre falando... Tomaz saiu daqui e num viu a senhora saí... despois que a senhora saiu aí que ele tchegô... e eu vi ele... tava lá em baixo do figueiron... lá... e se esse home vai atrás de mim? ((eu estava sozinha)) só eu com

Deus...((ele)) não pegou a criança... graças a Deus... eu falei com a cumadre... deita ((junto com a criança na cama)) e detcha ele djunto co cê...ribuça bem ele e fica djunto co ele... quando ele ((o cumpadre lobisomem)) tchegô pra pegá a criança...((não conseguiu)) mais felizmente a mãe dele ((do cumpadre lobisomem)) morava pregado com a casa... e ela ((a mãe da criança)) gritô... me acode tchá Crara... me acode! Aí a tchá Crara chamô o marido dela e foram lá... tchegô pra sarvá a criança... aí a tchá Crara pegô a criança e levô pra casa dela... ahã. (F2)

c) A lenda do porco-espinho

(138) Tinha antigamente tinha tchá Romana ela virava porca espinha... eh meu pai memo morava lá no djunco... veio pra ficá no Zé de Lara... naquele tempo andava aí perto do Gerardão aí... a tchá Romana tava numa gaiaria de pau... aí de tarde... Então... aí eles passaram... eles passaram e Zé de Lara primo dele... falô... eh tchá Romana djá vai virá?... Ah pra quê ? a véia zangô... ficô brabo... foram pra lá... e ficaram pra lá até tarde. De lá vieram... quando tchegô ali de noite... ali nasceu neles aquela porcaida... leitãozada ((imitou grunhir de porco))... ai meu pai andava com um facon... um faconzon assim...batia nela com facon... foi até que riscô a cacunda dela... e ela gritô ((imitou o grunhir de porco)) e correu prá lá.. Parô... foram imhora... quando foi noutro dia... tá tchá Romana com um riscon na cacunda... porca espinha! Mas o quê é esse aí é encantamento do que num pode fazê... eh dizem assim... que é muié que casa com padre... amiga com padre... é assim dizem né. (M2)

As lendas que circulam no imaginário da comunidade-SL têm o seu significado. A primeira lenda reflete a crença dos informantes de que o Minhocão é o responsável pela ação de desbarrancar as margens do rio, levando também a casa do ribeirinho. Esse processo também pode ser explicado por diversas ações, consideradas naturais, como o processo de assoreamento, pelas consequências diretas de enchentes pluviais, pelo mau uso do solo e pela degradação da bacia hidrográfica, causada por desmatamentos, monoculturas, construções, etc. Entretanto, para a comunidade São Lourenço, o Minhocão é o maior responsável pela mudança no percurso do rio; os informantes acreditam na existência do Minhocão e o temem.

As lendas (b) e (c) fornecem modelo de comportamento para a conduta das pessoas na comunidade. Nossos informantes acham possível que, se alguém apresentar desvios de comportamento, talvez sofra alguma punição se transformando em lobisomem, porco-espinho, etc.

6.2.4 A culinária e a bebida tradicionais

Na culinária tradicional cacerense há muita fartura tanto do peixe como da carne de gado, de frango, de suíno, utilizados nos diversos pratos da região. Como bebidas tradicionais da comunidade cacerense, figuram diversos licores e o aloá, bebida feita de milho. Gonçalves (2008, p. 51) descreve o modo de fazer o *aloá* na comunidade São Lourenço: “um dia antes: coloca o milho de molho, depois deixa escorrer; torra, em tacho de torrar a farinha de mandioca e, depois de torrado, soca em pilão e leva ao fogo para ferver. Dá um suco gostoso, adoçado com açúcar mascavo”. Nas celebrações em homenagem aos santos de devoção da comunidade São Lourenço, o aloá e os diversos licores geralmente são servidos no momento em que termina a reza. Nas entrevistas, os informantes mencionam a culinária e bebidas tradicionais em respostas à pergunta: *Quais tradições cacerenses fazem parte de sua vida?*

(139) Comida né. Eh olha eu uso fazê ((o peixe)) ele ensopado com uma mandioquinha hoje de manhã cedo fomos pescá sobrô uns dois bagre soquei uma farinha nele eh oh ((sinal com a mão levando à boca)). (M1).

(140) Cumida... cumida... muito é carne com batata... carne com mandioca... carne com banana verde... carne com banana madura... arroz carreteiro... entendeu? eu gosto muito ... aquela costela bem caprichada com uma mandioquinha... bom demais o peixe eu gosto... gosto muito... muito... muito... muito do peixe... mais eu gosto de vê ele ali... físgá ele ali... hem.. pintado com certeza briga mais gostoso né (risada) o que dá mais emoção é o pintado... né. (F1)

(141) E bebia licor de leite... licor de coco... eh... não... não... cerveja não... nunca... não... era só licor. Cumida assado... churrasco... matava reis... ferventava mandioca... os festeiros... era animada minha festa... mas eu parei... porque o meu marido morreu... quebrou o esteio cabô tudo....(F2).

(142) faço salgadinhos né faço aloá... faço ((risos)) ah tem que fazê é promessa né então... a gente tem que cumpri né porque é tão bão né... São Sebastion livra nós das pestes né... das guerras das doenças.(F1)

6.3 Características dos nativos

Introduzimos no questionário uma pergunta com o objetivo de saber se o informante da comunidade-SL reconhece o cacerense típico e qual o critério usado para esse reconhecimento: *O que mais identifica um cacerense?* Na resposta a essa questão, o informante tinha duas alternativas: (a) as características físicas e (b) a língua. Destacamos na figura abaixo os resultados obtidos para essa questão:

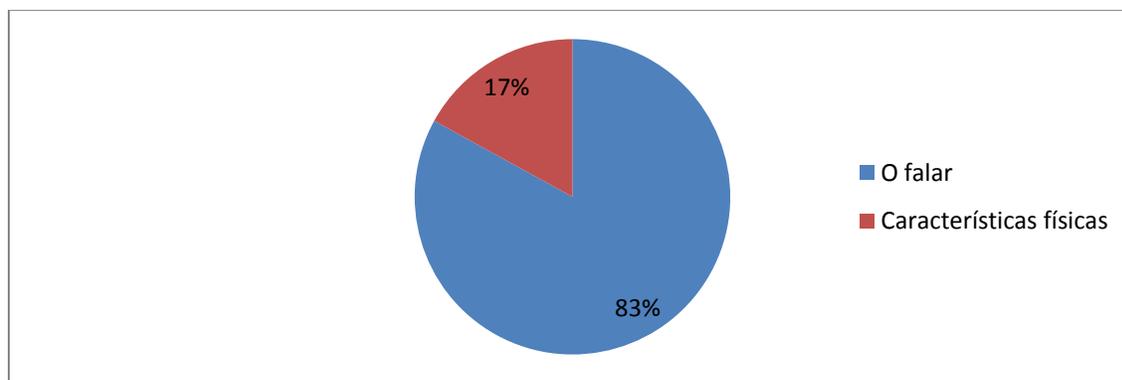


Gráfico 6: o que mais identifica um cacerense?

A maioria das respostas (83 %) selecionou a alternativa (b), ou seja, para a maior parte dos entrevistados o falar é que identifica o cacerense. Uma parcela dos informantes (17 %) selecionou a alternativa (a), apontando as características físicas como fator identificador do cacerense nativo.

Ainda sobre a identidade do cacerense nativo, fizemos uma segunda pergunta que envolve tema importante de interesse na comunidade: *Quem você acha que é o bugre*⁴⁶?

Antes de apresentarmos as respostas dos informantes a essa questão, mencionamos o estudo de Guisard (1999) sobre o termo *bugre* e sua aplicação na comunidade cacerense. De acordo com Guisard (1999), a sociedade constrói e reconstrói permanentemente uma imagem negativa das pessoas, no caso, os designados pela palavra *bugre*. Segundo o autor, o termo tem sua origem em um movimento de um grupo de pessoas que criticavam a Igreja ortodoxa, na Europa, durante a Idade Média. O movimento surgiu no século IX, na Bulgária, e foi denominado de bogomilismo, como uma forma de homenagear o padre Bogomil, seu fundador. O autor observa que essa doutrina nega o mundo terreno e os rituais da Igreja Católica. Os iniciados nessa doutrina não comiam carne, constituíam-se em uma comunidade fechada em si mesma, e questionavam os valores morais e religiosos vigentes. No decorrer do tempo, o sentido da palavra *bugre* se transferiu de um mundo religioso para um mundo que não pertence à religião, trazendo a ideia do *bugre* como o devasso, o infiel em quem não se pode confiar, que representa a porção mais baixa da sociedade.

Os costumes e hábitos dos índios configuravam uma prova de ausência da fé religiosa, assim os colonizadores utilizaram o termo *bugre* para denominar⁴⁷ os índios encontrados nas regiões colonizadas.

Conforme Guisard (1999), o termo *bugre* vai surgindo com uma identidade já construída, acompanhando a ideia da infidelidade moral, porém com novos elementos,

⁴⁶ Conforme Houaiss (2009), “a datação dessa palavra é de 1877. Rubrica: Etnologia: (1) indígena pertencente ao grupo dos bugres (2) Derivação por extensão de sentido, qualquer índio, esp. o violento. (3) Derivação por sentido figurado, uso pejorativo, indivíduo rude, primário, incivilizado. (4) Derivação por sentido figurado, indivíduo desconfiado, arredo”.

⁴⁷ Sobre a denominação de bugres aos indígenas do Brasil, Freyre (2010, p. 189) observa: “a denominação de bugres dada pelos portugueses aos indígenas do Brasil em geral e a tribo de São Paulo em particular talvez exprimisse o horror teológico de cristãos mal saídos da Idade Média ao pecado nefando, por eles associado sempre ao grande, ao máximo de incredulidade ou heresia. Já para os hebreus o termo *gentio* implicava ideia de sodomita; para o cristão medieval foi o termo *bugre* que ficou impregnado da mesma ideia pegajosa de pecado imundo. Quem fosse herege era logo havido por sodomita; como se uma danação arrastasse inevitavelmente a outra”.

próprios da nova situação, ganhando maior importância com o passar do tempo e tornando cada vez mais ampla a identificação do *bugre* dada pelo outro, ou seja, pelo colonizador. Desse modo, segundo o autor, parece que está sempre em funcionamento um processo de atribuição de identidade realizada inteiramente pelo outro.

Podemos deduzir que a sucessão de mudanças ocorridas no termo trouxe o sentido pejorativo do termo *bugre* para a comunidade cacerense e principalmente para a comunidade São Lourenço. Observamos na comunidade de modo geral que, quando a palavra *bugre* é mencionada por pessoas de fora em referência ao nativo, produz sentido pejorativo, e traz consequências para a comunidade, ou seja, surge uma reação desconfortável, que leva o informante nativo a opiniões divergentes sobre o tema. Desse modo, separamos as respostas obtidas nessa questão (*Quem você acha que é o bugre?*) em três categorias: (a) *o cacerense*, (b) *o índio* e (c) *a fronteira*. No primeiro grupo, incluímos as respostas que de algum modo mencionam o termo *bugre* para denominar o cacerense. No segundo grupo, incluímos as respostas que tomam o termo *bugre* como o descendente do índio. E na última categoria, incluímos respostas que vinculam o termo *bugre* à *fronteira* Brasil/Bolívia. Selecionamos exemplos das 3 categorias de respostas:

a) Bugre = Cacerense

(143) É nós mesmo né. Não... não... são todos. Bugre que eu conheço mesmo ((risada)) dá até dó... adoro ele... me desculpa... adoro adoro essa família... amo de paixão foram eles que abriram as portas pra mim aqui... mas é aquele povinho ali ((apontou para a casa de frente a sua)). (FI)

(144) É os cacerense... eu... meu vizinho ali é bugre... (MI)

(145) Os cacerense né. (M1).

b) Bugre = Índio

(146) O bugre é aquele que se mistura. Tanto faz se um sê um paulista se um mineiro... goiano... paulista intreverá com uma família que tem um descendente de um índio ele caba sendo intreverado... ele caba sendo bugre... esse eu considero que é assim... qualquer pessoa não importa se ele seja de onde for se ele vim casá com descendência de índio ele caba virando bugre então não tem como falá que não. (M2)

(147) Ah aqui tem muita raça de bugre... tem... aqui mais tem o bugre nosso... tem o bugre boliviano que se misturô aqui em Cáceres o tchiquito cabelo duro que veio da Bolívia... lá em Poconé tem o Bororó... baxo e gordo. (M2)

(148) O bugre como diz o ditado nós quase tudo samo bugre ((risada)) é tudo misturado ((risada)) eh cacerense com bugre tudo misturado meu avô era meio buliviano meio brugre nem sei como que ele era né ((risada)). (F2)

d) Bugre = Fronteira

(149) Fala grosso né ...a dgente não cumpriende o que eles fala... é desse mundo aí do Paraguai... o que tem mais eles é aqui em Cáceres. (F2)

(150) Eh da Bolívia... pois eh né. (F2)

(151) Ahã. Que fala que é bugre mesmo são as pessoas... fala que bugre mesmo é aqueles do início de Cáceres que já nasceram na fronteira né. (F1)

O termo está vinculado à imagem pejorativa construída fundamentalmente pela condição histórica de sujeição e escravidão do bugre nas fazendas e em serviços domésticos dos mais variados. O sentido depreciativo predomina sobre o sentido de brincadeiras. Esse termo é aplicado frequentemente no cotidiano, ou seja, é aplicado na comunidade cacerense para denominar os nativos.

De acordo com Guisard (1999), o emprego do termo *bugre* na comunidade cacerense opera como fator de desconhecimento de inúmeras diferenças étnicas e culturais. Desta forma, compreendemos as respostas dadas a essa questão. Uma parte dos nativos da comunidade São Lourenço não se reconhece como bugre e nem poderia assumir essa identidade social. Segundo o pesquisador, se reconhecer nessa categoria é cometer violência contra si próprio, pois essa categoria, há séculos, é submetida a um processo desleal de desagregação e aniquilamento.

Mencionamos que apenas um informante não respondeu à pergunta, ficou um tempo em silêncio, e rompeu o silêncio com o riso. Interpretamos esse caso como uma reação negativa, uma forma de desaprovação ao tema discutido.

6.4 Aspectos linguísticos da comunidade São Lourenço – a visão dos nativos

Mostramos as atitudes dos nossos informantes da comunidade-SL através dos seguintes tópicos: a) Padrões Sociolinguísticos: estigmatização; b) Reações subjetivas à mudança linguística do falar local; c) Atitude Linguística: aceitação *versus* rejeição; d) Percepção de diferença linguística no contexto social; e) O grupo de pessoas vindas de outras localidades; f) Diferenças linguísticas: falar local *versus* falar do imigrante.

6.4.1 Padrões Sociolinguísticos: estigmatização

Um dos nossos interesses neste estudo é verificar atitudes linguísticas da comunidade-SL em referência ao seu próprio falar e sobre o falar das pessoas de fora. Para isso, fizemos aos informantes a pergunta: *Existem situações em que você tem vergonha do falar com sotaque regional?*

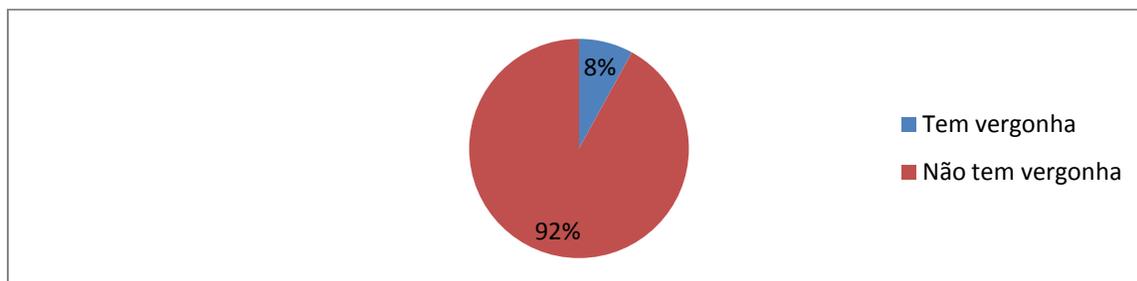


Gráfico 7: você tem vergonha do falar com sotaque regional?

A maioria dos informantes (92 %) respondeu que não tem vergonha do falar com sotaque regional e acha que ninguém deveria ter vergonha desse falar. Um dos informantes argumentou que tem esse costume desde que nasceu e que a língua não muda. Os exemplos abaixo mostram a atitude positiva dos entrevistados em relação ao falar da região.

(152) Mas nem um pouquinho ((de vergonha)) e aí de quem ri de mim... porque eu xingo na mesma hora... mas com certeza... mais no grosso mesmo. (F1)

(153) Não... não... tenho não... a gente já nasceu com esse costume não muda né. (F2)

(154) Eu não tenho vergonha de falá no meio do povo... nem eu não tenho e eu acho que ninguém deve tê. (M1)

(155) Eu pelo menos eu não tenho vergonha não ((risos)). (F1)

Apenas um informante (8 % do total) de 51 anos, e que trabalha na zona rural, respondeu que, em contato com pessoas de outras regiões, sente-se constrangido. Observamos que a maioria dos informantes tem atitudes positivas em referência ao seu modo de falar, ou seja, mostra atitudes de valorização e defesa de sua prática linguística. No exemplo 156 observa-se um deslocamento de atitude com relação aos demais informantes, ao não se colocar como totalmente envergonhado pela língua que usa.

Sobre o mesmo tema, incluímos na entrevista outra pergunta: *Você acha que as pessoas de fora gostam do falar cacerense? Por quê?* Ver no gráfico 8 a representação dos resultados obtidos na questão.

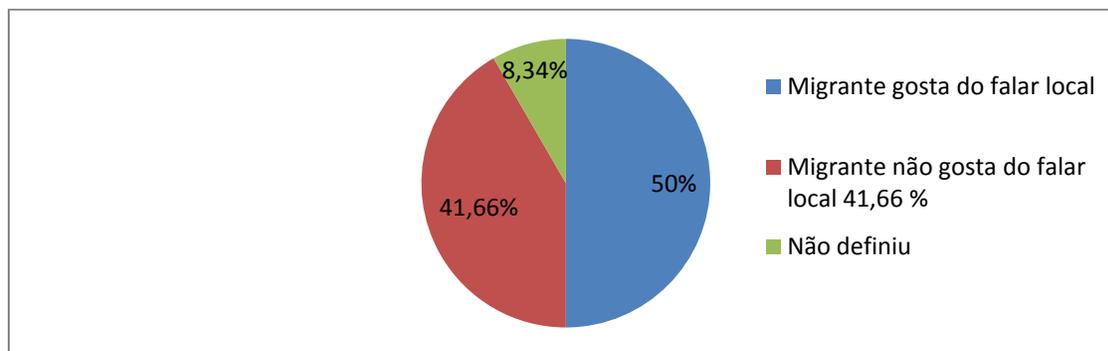


Gráfico 8: você acha que as pessoas de fora gostam do falar cacerense?

As respostas são discordantes. De um lado, 50 % dos informantes mencionam que o migrante gosta do falar cacerense, sem dar explicação para esse fato. Por outro lado, 41,66 % dos informantes responderam que o migrante não gosta do falar cacerense e apontaram motivos para esse fato. Obtivemos ainda um percentual de 8,34% de informantes que não definiram se o migrante gosta ou não do falar local. Mostramos depoimentos que representam o segundo resultado:

(156) Não... ele repara também...ele atcha que é errado ...é feio tal... por isso que as vez corrige a língua que é nossa que caba... (M2)

(157) Olha eles repara... a gente vê que eles repara. (M1)

(158) Eles tenta corrigi a gente né. Acho que eles não gosta... acho que eles não querem aprendê o nosso sotaque... pra não passá pros que vem vindo ((risada)) eles curte com nossa cara. (F1)

(159) Oh muitos não gosta... por causa que eles acham feio e por que a gente fala muito tcha... tcha... tcha... por isso... que eles falam que cacerense é bugre... eles fala que cacerense não sabe falá né... mais o que mais fala que eu djá escutei falá é os pessoal do Espírito Santo ...do Espírito Santo que é capixaba né... que outras pessoas eu não escutei... eu já conversei com pessoas de São Paulo e Rio de Janeiro... não falam nada não. (F1)

(160) Eles falam assim eles metem o pau... eles falam má... eles numa parte eles disfaz né... vive aqui... veio pra cá e disfaz... eles num vem falá pra mim... porque eu vô pra cima deles. (M2)

Observamos que, conforme as respostas de 41,66 % dos entrevistados, o falar da comunidade-SL é estigmatizado por parte de algumas pessoas de fora. Geralmente os de fora se encontram em melhores condições financeiras e assumem uma postura crítica em relação à comunidade nativa. Buscamos compreender as atitudes dos de fora sobre o falar da comunidade nativa com base em Calvet (2002). Conforme o autor, os usos linguísticos variam geográfica social e historicamente e, desse mesmo modo, varia a norma cotidiana; contudo, não há possibilidade de ter as mesmas atitudes linguísticas nas diferentes classes da sociedade, ou seja, os de fora se encontram em um nível social mais elevado que os nossos informantes, por isso eles estigmatizam o falar dos nativos.

6.4.2 Reações subjetivas a modificações no falar local

Nesta seção focalizamos as reações subjetivas da comunidade sobre um aparente processo de alteração observado no falar local, já apontado em outros estudos⁴⁸: os informantes mais jovens utilizam menos a variedade local que os informantes mais velhos. Para saber a opinião da comunidade fizemos aos informantes a seguinte pergunta: *Você acha que a fala cacerense está desaparecendo? Por quê?*

O gráfico a seguir representa os resultados obtidos na questão.

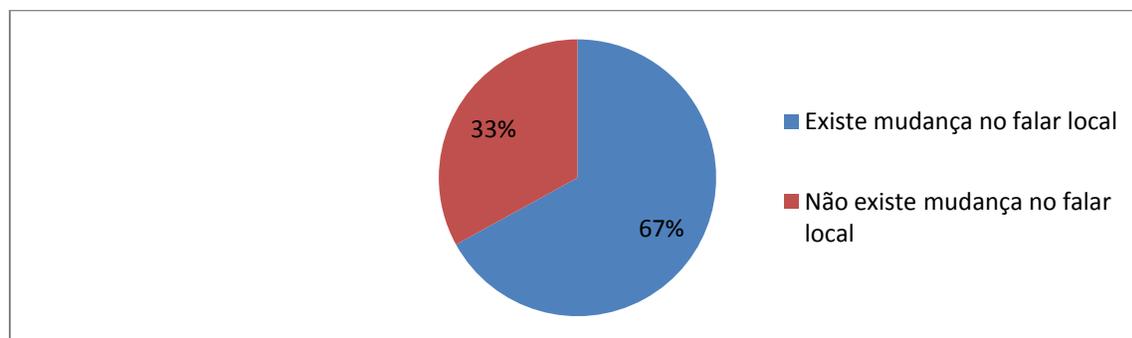


Gráfico 9: você acha que a fala cacerense está desaparecendo? Por quê?

⁴⁸ Bisinoto (2000), Silva (2000) e Macedo-Karim (2004).

Nas respostas, a maioria dos informantes (67 %) reconhece que existe alteração no falar local. Os informantes elencaram razões que impulsionam essa modificação: vinda de imigrantes para a cidade; atuação da escola no município, que possui um número significativo de professores de outras regiões; as mães que corrigem os filhos. Em consequência disso, o falar dos mais jovens difere dos mais velhos. Atestamos ainda o percentual de 33 % de informantes que não acusam modificação no falar local. Eles consideram que o falar cacerense não está passando por alterações. As respostas abaixo são ilustrativas da primeira posição.

(161) Sim... por causa do estudo né... eu acho né... por causa nas escolas os professores já são mais professores de fora né... então a criança o aluno já vai acostumando com aquela né... eh eu acho que sim... por que tem mais eh de cacerense mesmo tem pouco professor cacerense né... então... mais é as pessoas de fora que vem né. Eu vejo por minha netinha aqui ela já fala genti... ela já fala assim né bonitinho ((soletrou)) e essa não é a nossa fala né. (F1)

(162) Eu acho que é por causa do estudo né... tá tendo muito agora né... todo mundo estudano... aí tá melhorano mai né.(F2).

(163) Eu acho que o povo cacerense tá acabano... o erro hoje dos cacerense é das próprias mãe... que corrige você pode percebê.(M1).

(164) Tá porque você hoje em dia você pode notá... só vai na escola aqueles bem carente porque aqueles que tem classe média... já tá tirando das escolas caipiras que são as nossa... pra colocá em escola particular... pra aprendê outro tipo de língua... entendeu? Eu penso assim.(F1)

(165) Olha é por causa dos imigrantes... é porque vai... é como se diz a senhora vê também a cultura dos índios... hoje a maioria porque quanta língua indígena já sumiu porque... vai o imigrante vai lá... casa com a índia (incompreensível) o que acontece daqui dos três décadas aí aquelas pessoas vai sumindo... quando pensa que não... aí cadê os idioma cabô e milhares e milhares de idioma indígena sumiu e iguar nosso

indíoma vem boliviano... argentino... paraguaio... vem paulista... vem mineiro... vem baiano... cada um que casa com uma família... eu falo assim... cê casa com uma família paulista... assim a mãe acaba acompanhando o sotaque do marido... aí o filho já vem falá o sotaque... aí já acontece essa entrevero entre as língua que aí ninguém sabe bem dizê o jeitinho que quê é, tá desaparecendo. (M2)

(166) E por que hodje se a senhora vê... a mocidade djá fala diferente... a linguagem deles é diferente... e os velhos tão morrendo tudo... cê vê djunta duas... três moça... três rapazes aí... a linguagem é diferente.(M2).

(167) Tá ... porque vai saindo né... os de fora vêm... e os daqui sai. (M1).

Observamos que informantes de ambos os sexos, nas duas faixas etárias, reconhecem a aparente alteração no falar da comunidade. Eles apontam elementos que impulsionam essa alteração, entre eles a idade. Berutto (1979) já destacou a idade como o fator condicionador de mudança linguística: em geral, os jovens falam de modo distinto dos mais velhos e em certas ocasiões utilizam subcódigos particulares, por exemplo, o chamado jargão estudantil, a língua dos jovens. Os jovens são inovadores enquanto os mais velhos são conservadores.

6.4.3 Atitude Linguística: aceitação *versus* rejeição

Para identificarmos atitudes linguísticas de aceitação ou rejeição quanto ao falar local, perguntamos ao informante: *Você sente orgulho ou vergonha da forma como o cacerense fala?*

Resultados obtidos:

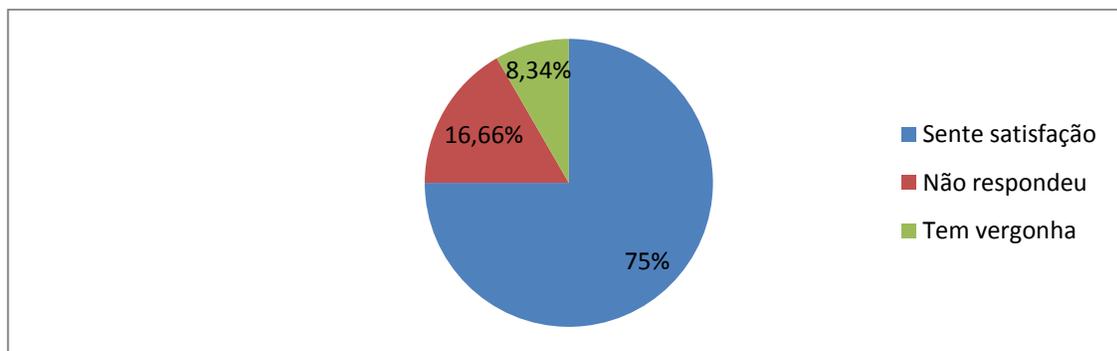


Gráfico 10: Você sente orgulho ou vergonha da forma como o cacerense fala?

Do resultado total, 75 % dos informantes responderam que sentem orgulho do falar cacerense e apenas um informante (8,34 %) tem vergonha do falar local. Uma parcela do resultado, 16,66 %, não respondeu à questão. Mostramos exemplos de respostas do primeiro tipo:

(168) Non... eu sinto orgulho... pode escrevê aí... que esse sim... eu sinto orgulho de falá arrastado... com tudo errado... mais é bunito. (M2)

(169) Eu tenho... sinto orgulho né... eles fala assim... já nasceram assi né. (F2)

(170) Eu tenho orgulho do que eu falo... agora os outros devem se envergonhá mesmo... né. Porque eu não... eu não tenho vergonha não. (F1)

(171) Não... não cada um tem seu lugá pa... eu atcho... tem sua vez... ele não pode tê vergonha do que ele é... do djeito que ele é... ele tem que sê. (M2)

(172) Não eu não tenho vergonha... se eu falá errado... o que que eu tô pra fazê. Pra falá a verdade... eu atchei um cara pra me corridgi... mas é meio loco mas é sabido... de tanto estudá ficô loco. Se a senhora fala uma palavra aí ele fala ah não é assim não... ele fala. Eu não posso jurgá. Nem que outros fala melhor... não tem pobrema eles tem estudo... né.(M2)

Os exemplos, notadamente uniformes, mostram atitudes positivas em referência ao falar local, ou seja, a aceitação do informante de seu modo de falar. Todavia, os dados

refletem que há usos estigmatizados no falar cacerense por parte das pessoas de fora. Mas os informantes não estão preocupados com o estigma que envolve o seu falar.

A propósito, lembramos Calvet (2002), que apontou razões sociais que levam o falante a considerar sua norma como a legítima. O autor observa que existe na sociedade o que podemos chamar de olhares sobre a língua, de imagens de língua, normas que podem ser compartilhadas por membros de determinada comunidade ou diferenciada segundo certas variáveis sociais. Essas normas fazem surgir os sentimentos, as atitudes, em diferentes comportamentos em relação à variante. Nesse sentido, os entrevistados da comunidade-SL consideram o seu falar positivamente. Nossos informantes apresentam segurança linguística. Foi o que constatamos na comunidade em estudo. Os usos linguísticos do falar local sofrem o estigma de pessoas de fora, no entanto os falantes não demonstram o desejo de mudar o seu modo de falar.

Dentro do mesmo tema, propusemos aos entrevistados outra questão: *As pessoas que nasceram em Cáceres falam de um modo que você considera (a) agradável ou (b) desagradável?* Nas respostas, 100 % dos entrevistados consideram a fala dos nativos agradável. Confirma-se, assim, que o informante da comunidade-SL julga o seu falar positivamente.

Outra pergunta que complementa as anteriores: *Se uma pessoa de fora debochasse de você por causa do seu jeito de falar, o que você diria para ele? Isso já aconteceu?* Resultados obtidos:

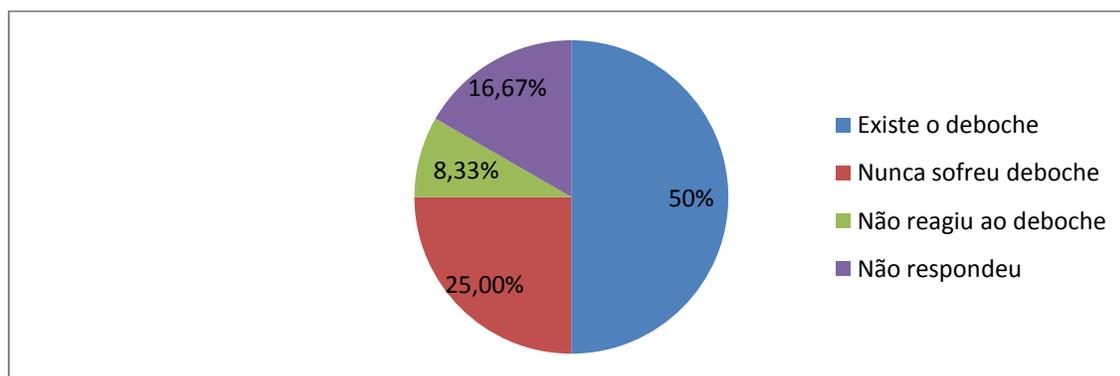


Gráfico 11: se uma pessoa de fora debochasse de você por causa do seu jeito de falar, o que você diria para ele? Isso já aconteceu?

Constatamos que 50 % dos informantes reconhecem que existe o deboche dos de fora contra os nativos, que reagem de vários modos. Atestamos também que 16,67 % dos entrevistados disseram não sofrer deboche dos de fora. Registramos ainda que 8,33 %, no caso de deboche dos de fora, não reagiriam, ficariam em silêncio. E 16,66 % dos informantes não responderam à questão. Os depoimentos apresentados a seguir representam as respostas que reconhecem a desconsideração do falar local por parte dos de fora.

(173) Eu só dô risada é... eu não acho ruim.((Isso já aconteceu?)) Já várias vezes... várias vezes.

(174) Ah aí eu tenho uma resposta pesado né. Ai... com o perdão da palavra... eu diria assim... você é um burro... você é burro é... você não entende nada... é mió você fica quieto... então uns fica quieto e vão imbora né... e otro ignora... e aí que eles apanha... né. (M1)

(175) Responderia que o que que eles fazem aqui? Né que aqui não é o lugar deles né... se atcha que não tá certo né... vorta pra onde veio né ((risada)). (F2)

(176) ((Isso já aconteceu?)) Já... mhm... eu simplesmente eu falei assim... eu sou feliz porque eu sou...

(177) Eu tenho resposta, a resposta é que eu não tenho estudo e eles têm. (F2)

Observamos que a metade dos nativos entrevistados reage ao desprezo dos de fora e os demais não reagem, se mantêm em silêncio.

6.4.4 Percepção de diferença linguística no estrato social

Neste estudo, perguntamos aos informantes sobre a linguagem de diferentes estratos sociais: *Para você, as pessoas ricas e pobres daqui de Cáceres falam da mesma maneira?*

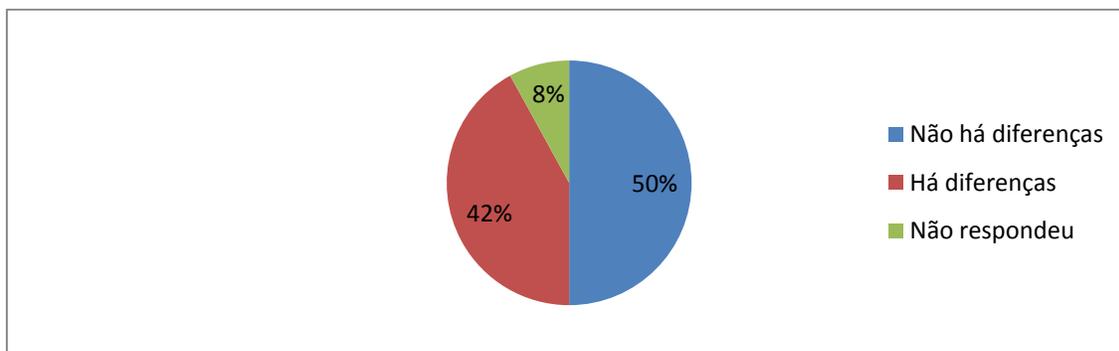


Gráfico 12: os ricos e pobres de Cáceres falam da mesma maneira?

Nas respostas, a metade dos informantes (50 %) considerou que a fala é igual nas duas classes, ou seja, as pessoas falam da mesma maneira. Reproduzimos algumas respostas que representam essa posição:

(178) Ah eles fala iguarzinho nós. (F2)

(179) Ah é o que é daqui mesmo... é o mato-grossense... tudo é um sotaque só... né eh... de maneira nenhuma tudo é.(M2)

Por outro lado, uma parcela (42 %) dos informantes avaliou que entre os estratos sociais há diferenças na fala, no entanto, em vez de indicar diferenças linguísticas, apontou outros aspectos, como o comportamento, a convivência, o assunto, etc. Podemos inferir que, possivelmente, o informante não reconhece diferenças de linguagem entre esses segmentos sociais, talvez por falta de convivência com pessoas de outras classes. O terceiro resultado alcançado, de 8 %, corresponde aos informantes que não responderam à pergunta. Os exemplos abaixo representam as respostas dos 42 % mencionados.

(180) Não... o rico tem o dom de fala... já a muita coisa a gente percebe o rico fala só dos dólar... e o pobre não tem o que falá. (M1)

(181) Tem muita diferença... muita diferença... a diferença é que o rico ele... nós só serve pra eles quando tem saúde... quando tá boa pra trabalhá... cê fico doente... eu mesmo... aí tá gravando... mas Deus que bota em um bom lugar. Eu trabalhei grávida...

eu trabalhei... bateu dor em mim eu tava no serviço... aí mea patroa falô pra mim... que eu tava com preguiça... falô pra mim... você termina esse serviço rápido que meu marido tá pra chegá e eu não quero que ele veja você aqui ainda. Aí eu falei assim... eu num aguento tô cansada tô... sentindo umas cólicas... ela falou... você levanta... eu lhe meto o pé. Nunca mais trabalhei pra ninguém... nunca mais... nunca mais... nunca mais... nunca mais fui nem recebê... nunca mais... pelo menos orgulho o cacerense tem. Entendeu? Isso eu tenho vergonha até hoje. Ela é de Araputanga... Mato Grosso... o marido é advogado... e ela se considerava... por ter os olhos verde... tê um marido advogado... né acha que era a dona da verdade... né. Fez isso aí. Só que meus filhos... graças ao meu bom Deus hoje... nenhum se tornou... nenhum se tornou usuário de drogas... nada... fica aí... cês tão vendo aí... curtino o som deles... tudinho né tudo ao redor... e os dela fica só na cadeia sai num mês volta no outro... só por causa que o pai é advogado... né. (F1)

(182) Tem um separação até grande aqui em Cáceres... do pobre com o rico. O pobre vive lutando com os pobrema deles. (M2)

6.5 Diferenças linguísticas: falar nativo *versus* falar do migrante

Neste tópico focalizamos o olhar do nativo sobre a manutenção da língua e dos costumes, em sua comunidade e no grupo de migrantes. Para verificar as atitudes de nossos informantes fizemos três perguntas. A primeira: *Das pessoas que moram aqui, quem conserva mais a sua língua e costumes?* Reproduzimos os resultados:

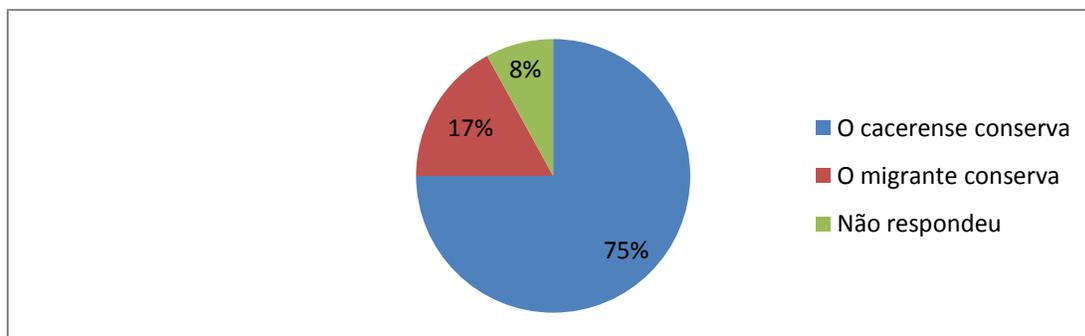


Gráfico 13: Das pessoas que moram aqui, quem conserva mais a sua língua e costumes?

Nas respostas a essa questão, a maioria, 75 % dos informantes, respondeu que o cacerense conserva mais sua língua e seus costumes. Uma parcela de 17 % respondeu que o migrante é que conserva mais sua língua e seus costumes. Atestamos ainda que 8 % não responderam à questão. No mesmo domínio, outra pergunta foi feita: *Quem fala melhor o português, o mato-grossense ou o migrante?*

Resultados obtidos:

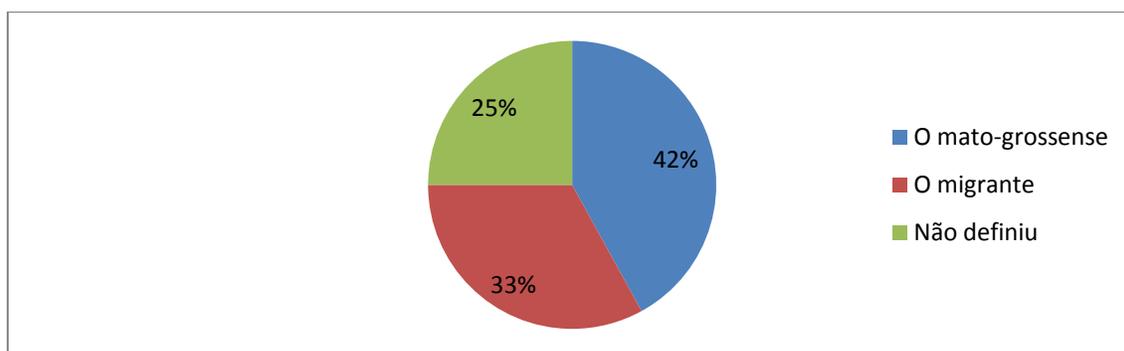


Gráfico 14: quem fala melhor o português, o mato-grossense ou o migrante?

Nas respostas, 42 % dos informantes consideraram que o mato-grossense fala melhor o português; 33 % dos informantes responderam que é o migrante; 25 % não definiram quem fala melhor o português, ou seja, não responderam à questão. Os depoimentos que seguem representam o primeiro percentual alcançado:

(183) Os daqui fala melhor. (F1)

(184) Ah a minha né ((risada)) ah é errado... tudo...mais é daqui né. (M1)

(185) (risos) aí eu não sei... porque o português é complicado né... mas eu acho que é os daqui... os cacerense né. (F1)

O terceiro percentual alcançado foi interpretado como indefinido. A seguir destacamos alguns depoimentos que representam esse resultado:

(186) Esse toda a parte que a senhora vai... São Paulo... tchega em Minas... em Goiás... tchega na Bahia... cada um tem um sotaque de falá e pra eles que vem aqui nós falamo errado...se nós vamos lá eles falam errado... afinal até hodje eu não sei... quem que é o correto... pra falá o português craro... eu não sei essa pergunta a senhora me pegô... porque eu não posso falá... se vai sê o mato-grossense ou o imigrante. (M2)

(187) Aí enrola porque tem muita dgente de fora... também que fala bem errado também... mais aqui o pessoar fala bem errado também. (M2)

(188) Eu atcho que é uma coisa só... né. (M2)

Os depoimentos destacados mostram que o nativo da comunidade-SL, em relação ao português falado na região, apresenta atitudes discordantes. Inferimos que esse resultado pode ser interpretado como indício de alteração na atitude da comunidade-SL, ou seja, pode-se dizer que o português falado na comunidade não é o desejável. Na mesma direção, fizemos a terceira pergunta: *Qual fala você considera mais bonita, a do cacerense ou a do migrante? Por quê?*

Resultados:

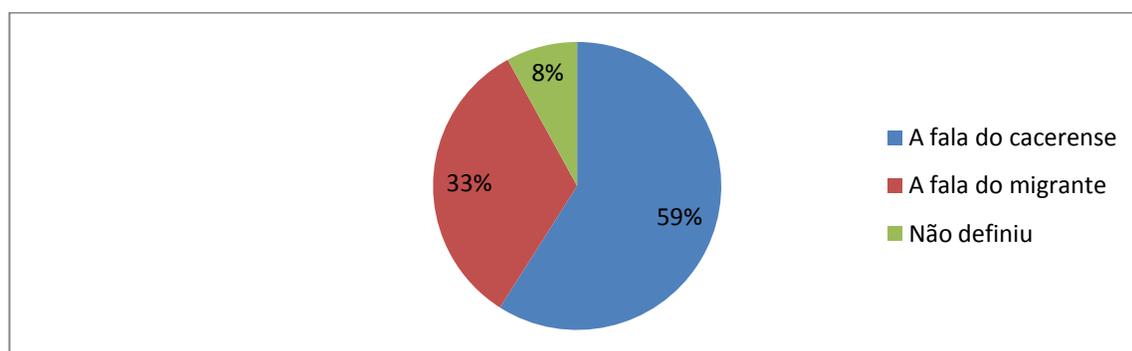


Gráfico 15: qual fala você considera mais bonita, a do cacerense ou a do migrante?

Nas respostas constatamos opiniões discordantes. Uma parcela, 59 % dos informantes, considera que a fala mais bonita é a do cacerense, mostrando atitudes positivas de aceitação ao seu modo de falar. Reproduzimos respostas representativas dessa opinião:

(189) Ah os daqui mesmo ((risos)). Ah por causa que... ah nós é daqui mesmo... então... a gente já fala mais decrarado né ((risos)) eu acho assim né... a gente fala e acho que todos se entendem... o que fala né. (F2)

(190) Na poesia é mato-grossense mesmo né... que é o português né... porque esses outros djá fala tudo atrapaiado. (M2)

Por outro lado, 33 % consideram a fala do migrante mais bonita. Seguem depoimentos que representam esse percentual:

(191) O pessoar de fora eles fala mais bonito... mais com classe né... e o pessoar cacerense é a fala mais grosseiro mesmo. (M1)

(192) As pessoas de fora né... eles puxam muito o s... eu acho mais bonita né... com certeza eles devem zuar com nós... né (risada). (F1)

As respostas do segundo percentual alcançado foram dadas por informantes de ambos os sexos pertencentes à primeira faixa etária. O resultado total se apresenta dividido por duas opiniões: por um lado, 59 % dos informantes consideram o falar cacerense como o mais bonito e, por outro, 33 % consideram o falar do migrante como o mais bonito. Esse resultado mostra um sinal de alteração nas atitudes dos nossos informantes, os nativos estão deixando de acreditar que sua fala é a mais bonita, apesar de ele utilizar as variantes de sua comunidade. Essa atitude dos nativos talvez venha a ser o resultado do estranhamento das pessoas de fora. Desde a década de 60, com a chegada dos migrantes, o falar cacerense sofre o estigma das pessoas de outras localidades. Concluímos que 33 % do resultado das atitudes dos nossos informantes nesse ponto de análise estão em conformidade com o grupo de informantes observado por Bisinoto (2007).

6.5.1 Grupo de pessoas vindas de outras localidades

De acordo com Labov (1972/2008, p. 342), as pessoas em qualquer classe social criam condicionamentos para situar os indivíduos em uma comunidade. Em certas comunidades rurais ou em bairros periféricos, “a identidade local é uma categoria de pertencimento extremamente importante para o indivíduo” e, na maioria das vezes, difícil de conquistar.

Neste estudo entrevistamos apenas nativos da comunidade, procurando saber como que o grupo de pessoas de fora da comunidade, formado por um índice elevado de brasileiros de outros Estados como São Paulo, Minas Gerais, Paraná, etc., veem os cacerenses. Com esse objetivo perguntamos aos informantes: *Como você acha que as pessoas de fora veem os cacerenses?*

Resultados obtidos:

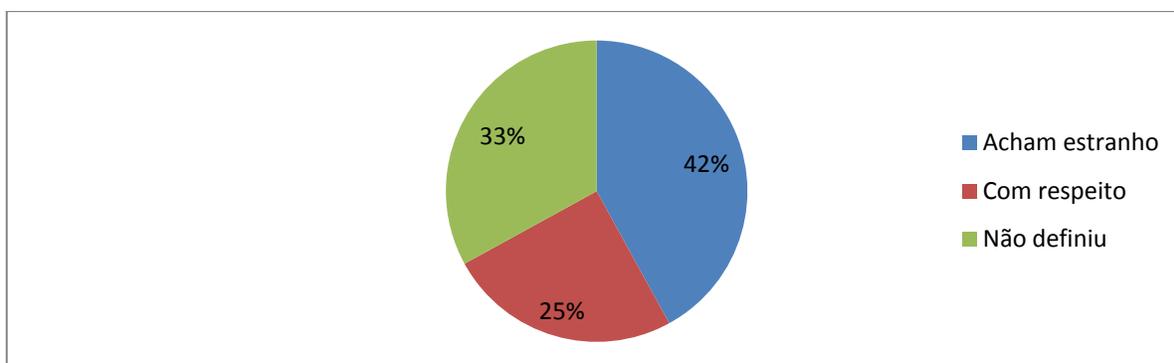


Gráfico 16: como as pessoas de fora veem os cacerenses?

Nas respostas, os entrevistados apresentaram opiniões divergentes. Por um lado, 42 % responderam que as pessoas vindas de fora da comunidade estranham o modo de vida da comunidade, desconsideram os nativos, como evidenciam os depoimentos apresentados a seguir:

(193) a única coisa que ele fala... que o cacerense é preguiçoso que ele não interessa com nada... tem o petche pra ele comê qualqué lugar... plantá mandioca dá... plantano banana dá... plantano pra ele comê tá bom... já tá bom pra viver é isso... ele não pensa no dia de amanhã... o futuro pra detxá pro filho pro neto pra ninguém. (M2).

(194) é preguiçoso eh cacerense não trabaia... cacerense é forgado... esse eles falam muito... o pessoal de fora.

(195) eles falam que nós somos bugres né. Esses daí... são os primeiros que eles fala né... não são todos né... mas tem uns que fala.

(196) Ah... primeira coisa ((que os de fora)) vê ((é)) os estilos de conversa né... já pega que num é pela conversa que muda né. ((os de fora falam que a nossa fala)) É fala fanhosa, fala pelo nariz. (M1)

Por outro lado, 25 % dos informantes responderam que as pessoas de fora os tratam com respeito, como se observa nos comentários que seguem:

(197) Com respeito né... acho que sim.

(198) Argumas ((pessoas)) gosta né.

(199) Ah pra mim falá sério... pelo menos os pessoal que nós convive no meio deles.. lá pra baixo ((no rio)) eles são muito querido.. pra gente assim... pra mim nós sempre foi tratado maravilhosamente eu não sei... se é por que nós é muito hospitaleiro com as pessoas de fora né. Só que eu tenho certeza que se nós for na terra deles...eles não recebe nós que nem nós recebemos eles... pode tê certeza disso. (...) né verdade? Bons olhos com certeza. (F1)

Como vimos, os nativos da comunidade-SL expressam opiniões divergentes sobre como as pessoas vindas de fora veem os cacerenses. Do total alcançado, 42 % dos nativos percebem a avaliação negativa dos de fora, e se sentem criticados em sua própria comunidade. A crítica se manifesta de várias maneiras sobre o falar cacerense, os de fora dizem que o nativo tem a pronúncia fanhosa. Talvez essa atitude dos migrantes se refira ao uso das variantes locais. Com relação ao trabalho, as pessoas vindas de fora dizem, entre outras coisas, que os nativos se esquivam do trabalho, são descansados, imediatistas, e que não pensam no futuro. Outra parcela significativa de nativos, 25 %, não respondeu à

questão. E esse resultado é interpretado como reação negativa dos nossos informantes em referência ao tema.

Considerando a reação negativa do nativo em referência às críticas que sofre por parte dos migrantes que vêm para Cáceres, perguntamos aos informantes: *Existe algum apelido que você usa para tratar as pessoas de fora?*

Resultados:

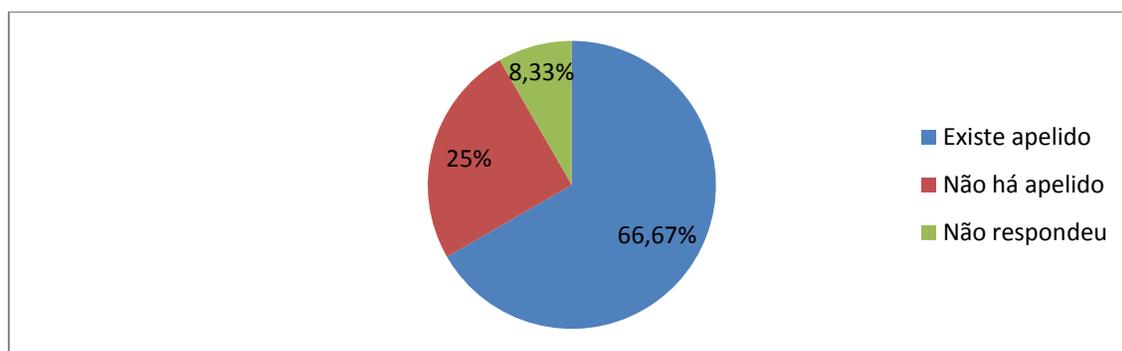


Gráfico 17: existe algum apelido que você usa para tratar as pessoas de fora?

Nas respostas observamos que do total constatado uma parcela de 66,67 % reconhece que há apelido para denominar os de fora, principalmente se no momento de interação o nativo for desconsiderado. Outra parcela, de 25 %, respondeu que não há apelido para denominar o migrante, e 8,33 % dos entrevistados não responderam à questão. Os exemplos que seguem ilustram o primeiro tipo de resposta.

(200) oh só por apelido por paulista... baiano... goiano esse é o apelido que nós damos pra as pessoas que vêm de outro estado. Quando a pessoa debotcha da gente... ah a gente fala cê veio matá sua fome aqui... agora que ocê tá aqui... vem disfazê de cacerense... se ele debotcha da gente. (M2)

(201) Olha eu quando vem o pessoal de São Paulo pra cá... eles dão um de sabe tudo... nós chama ele de piloteiro selvagem. (M1)

(202) ((risada)) bom vou falá uma coisa que eu sempre falo pra minha nora... elas vieram do Cabaçal... eu não tenho ela nem como nora... eu tenho ela como filha... eu falo assim... oh sem teto vem almoçá. (F1)

(203) Ah bom... assim... é pau rodado ((risos)) só pau rodado. (F1)

(204) Djá ((risada)) eh pau rodado. (M2)

Verificamos que 66,67 % de informantes confirmam a existência de apelido para os de fora e reforçam as reações negativas dos nativos sobre esse tema. O nativo quando sente a desconsideração do migrante reage da forma que lhe é conveniente, cria apelidos para tratar os de fora. Nos dados analisados, o apelido *piloteiro selvagem* foi mencionado uma única vez, já *pau rodado* foi observado três vezes. Os números registrados não são expressivos, no entanto, como temos o conhecimento da comunidade, sabemos que o último apelido é muito utilizado no momento em que o nativo percebe o descrédito dos de fora.

Ainda sobre os de fora fizemos uma outra pergunta: *Você tem amigos que não são cacerenses?*

Resultados alcançados:

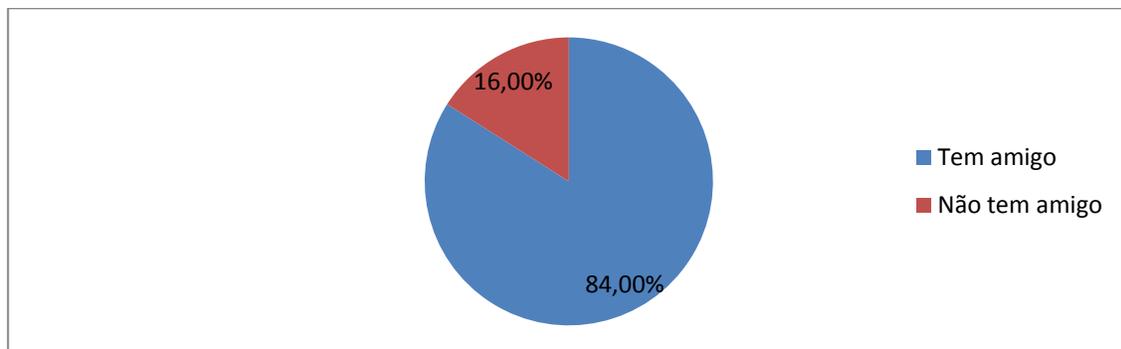


Gráfico 18: Você tem amigos que não são cacerenses?

Nessa questão, 84 % dos informantes responderam que têm amigos de fora da comunidade cacerense. Apenas 16 % responderam que não têm. Perguntamos ainda aos

informantes da comunidade-SL: *Como vocês se conheceram? Como é a relação de vocês?*

Os exemplos abaixo trazem comentários sobre a amizade dos nativos com os de fora:

(205) Olha os amigos meu... por que eu me considero uma pessoa fácil de comunicá... com qualquer pessoa... pra mi não existe gente ruim... gente que não é de todo tipo sexo... feminino... masculino... criança nunca... nunca... nunca... nunca atchei gente ruim eu sei levá todo mundo. (M2)

(206) Conheci no trabalho. Eh a gente respeita... que a gente respeita desde desse tamainho... até ... então a gente entra em ação de respeito e a gente tem respeito por aquela pessoa passa a gostá da gente... e passa a ser amigo e alguma coisa a gente vai ensinando ele vai aprendendo... né. (M1)

(207) Eh... relação normal até agora não tem poblema não.(F2)

(208) Conhecemo no rio... gente boa. (M1)

(209) Olha eu conheci muitas pessoas que não eram cacerenses no Destacamento... e nós não perdemos o contato... ano passado mesmo veio um amigo nosso do Rio de Janeiro e veio comê petche aqui em casa né. (F1)

(210) Em conversa... é boa agradável... tenho demais amigo. (F2)

(211) No quarté. (M2)

(212) E porque nós trabalhava pra esse lado daí... pra San Matias. Foi trabalhá com caminhon pra lá... eu num intendo o que eles fala. (M2)

Para finalizar a análise sobre as atitudes dos nossos informantes a respeito dos aspectos linguísticos e culturais da comunidade-SL, tomamos de empréstimo as palavras de Alkmim (2004, 41) sobre as variedades linguísticas e a avaliação social.

A avaliação social das variedades linguísticas é um fato observável em qualquer comunidade de fala. Frequentemente, ouvimos falar em línguas “simples”, “inferiores”, “primitivas”. Para a Linguística, esse tipo de afirmação carece de qualquer fundamento científico. Toda língua é adequada à comunidade que a utiliza, é um sistema completo que permite a um povo exprimir o mundo físico e simbólico em que vive. É absolutamente impróprio dizer que há línguas pobres em vocabulários. Não existem também sistemas gramaticais imperfeitos. Seria um contra-senso imaginar seres humanos com uma “meia língua”. A falta de léxico específico para descrever, por exemplo, a astronomia na língua de um povo corresponde ao desinteresse por este assunto: a sociedade não tem necessidade de dominar este dado do real. Caso a sociedade necessite, basta fazer empréstimos linguísticos: o contato cultural com outros povos, o conhecimento de novos conteúdos ou a descoberta de realidades até então desconhecidas são o motor da elaboração de novos conceitos e da produção de novas palavras. Quanto ao aspecto gramatical, o estudo das mais distintas línguas tem revelado que ele se apresenta sempre como um sistema organizado e coerente de regras. As línguas diferem entre si em numerosos aspectos, e essas diferenças correspondem ao patrimônio expressivo da humanidade. Assim como não existem línguas “inferiores”, não existem variedades linguísticas “inferiores”. Como vimos, as línguas não são homogêneas e a variação observável em todas elas é produto de sua história e do seu presente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa foi desenvolvida na perspectiva teórica da Sociolinguística. Trata de usos linguísticos da comunidade-SL em Cáceres-MT, das atitudes dos nativos em relação à variedade local, e de suas crenças e avaliações a respeito de sua prática linguística e cultural.

O estudo teve dois objetivos básicos: (i) descrever usos linguísticos recorrentes no falar dos informantes nativos da cidade de Cáceres, moradores da comunidade-SL, com o intuito de fornecer dados para a descrição de uma variedade do português brasileiro; e (ii) identificar o comportamento social da comunidade-SL em referência aos usos linguísticos e aspectos culturais da localidade.

Constatamos em nossos dados peculiaridades linguísticas que identificam o falar local, e que chamam a atenção das pessoas vindas de outras localidades: (I) o uso do masculino em vez do feminino na concordância nominal (37)⁴⁹; (II) realizações africadas [tʃ] e [dʒ] em vez das fricativas [ʃ] e [ʒ] (196); (III) alternância do ditongo [ãw] com [õ] (38). Verificamos que os usos mencionados em (I) e (II) ocorrem em variedades do português popular falado no Brasil e em Portugal. Já o uso registrado em (III) é atestado na cidade de Cáceres-MT e na região norte de Portugal.

O uso linguístico (I) também foi atestado em São Paulo (AMARAL, 1920/1982); em Minas Gerais (TEIXEIRA, 1938); na Bahia (FERREIRA, 1994; LUCCHESI, 2000), na área rural do Paraná (NAVARRO & AGUILERA, 2009); em Mato Grosso, no falar dos índios do Parque Nacional do Xingu (LUCCHESI & MACEDO, 1997); no dialeto da baixada cuiabana (DETTONI, 2003; LIMA, 2006), em Cáceres (MACEDO-KARIM, 2004). Nos estudos mencionados os autores trataram a questão do gênero como resultado de processos distintos: traços do português arcaico, probabilidade da existência de crioulização no português do Brasil; contatos linguísticos do português com línguas indígenas e africanas ocorrido no processo de colonização.

⁴⁹ Indicamos entre parênteses o número total de ocorrências de cada uso.

As realizações destacadas em (II), frequentes no falar dos nossos informantes, também foram atestadas no dialeto caipira do interior de São Paulo (AMARAL, 1920). Silva Neto (1960) apontou pesquisadores (RIBEIRO, 1881; PEREIRA, 1919; AMARAL, 1920) que documentaram o som *tchê* no falar caipira de São Paulo; nas zonas caipiras de Mato Grosso (Roquete Pinto e de Karl Von den Stein). Palma (1980) pesquisou possíveis mudanças linguísticas que vinham ocorrendo em Cuiabá-MT, em referência ao uso das africadas.

O uso linguístico destacado em (III) foi registrado em Silva Neto (1970), em referência a peculiaridades do dialeto da província entre Douro e Minho, Portugal; Silva (2000) atestou essa alternância no português falado por outro grupo de informantes na cidade de Cáceres-MT.

Procuramos avaliar a presença dos três usos linguísticos no falar dos nossos informantes. Esses usos ocorreram de forma significativa nos dados examinados e funcionam como conservação de marcas antigas da língua portuguesa, explicável por longo período de isolamento da região em relação aos grandes centros urbanos do Brasil.

Em nossos dados, constatamos ainda, itens lexicais, marcas do falar da comunidade-SL, como o uso das formas *tchô* e *tchá* no lugar de *senhor* e *senhora* (7), mais evidentes na fala dos informantes mais velhos. É possível dizer que essas formas talvez ocorram nas áreas mais antigas de Mato Grosso, nas localidades que passaram por processos de colonização semelhantes. As formas *tchô* e *tchá* resultado da evolução: (a) *senhor* > *sinhô* > *siô* > *tchô* e *senhora* > *sinhá* > *siá* > *tchá*.

Constatamos também no falar local a presença de diversos traços de natureza fonética, morfossintática e lexical, atestados no português popular do Brasil de um modo geral.

Podemos dizer que os instrumentos teóricos e metodológicos da sociolinguística foram decisivos para a identificação dos traços linguísticos característicos do falar em estudo, como também para compreendemos as atitudes dos nossos informantes sobre aspectos linguísticos e culturais de sua comunidade.

A análise das atitudes linguísticas e a manifestação dos nativos sobre a variedade da comunidade-SL mostra sua percepção sobre a norma linguística local.

Constatamos, nos depoimentos, atitudes bastante semelhantes. Eles têm reações positivas em relação a sua língua e ao seu modo de falar; a maioria (92 %) dos entrevistados não tem vergonha do seu falar, julga o seu falar positivamente, mostra satisfação em relação a sua maneira de falar, e 100 % dos entrevistados consideram sua fala agradável.

Quanto às diferenças linguísticas entre o falar dos nativos e o falar do migrante, os resultados apontaram que 75 % dos entrevistados manifestaram que o cacerense nativo é que conserva mais sua língua e seus costumes. Nesse mesmo domínio, verificamos que os nativos percebem que os jovens da comunidade têm um falar que difere do falar dos mais velhos. A maioria (67 %) dos informantes reconhece uma alteração no falar local e indica razões que impulsionam essa ação, como a chegada de migrantes à cidade, o número significativo de professores de outras regiões, as mães que corrigem os filhos. Verificamos ainda que 33 % de informantes não percebem nenhuma alteração no falar local. Atestamos também reações positivas à prática linguística do nativo: 59 % dos informantes julgam sua fala como a mais bonita em relação à fala do migrante; porém, 33 % dos entrevistados revelaram que a fala mais bonita é do migrante. Esses resultados mostram uma diferença significativa nas atitudes dos informantes. Apesar de a comunidade sofrer constantemente a desconsideração dos de fora em relação aos aspectos linguísticos, os resultados ainda revelam reações positivas dos nativos em referência a sua prática linguística.

Nossos informantes mostram também reações positivas em relação à cidade: gostam de viver em Cáceres, consideram a cidade como o melhor lugar para se viver, afirmam que o povo cacerense é acolhedor, e que as condições existentes possibilitam maneiras saudáveis para se criar filhos e netos. Nos depoimentos, observamos a importância do Rio Paraguai para a comunidade: alguns sobrevivem somente da pesca; a maioria gosta do clima da cidade; 92 % dos informantes têm orgulho de ser cacerense. Os nativos confirmaram reações positivas aos aspectos culturais de sua comunidade, em referência à crença nas rezas da comunidade-SL, à disposição para as danças na roda do cururu e do siriri, e mostraram convicção nas representações das lendas que circulam no imaginário da comunidade e a apreciação pela comida e bebida tradicionais da comunidade.

Os resultados obtidos neste estudo mostram como a relação dos fatores socioeconômicos e culturais criam condições para a conservação de traços linguísticos da

região. Portanto, os usos linguísticos existentes no falar de uma comunidade não podem ser compreendidos apenas em termos de suas relações internas, mas devem ser considerados como parte de um contexto sociocultural mais abrangente.

Para finalizar, mencionamos que este estudo não se encerra aqui, os fenômenos linguísticos admitem vários olhares e a riqueza do material coletado na comunidade São Lourenço abre um leque de possibilidades de estudos de aspectos igualmente relevantes do falar cacerense/mato-grossense, como o uso da 3ª pessoa para a 1ª pessoa; a fricativa em coda silábica; as vibrantes; entre outros usos linguísticos.

8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUILERA, Vanderci Andrade. (1994). **Atlas Linguístico do Paraná**. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná.

ALKMIM, Tânia Maria. (2004). Sociolinguística. In: MUSSALIM F. & BENTES, A. C (Orgs.). **Introdução à Linguística: domínios e fronteiras**. 4. ed. São Paulo: Cortez. p. 21-47.

ALMEIDA, Manoel Mourivaldo Santiago. (2000). **Aspectos fonológicos do português falado na baixada cuiabana: traços de língua antiga preservados no Brasil**. Tese (Doutorado) –Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

ALVES, Maria Isolete Pacheco Menezes. (1979). **Atitudes linguísticas de nordestinos em São Paulo: uma abordagem prévia**. Dissertação de mestrado. Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas.

AMÂNCIO, Rosana Gemina. (2007). **As “cidades trigêmeas”**: um estudo sobre atitudes sociolinguístico-sociais e identidade. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem.

AMARAL, Amadeu (1920). **O dialeto caipira: gramática, vocabulário**. 4^a. ed. São Paulo, SP; Brasília, DF: HUCITEC: INL, 1982.

BAXTER, Alan & LUCCHESI, Dante. (1997). A relevância dos processos de pidginização e criouliização na formação da língua portuguesa no Brasil. **Estudos Linguísticos e Literários**. Salvador, n. 19, pp. 64-84.

BERUTTO, Gaetano (1979). **La sociolinguística**. México, Editorial Nueva Imagem.

BISINOTO, Leila Salomão Jacob. (2000). **Atitudes sociolinguísticas em Cáceres-MT: efeitos do processo migratório.** Dissertação de Mestrado. Instituto dos Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas.

_____. (2007). **Atitudes sociolinguísticas: efeitos do processo migratório.** Campinas: Pontes, RG Editores.

BOURDIEU, Pierre. (1996). **A economia das trocas linguísticas: O que falar quer dizer.** Prefácio de Sergio Miceli, São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.

BOSI, Ecléa. (1992). **Cultura e desenraizamento.** IN: BOSI, Alfredo. (Orgs.) *Cultura brasileira: temas e situações.* 2. ed. São Paulo, SP: Ática, 224 p.

BRIGHT, William. (1966). As dimensões da sociolinguística. In: FONSECA, M.S.V. & NEVES, M.F., (Orgs.). **Sociolinguística.** (Tradução de Elizabeth Neffa Araújo Jorge). Rio de Janeiro, Eldorado Tijuca, 1974.p. 17-22.

CALLOU, Dina Maria Isensee. (1998). Um estudo em tempo real em dialeto rural brasileiro: questões morfosintáticas. In: GROBE, S. ZIMMERMANN, k. (Orgs.) **“Substandard” e mudança no português do Brasil.** Frankfurt AM Main, TFM, v. 6, p. 255-272.

CALVET, Louis-Jean. (2002). **Sociolinguística: uma introdução crítica.** (Tradução de Marcos Marcionilo) São Paulo: Parábola.

CINTRA, Geraldo. (1992). Transcrição da fala corrente: teoria e observação. Estudos linguísticos XXI – **Anais de Seminários do GEL.** Jaú: Fundação Educacional “Raul Bauab”, Vol. I: pp. 614-620.

CUNHA, Antônio Geraldo. (2010). **Dicionário etimológico da língua portuguesa**. 4ª. ed. revisada pela nova ortografia. Rio de Janeiro: Lexikon.

CUNHA, Celso Ferreira da (1917). **Gramática de base**. Rio de Janeiro, Fename, 1978.

DETTONI, Rachel do Valle. (2003). **A concordância de gênero na anáfora pronominal: variação e mudança linguística no dialeto da baixada cuiabana – Mato Grosso**. Tese (Doutorado) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte - MG.

_____. (2005): **A concordância de gênero no falar cuiabano: a trajetória de uma mudança linguística em curso**. IN: Vozes Cuiabanas: estudos linguísticos em Mato Grosso. Almeida, M. M. S. & Cox, M.I. P. (Orgs.). Cuiabá, Cathedral Publicações, p. 51-67.

DUBOIS, Jean. et. al. (1973). **Dicionário de Linguística**. Tradução de Frederico Pessoa de Barros, Gesuína Domenica Ferretti, Dr. John Robert Schmitz, Dra Leonor Scliar Cabral e Maria Elizabeth Leuba Salum. 6ª. ed. São Paulo, SP: Cultrix, 1998.

DRUMMOND, Maria Francelina Ibrahim. (1978). **Do falar cuiabano**. Cuiabá, Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

FERREIRA, Carlota. et. alli. (1994). **Diversidade do português do Brasil; estudos de dialetologia rural e outros**. 2. ed. Revista. Salvador: Centro Editorial e Didático da UFBA.

FERREIRA, João Carlos Vicente. (2001). **Mato Grosso e seus Municípios**. Cuiabá-MT: Buriti.

FRAGA, Letícia. (2008). **Os holandeses de Carambeí: estudo sociolinguístico**. Tese de Doutorado em Linguística. Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas.

FREYRE, Gilberto. (2010). **O indígena na formação da família brasileira**. IN: Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 51ª ed. ver. São Paulo, SP: Globo, 2006. p. 156-261.

GRANDO, Beleni Saléte. (2002). **Corpo, educação e cultura: Tradições e saberes da cultura mato-grossense**. Cáceres-MT: Unemat.

GOFFMAN, Erving (1975). **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Tradução de Márcia Bandeira de Mello Leite Nunes. 2. ed. Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 1979.

GONÇALVES, Luís. (2008). **O plano de djibóia**. Cuiabá-MT: Carlini & Caniato.

GUISARD, Luís Augusto de Mola. (1999). **A violência disseminada: O bugre, um João-Ninguém: um personagem brasileiro**. São Paulo: Perspec. vol.13 n. 4 São Paulo Oct./Dec. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-88391999000400010> Acesso: 28.11.2011.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles; FRANCO, Francisco Manoel de Mello. (2009). **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro, RJ: Objetiva.

ISENSEE, Dinah Maria (1964). **O falar de Mato Grosso (Bahia): fonêmica – aspectos da morfo-sintaxe e do léxico**. Mestrado em Língua Portuguesa – Instituto de Letras, Universidade de Brasília, Brasília.

KRUG, Marcelo Jacó. (2004): **Identidade e comportamento linguístico na percepção da comunidade plurilíngue Alemão-Italiano-Português de imigrante-RS**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

LABOV, William. (1972). **O quadro social da mudança linguística**. IN: Padrões sociolinguísticos. Tradução de Marcos Bagno, Maria Marta Pereira Scherre, Caroline R. Cardoso. São Paulo, SP: Parábola, 2008. p. 301-373.

_____. (1972). **O reflexo dos processos sociais nas estruturas linguísticas**. IN: Padrões sociolinguísticos. Tradução de Marcos Bagno, Maria Marta Pereira Scherre, Caroline R. Cardoso. São Paulo, SP: Parábola, 2008. p.139-150.

_____. (1972). **A motivação social de uma mudança sonora**. IN: Padrões sociolinguísticos. Tradução de Marcos Bagno, Maria Marta Pereira Scherre, Caroline R. Cardoso. São Paulo, SP: Parábola, 2008. p.19-62.

_____. (1972). **O estudo da língua em seu contexto social**. IN: Padrões sociolinguísticos. Tradução de Marcos Bagno, Maria Marta Pereira Scherre, Caroline R. Cardoso. São Paulo, SP: Parábola, 2008. p.215-300.

LAMBERT, William Wilson; LAMBERT, Wallace Earl. (1975). **Psicologia social**. Tradução de Dante Moreira Leite. 4. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro, RJ: Zahar.

LÉVI-STRAUSS, Claude. (1958). **Antropologia estrutural**. Tradução de Chaim Samuel Katz e Eginardo Pires. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1975.

LIMA, José Leonildo. (2006). **A variação na concordância do gênero gramatical no falar cuiabano**. Tese de Doutorado, Campinas:Universidade Estadual de Campinas.

_____. (2011). **O gênero gramatical: uma triangulação entre o falar cuiabano, o dialeto caipira e o Português Europeu**. IN: Linguagem, História e Memória – discursos em movimento. DI RENZO, A.; MOTTA, A. L. A. R.; OLIVEIRA, T. P. (Orgs.). Campinas: Pontes, p. 133-147.

LUCCHESI, Dante. (2000). **A variação na concordância de gênero em uma comunidade de fala afro-brasileira**: novos elementos sobre a formação do português popular do Brasil. Tese de Doutorado em Linguística. Rio de Janeiro: UFRJ, Faculdade de Letras.

LUCCHESI, Dante & MACEDO, Alzira. (1997). A variação na concordância de gênero no português de contato do Alto Xingu. **Papiá – Revista de Crioulos de Base Ibérica**, 9: 20-36.

LUYTEN, Joseph M. (1992). **Desafio e repentismo do caipira de São Paulo**: correspondentes nordestinos. Modalidades paulistas que apresentam desafios. Tendências de mutação. Conclusões. Cururu, o desafio por excelência. IN: BOSI, Alfredo. (Org.) *Cultura brasileira: temas e situações*. 2. ed. São Paulo, SP: Ática.

MACEDO-KARIM, Jocineide. (2004). **A Variação na concordância de gênero no falar da comunidade de Cáceres-MT**. Dissertação de Mestrado. Araraquara-SP: UNESP, Faculdade de Ciências e Letras.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. (1998). **Análise da conversação**. 4ª. ed. São Paulo: Ática.

MARIANI, Bethania Sampaio Correa (2004). **Colonização linguística**: línguas, política e religião no Brasil (séculos XVI a XVIII) e nos Estados Unidos da América (século XVIII). Campinas, SP: Pontes.

MARROQUIM, Mário (1934). **A Língua do Nordeste**: Alagoas e Pernambuco. 3. ed. Curitiba, PR: HD Livros Editora, 1996.

MARTINS, Daiana Brageto. (2007). **As Representações do Mito do Minhocão**: uma análise das narrativas orais pantaneiras. IN: *Revista História em Reflexão*: Vol. 1 n. 2 – UFGD -Dourados Jul/Dez.

Acesso: www.periodicos.ufgd.edu.br/index.php/historiaemreflexao/.../295. 26.10.2011.

MARTINS JÚNIOR, Moisés Mendes. (2000). **Reveno e reciclando a cultura cuiabana**. Cuiabá: Albert.

Mato Grosso (Câmara Municipal de Cáceres) Lei n° 1.411 de 08 de outubro de 1997.

MENDES, Natalino, Ferreira. (2009). **História de Cáceres: história da administração municipal**. 2. ed. Cáceres, MT: Editora da Unemat.

MATEUS, Maria Helena Mira. (1954). **Algumas contribuições para um estudo da fonética, morfologia, sintaxe e léxico da linguagem popular de Lisboa**. Licenciatura em Filologia Românica – Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, Lisboa.

MOLLICA, Maria Cecília. (2003). Fundamentação teórica: conceituação e delimitação. IN: MOLLICA, Maria Cecília.; BRAGA, Maria Luiza (orgs.). **Introdução à Sociolinguística: o tratamento da variação**. São Paulo: Contexto.

NASCENTES, Antenor. (1923). **O linguajar carioca**. 2. ed. completamente refundida, Rio de Janeiro: Organização Simões, 1953.

_____. (1966). **Dicionário etimológico da língua portuguesa**. Rio de Janeiro, RJ: Livraria Acadêmica.

NAVARRO, Ana Maria Mattos & AGUILERA, Vanderci de Andrade. (2009). **Casos de não concordância nominal na linguagem rural paranaense: traços do português arcaico, influência africana ou indígena?** Vanderci de Andrade Aguilera (Org.). IN: Para a história do português brasileiro. Volume VII: vozes, veredas, voragens. Londrina: EDUEL. p.196-222.

NAVARRO, Ana Maria Mattos. (2005). **A variação na concordância de gênero na variedade linguística do Paraná tradicional rural**. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Londrina.

PALMA, Maria Luíza Canavarros. (1980). **Variação fonológica na fala de Mato Grosso:** um estudo sociolinguístico. Dissertação de Mestrado – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

_____. (2005). O falar cuiabano em Mato Grosso – Estigma, Status e Atalhos. IN: **Vozes Cuiabanas: estudos linguísticos em Mato Grosso.** Almeida, M. M. S. & Cox, M.I. P. (Ogs.). Cuiabá, Cathedral Publicações. p. 139-165.

PARCERO, Lúcia Maria de Jesus. (2007). **Fazenda Maracujá:** sua gente, sua língua, suas crenças. Tese de doutorado - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, SP.

RATINHO, Maria Filipe Mariano. (1959). **Monte Gordo** – Estudo Etnográfico e Linguístico. Licenciatura em Filologia Românica – Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, Lisboa.

RODRIGUES, Ada Natal. (1974). **O dialeto caipira na região de Piracicaba.** São Paulo: Ática.

SCHERRE, Pereira Maria Marta & NARO, Anthony Julius. (2007). Garimpando as origens do português brasileiro: sobre três estruturas linguísticas radicais. IN: **Garimpo das origens do português brasileiro.** Maria Marta Pereira Scherre (Org.). São Paulo: Parábola Editorial. p. 71-116.

SILVA NETO, Serafim da. (1960). **Língua, cultura e civilização:** estudos de filologia portuguesa. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica.

_____. (1963). **Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil.** Rio de Janeiro, RJ: Impr. Nacional.

_____. (1970). **História da língua portuguesa**. 2ª. ed. aumentada, Rio de Janeiro: Livros de Portugal.

SILVA, Mariza Pereira. (2000). **Um Estudo de Variação Dialetal: a alternância de [ãw] ~ [õ] final no português falado na cidade de Cáceres-MT**. Campinas-SP: IEL – UNICAMP.

SIMON, F & AYALA. S. Cardoso (1914). **Álbum Graphico do Estado de Matto-Grosso**. Corumbá/Hamburgo: {s.n.}, janeiro/1914.

TARALLO, Fernando. (1997). **A pesquisa Sociolinguística**. São Paulo: Ática.

TEIXEIRA, José Aparecido. (1938). O falar mineiro. IN: **Separata da Revista do Arquivo Municipal de São Paulo**.

VIANNA, Letícia. (2005). O caso do registro da viola de cocho como patrimônio imaterial. In: **Sociedade e Cultura Revista de Ciências Sociais**. Vol. 8, n. 02, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, Brasil, pp.53-62.

<http://redalyc.uaemex.mx/redalyc/pdf/703/70380204.pdf>. Acesso em: 22/08/2011.

VOGT, Carlos & FRY, Peter (1996). **A África no Brasil**: cafundó. São Paulo: Companhia das Letras.

ZATTAR, Neuza Benedita da Silva; TAVARES, Danielle; ARTIOLI, Luiza Bernadete. (2008). **Unemat 30 anos: pelos caminhos de Mato Grosso**. Editora Unemat. Cáceres.

ZÁGARI, Mario Roberto Lobuglio. (2009). O uso do presente na fonética/fonologia do português para explicar o passado. IN: **Sociolinguística no Brasil: uma contribuição dos estudos sobre línguas em/de contato**: homenagem ao professor Jürgen Heye. BARRETO, Mônica Maria Guimarães Savedra; SALGADO, Ana Claudia Peters (orgs.). Rio de Janeiro, RJ: 7Letras. p.75-117.

9. ANEXOS

9.1 Ficha de identificação do informante

O informante

1. Número do áudio do informante:

1.1. Nome:

1.2. Sexo:

1.3. Idade:

1.4. Naturalidade:

1.5. Estado civil:

1.6. Naturalidade da esposa/o:

1.7. Escolaridade:

1.8. Profissão:

1.9. Atualmente:

1.10. Endereço atual:

1.11. Você já viveu fora da cidade de Cáceres? Por quanto tempo?

2. O pai

2.1. Naturalidade:

3. A mãe

3.2. Naturalidade:

4. Observações quanto ao comportamento geral do informante durante a entrevista.

9.2. O roteiro da entrevista

1. Você gosta de morar em Cáceres? Por quê?
2. Em sua opinião é melhor viver no campo ou na cidade? Por quê?
3. Você tem satisfação em ser um/a Cacerense? Por quê?
4. Qual o ponto positivo e o ponto negativo de ser cacerense?
5. O que deveria ser mudado em Cáceres-MT?
6. O que você acha do clima de Cáceres-MT?
7. Quais tradições cacerenses fazem parte da sua vida (as danças, as comidas, as rezas)?
8. Você conhece alguma lenda de Cáceres? Qual?
9. Como você acha que as pessoas de fora veem os Cacerenses?
10. Quais são as características do Mato-Grossense.
 - a) pele escura pele clara
 - b) Confiável Desconfiável
 - c) Gosta de trabalhar Não gosta de trabalhar
 - d) Organizado Desorganizado
 - e) Amigo Conversador Hospitaleiro
 - f) gosta da cidade não gosta da cidade
11. Quais são as características das pessoas que vieram morar em Cáceres?
 - a) pele escura pele clara
 - b) Confiável Desconfiável
 - c) Gosta de trabalhar Não gosta de trabalhar
 - d) Organizado Desorganizado
 - e) Amigo Conversador Hospitaleiro
 - f) gosta da cidade não gosta da cidade

12. Das pessoas que moram aqui, quem conserva mais a sua língua e costumes?
13. Quem fala melhor o português, o mato-grossense ou os migrantes?
14. Qual fala você considera mais bonita, a do cacerense ou a do migrante? Por quê?
15. Existem situações em que você tem vergonha de falar com sotaque regional?
16. O que mais identifica um cacerense?
 - a) () suas características físicas
 - b) () sua língua
17. Você acha que a fala cacerense está desaparecendo? Por quê?
18. Você sente satisfação ou vergonha da forma como o cacerense fala?
19. Quem você acha que é o bugre?
20. Você acha que as pessoas de fora gostam do falar cacerense? Por quê?
21. As pessoas que nasceram em Cáceres falam de um modo que você considera:
 - a) () agradável
 - b) () desagradável
22. Existe algum apelido que você usa para tratar as pessoas de fora?
23. Você tem amigos que não são cacerenses?
24. Como vocês se conheceram? Como é a relação de vocês?
25. (Em caso de resposta negativa) Por que não?
26. Se uma pessoa de fora debochasse de você por causa do seu jeito de falar, o que você diria para eles? Isso já aconteceu?
27. Para você, as pessoas ricas e pobres daqui de Cáceres falam da mesma maneira?

9.3 Termo de consentimento livre e esclarecido

Eu, _____, _____ anos, R.G. no _____ residente à _____, na cidade de _____, Estado de _____, autorizo a pesquisadora Jocineide Macedo Karim, responsável pela pesquisa, aluna regular do Curso de Pós-Graduação (Doutorado em Linguística) do Instituto de Estudos da Linguagem (IEL) da Universidade Estadual de

Campinas (UNICAMP), Registro Acadêmico 087099, orientanda da Profª. Drª. Vandersi Sant'Ana Castro, a utilizar meus depoimentos para análise científica no âmbito do projeto de pesquisa intitulado *O Falar da comunidade São Lourenço no município de Cáceres-MT*. Atesto que o material por mim concedido poderá ser utilizado pela pesquisadora descrita acima, e somente por ela, para qualquer espécie de publicação/divulgação, uma vez que a referida pesquisadora assume a garantia da não utilização das informações obtidas em prejuízo de minha pessoa. Reconheço que a pesquisadora responsável tem como objetivo investigar aspectos Sociolinguísticos, bem como as atitudes em relação à cidade, à cultura e ao grupo de pessoas vindas de fora da comunidade e que sua pesquisa pretende oferecer contribuições para os estudos na área da Linguística. Reconheço, ainda, que a concessão de meus depoimentos e de outros documentos a essa pesquisa não envolve qualquer tipo de remuneração e que a minha participação como voluntário/informante não gera nenhuma despesa a mim. A pesquisadora responsável assume que os sujeitos da pesquisa não serão identificados em qualquer das formas de divulgação do estudo e de seus resultados, preservando, assim, o anonimato dos mesmos. Assegura, ainda, que não há riscos previsíveis para a realização desta pesquisa. Declaro ter recebido uma cópia do presente Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Para recurso ou reclamações referentes aos procedimentos adotados nessa pesquisa, a pesquisadora responsável informa o telefone da secretaria do Comitê de Ética em Pesquisa da UNICAMP [(19) 3521-8936], e o *e-mail* do comitê (cep@fcm.unicamp.br). Para contato com a pesquisadora responsável, o telefone é: (19) 3395-8528.

Campinas, _____ de _____ 2011.

(Assinatura)

9.4. Fotografias de Cáceres:



FOTO 7: Imagem aérea Praça Barão do Rio Branco. Fonte: Adilson Reis/2011.



FOTO 8: Cais Porto Mário Correia localizado no centro da cidade. Fonte: Adilson Reis/2005.



FOTO 9: Casa Comercial Dulce & Cia (Anjo da Ventura). Desde 1871 funcionou como importante comércio. Fonte: Adilson Reis/2011.



FOTO 10: Câmara dos Vereadores. Fundado em 1893 para a residência da família Costa Marques. Fonte: Adilson Reis/2011.



FOTO 11: Residência de família tradicional da cidade. Fundada no início do Século XX. Atualmente encontra-se fechada. Fonte: Adilson Reis/2012.



FOTO 12: Residência de Humberto Dulce. Do ano de 1921, atualmente funciona o Banco SICRED. Fonte: Adilson Reis/2007.



FOTO 13: Residência do militar José Bonifácio Pinto de Arruda. Fonte: Adilson Reis/2005.



FOTO 14: Esporte Clube Humaitá. Fundado em 1919, foi construído para ser residência da família do Sr. Bertholdo Leite da Silva Freire. Nos anos 80 se tornou Clube Humaitá. Fonte: Adilson Reis/2004.



FOTO 15: Prédio do Governo Municipal desde 1927. Fonte Adilson Reis/2005.